

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)

JHULLIENNY SILVA SANTOS

Território de Formoso: conflitos territoriais e a construção de uma
territorialidade específica

São Luis - MA
2018

JHULLIENNY SILVA SANTOS

Território de Formoso: conflitos territoriais e a construção de uma territorialidade específica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política.

Grande área: Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria Portela Nunes

Co-orientadora : Maria da Consolação Lucinda

Santos, Jhullienny Silva.

Território de Formoso: conflitos territoriais e a construção de uma territorialidade específica / Jhullienny Silva Santos. – São Luís, 2018. 113 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes.

1. Território de Formoso. 2. Quilombola. 3. Conflitos territoriais. I. Título.

CDU 316.48(812.1)

JHULLIENNY SILVA SANTOS

Território de Formoso: conflitos territoriais e a construção de uma territorialidade específica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria Portela Nunes
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria da Consolação Lucinda
Co- Orientadora

Prof.^a Dr.^a Rosa Acevedo Marin
Examinadora Interna

Prof.^o Dr. Franklin Plessmann de Carvalho
Examinador Externo

Dedico à Deus, aos meus pais e ao AGIR.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Ao Eterno Criador do mundo por me inspirar e ser a motivação de tudo o que realizo, por não desistir de mim e me mostrar que sempre posso encontrar afago em seus braços. Por colorir meus dias cinzas e encher de luz os meus olhos, pelo amor imensurável que se estende à eternidade.

Aos meus pais, por serem incansáveis! Por renovarem-me constantemente, pela confiança reforçada, pelo suporte oferecido, por alimentarem meus desejos, nutrirem minhas expectativas e gradualmente fazerem sucumbir os meus medos. Aos que ofereceram abrigo, me abraçaram com palavras, acreditaram em mim mais do que eu mesma, influenciaram-me a ser quem sou e ajudaram-me a tecer os sonhos que tive. O meu mais amável muito obrigada!

A Jhullyane (minha Jhu) e João, os presentes mais agradáveis que já recebi de Deus. Os motivos dos meus risos e alvos frequentes do meu amor, que possamos continuar compartilhando momentos, vidas, famílias. À minha cunhada Cleide Lis, pela doçura de ser e por ser referência em nossa família de garra e coragem.

Aos meus avós Alcides (*in memorian*) e Joana, Arcângela e João Viana (*in memorian*) que mesmo sem entender apoiaram minhas escolhas. A Carliana, Mateus, Polly, Eva, Rayelle pelo apoio e companhia constantes.

Ao querido Alan Santos, por me ensinar que o tempo também precisa de espaço, e que as vezes precisamos deixar que o mar leve todas as preocupações a fim de tornar leve a vida. Por me mostrar que é possível dissolver problemas e por alguns minutos deixar domar o tempo, ou deixar no mar o tempo, por lembrar-me em alguns momentos que a hora pode esperar. Pelos recortes de tempo dedicados, pelo ombro oferecido, pelo afago das palavras, pelo afeto, paciência e companheirismo.

Aos pequenos que me ensinaram a encarar a vida com a seriedade de adulto, mas com a leveza de uma criança: Amanda, Maria Klara, Samuel, João Victor, Gabriel. Como afirmou Saint Exupery: “O problema não é crescer, é esquecer!”. A minha segunda família representada por Dilvan e Lourdes, em especial a Manassés e Layane (pelas tensões e lágrimas compartilhadas, agora só risos!).

Ao AGIR, gratidão é a palavra que mais me representou ao longo desses anos. A oportunidade de servir, o afago dos abraços oferecidos, a segurança de saber que estava exatamente onde deveria...meu coração criou raízes em vocês, a vida na UEMA passou a fazer mais sentido depois que entendi o verdadeiro sentido da vida. Palavras me faltam para expressar

tamanha gratidão a Deus e a vocês pelas orações, companhia e incentivo. O meu imenso obrigada pelas levezas proporcionadas nos dias de caos, pelo alívio alcançado no fim do dia ao pôr do sol, pela confiança, zelo e lealdade.

A família Gileade, representados pela figura do Pastor Josevaldo Vieira e Ana Cristina. A “Célula Resgate” pela companhia e por deixar meus dias mais cheios dessa luz que há em vocês.

Cliciane França, pela compreensão, estímulo, companheirismo, pelo compartilhamento de dores, amores, perdas, vitórias e por me ensinar que a alma precisa de calma, que é preciso parar de vez em quando e notar a simplicidade da vida, revigorar as forças, arregaçar as mangas e lutar sempre de cabeça erguida independente dos tropeços que possam nos desequilibrar. Ela, que tem a arte da simplicidade nas frases ditas com jeito de menina, que de tão singelas acalmam quem as ouve.

Elson Gomes, que sorrateiramente conquistou um espaço como quem sempre esteve aqui. Fixou raízes e trouxe risos, muitos risos, não sei o que seria dos nossos dias sem o teu humor. Obrigada pela cumplicidade e companheirismo, por cada palavra de ânimo, cada segurar das mãos após tropeços e por oferecer tua amizade como pilar ao longo desses anos.

Tacilvan Alves, pela companhia nesses sete anos de caminhada, ao longo das noites em claro, das tardes de chuva, das viagens, conversas, afetos e até dos desentendimentos que sempre culminavam em um abraço sincero que denotava perdão apesar de nem sempre existirem palavras; pelo ato de compartilhar famílias e permitir a adoção afetuosa entre ambas.

Bianca Sampaio e Diele Marques, por me fazerem entender que, de fato, somos eternamente responsáveis por aquilo que cativamos, e que as boas amizades podem ser regadas e crescerem apesar da distância. Meu desejo é cultivá-las e cativá-las para a vida.

Aos colegas da terceira turma (2015), pela cumplicidade e por compartilhar esse misto de sentimentos que nos acompanharam ao longo dos dois anos de caminhada, Ana Valéria, Cláudia, Denilton, Laís, Lina, Valéria e Silvilene.

Agradecimentos sinceros a orientadora Patrícia Portela pela disposição, paciência e compreensão ao longo desse tempo. Obrigada por cada palavra de estímulo, por oferecer suporte e demonstrar se importar com as situações que estão para além da escrita e dos papéis. Sou imensamente grata!

A co-orientadora Consolação Lucinda, pela dedicação, companheirismo e por se dispor a ser suporte apesar da distância, obrigada por atentar aos detalhes que me fizeram toda a diferença. A todos os professores do mestrado, em especial Cynthia Martins, por ter acompanhado minha trajetória de pesquisa e oferecido suporte desde a graduação. A Nila

Coutinho, pela sensibilidade, disposição e pela habilidade em expressar calma mesmo em dias de tensão.

Aos agentes sociais da região de Penalva, Sra. Nice Machado, Sr. Fabrício Nabate, Sr. Roque Soares, aos jovens Gil, Célia e demais agentes que tornaram possível a construção desse trabalho. A gratidão pela experiência e o aprendizado obtido com vocês não cabe nas palavras.

À banca examinadora.

Os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Os agentes sociais do território de Formoso têm um histórico de resistência com antagonistas relacionado às questões territoriais que se estendem desde o contexto de ocupação de suas famílias no lugar. Nas últimas décadas vêm vivenciando outras situações de conflitos relacionadas à criação extensiva de bubalinos naquela região e à privatização de extensas áreas de terra por parte de fazendeiros e empresários. Dessas questões, derivam inúmeros outros problemas relacionados a privatização de áreas de uso comum, devastação e desmatamento. Diante dessa situação de tensão social, esses agentes sociais que se autodefinem “quilombolas” têm se mobilizado almejando a defesa do território e o livre acesso aos recursos naturais. Viso refletir sobre os elementos que fundamentam a autodefinição enquanto “quilombola”. Tais elementos têm sido acionados no processo de reivindicação do território face ao Estado brasileiro. Busco, ainda, refletir sobre a reestruturação das estratégias de exploração por parte dos chamados fazendeiros e empresários, e perceber também quais estratégias de resistência tem sido utilizadas pelos agentes sociais entrevistados diante dessas situações. Irei me ater aos aspectos referidos ao conjunto de conhecimentos, narrativas e crenças que são acionados pelos chamados quilombolas para fazer menção a uma situação social concreta. Importa destacar que a análise é feita de modo a não expor como apartados os diversos domínios da vida social, a saber, os domínios político, econômico, social e religioso.

Palavras-chave: Território de Formoso; Quilombola; Conflitos Territoriais.

ABSTRACT

The social agents of the territory of Formoso have a history of resistance with antagonists related to territorial issues that extend from the context of occupation of their families in the place. In the last decades they have been experiencing other situations of conflicts related to the extensive creation of buffaloes in that region and the privatization of extensive areas of land by farmers and businessmen. From these issues, there are numerous other problems related to the privatization of areas of common use, devastation and deforestation. Faced with this situation of social tension, these social agents who define themselves as "quilombolas" have been mobilized aiming at the defense of the territory and free access to natural resources. Aim to reflect on the elements that underpin the self-definition as "quilombola". These elements have been activated in the process of claiming the territory vis-a-vis the Brazilian State. I also try to reflect on the restructuring of the strategies of exploitation by the so-called farmers and entrepreneurs, and also to understand which strategies of resistance have been used by the social agents interviewed in these situations. I will stick to the aspects referred to the set of knowledge, narratives and beliefs that are called by the so-called quilombolas to make mention of a concrete social situation. It should be pointed out that the analysis is done in such a way that the various domains of social life, namely the political, economic, social and religious domains, are not set out as separate paragraphs.

Keywords: Territory of Formoso; Quilombola; Territorial Conflicts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CAPÍTULO I: DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	22
1.1 Retorno à Lagoa Mirim	27
1.2 Percurso inicial da construção do objeto de pesquisa: conexões entre religiosidade e política	32
1.3 Reflexão preliminar sobre a construção do objeto de pesquisa	36
1.4 Delimitação do objeto de pesquisa	38
2 CAPÍTULO II: REESTRUTURAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS PELOS CHAMADOS “FAZENDEIROS E EMPRESÁRIOS”	44
2.1 Uma abordagem acerca da história social do conflito	45
2.1.1 A Lei de terras de 1850 e 1969: a tragédia e a farsa	46
2.1.2 Algumas interpretações acerca das condições ecológicas da chamada “Baixada Maranhense”	50
2.1.3 Contexto de ocupação.....	51
2.2 Um debate sobre “etnicidade”: afirmação étnica e critérios étnicos de autodefinição	54
2.2.1 Reflexão sobre fronteiras sociais	56
2.2.2 Uma abordagem em torno do conceito de “quilombo”	59
2.2.3 Sobre o território	62
2.3 Reflexões em torno da interpretação sobre a atual “classe dirigente”	66
2.3.1 Caracterização da classe dirigente na situação específica do território de Formoso.....	68
3 CAPÍTULO III: Reflexões sobre as cercas e “resistência cotidiana”: implicações econômicas, políticas e religiosas.	79
3.1 Um olhar sobre o caminho... entre campos e cercas	81
3.1.1 Os principais entrevistados	85
3.2 “Cercas”: tentativas de imobilização da força de trabalho	86
3.2.1 “Cercas” como instrumento de dominação.....	88
3.2.2 “Cercas” como impedimento à atividade de pesca.....	92
3.2.3 A cerca como impedimento ao cultivo de roças	96

3.3 Narrativas sobre o lago de Formoso: aspectos da religiosidade coadunados aos aspectos políticos e econômicos	100
3.3.1 As narrativas como formas de resistência.....	101
3.3.2 Peças encontradas no fundo do lago	105
3.3.3 A pesquisadora: o desafio do controle de impressões	106
3.3.4 Cultivo de ervas medicinais: religiosidade como instrumento de luta.....	108
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
6 ENTREVISTAS REALIZADAS	115

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1. Mapa do território de Formoso extraído do Boletim “Quiombolas, agricultores (as), quebradeiras de coco, pescadores do Território de Formoso.	40
Mapa 2. Mapa do território de Formoso extraído do Boletim “Quiombolas, agricultores (as), quebradeiras de coco, pescadores do Território de Formoso.	40
Quadro 1. Caracterização dos agentes sociais considerados antagonistas ao modo de produção e de reprodução física e social do conjunto de comunidades autodefinidas quilombolas	69
Figura 1.Sr. Fabrício abre cuidadosamente as porteiras das cercas protegendo-se da eletrização dos fios.	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACONERUQ	Associação das Comunidades Quilombolas do Maranhão
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APA	Área de Proteção Ambiental
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão
FETRAF	Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Maranhão
GPS	Sistema de Posicionamento Global
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MA	Maranhão
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

INTRODUÇÃO

“Quem come capim é boi”

(Fabrício Nabate Maranhão)

Durante uma de nossas viagens de volta a Penalva, após o trabalho de campo no Território de Formoso, ouvi de Sr. Fabrício Maranhão a frase acima citada, expressa com pesar ao contemplar a gradual e não lenta substituição das áreas de babaçuais, roças e plantações pelo plantio de capim. Na epígrafe acima, Sr. Fabrício demonstra seu descontentamento com a situação constante ao longo de todo o trajeto, ora os babaçuais, ora os campos alagados envolvidos por cercas elétricas que demarcavam de forma ilegal amplas extensões de terra. Essas terras são utilizadas para a pesca nos campos alagados, para o cultivo de roças e extrativismo do cocô babaçu. E, atualmente são destinadas exclusivamente à plantação de capim, enquanto os campos são cercados para a criação extensiva de búfalos.

Ouvi constantemente dramáticos relatos dos moradores desse lugar que remetem às consequências das ações de grupos de fazendeiros e empresários que tem privatizado aquelas terras. Os relatos dos agentes sociais entrevistados sempre vêm acompanhados de expressões que remetem a uma situação extremada de violência e de prejuízo social. Neste sentido, consideram um conjunto de ações de depredação efetuadas por parte dos chamados fazendeiros, e\ou empresários, pretensos donos de grandes extensões de terras, que são vistos pelos agentes sociais entrevistados como latifundiários. Estes, além de privatizar extensas áreas, ferem as regras coletivas de utilização dos recursos, interferindo assim nas formas de organização e no modo de vida de uma diversidade de agentes sociais. Deste modo, põem em risco a vida humana em prol de lucros que podem ser adquiridos através da exploração intensiva dos recursos naturais.

Morador do povoado de Lagoa Mirim há 75 anos, nascido e criado no lugar, o Sr. Fabrício se autodefine quilombola e assume a condição de porta-voz dos moradores de diversas comunidades que compõem o designado território de Formoso. Na ocasião da pesquisa ele ocupava o cargo de presidente da Associação dos Produtores Rurais Extrativistas do Quilombo Lagoa Mirim. Devido sua posição social e influência no que se refere ao engajamento nas lutas

pela defesa do território ele é apoiado pelos demais moradores a atuar em outras instâncias como representante dessas comunidades. Essa posição também faz com que ele seja alvo de perseguição de fazendeiros e empresários que atuam naquela região. Em entrevista, Sr. Fabrício afirma ter sido perseguido e sofrido inúmeras ameaças de morte por ter se posicionado visando a defesa de seu território:

“Eu já briguei nessas delegacias aí por causa desses pedaços de chão aí, já briguei, já me ameaçaram, mas eu venci e estou vivo, e estou vivo porque não tenho medo não. Eu enfrento mesmo, então nós vamos lutar, nós estamos lutando pra que dê tudo certo pra nós, pela nossa reserva que nós temos, que é uma reserva muito rica, muito maravilhosa, então, é isso que a gente tem que fazer, é brigar pelos companheiros. Porque tem companheiro, que ele tem uma coisa na garganta pra dizer, mas não diz, ele fica entalado, só depois que termina a reunião aí ele diz: “rapaz era pra tu dizer isso, assim e assim”, mas ele não pôde dizer, então porque que ele não diz? Porque ele tem medo, ele cai de nervoso.” (MARANHÃO, Fabrício Nabate. ENTREVISTA, 01.03.2012. Grifos da autora)

Segundo Sr. Fabrício, devido as constantes ameaças sofridas, algumas pessoas que também são engajadas na luta temem se pronunciar por receio das ações violentas daqueles que se opõem às mobilizações daquelas comunidades. O “silêncio” em público pode ser uma estratégia de se salvaguardar e se proteger. O ato de levar as pautas, inquietações e reivindicações diretamente aquele que assume o papel de representante é uma forma de garantir que essas causas chegarão não somente ao conhecimento dele, mas também a outras instâncias onde ele possa atuar como representante dos demais.

Além de sua atuação política no que diz respeito às lutas investidas em defesa do território, Sr. Fabricio se autodefine *doutor do mato*. Esta categoria é acionada por ele para se referir ao domínio das práticas religiosas e terapêuticas que se relacionam ao que denomina de *cura*, ele se afirma como pertencente à *Umbanda*.

Sr. Fabrício afirma que constantemente houveram conflitos com fazendeiros que se apossavam das terras de forma arbitrária sem qualquer documentação pelo fato de estas terras serem vistas por eles como “terras devolutas do Estado” e portanto passíveis de uso e apropriação mesmo de forma ilegal.

Os agentes sociais se encontram em contexto de conflito social intenso e em um embate constante pela defesa de suas terras, as quais vêm sendo privatizadas, cercadas e devastadas por fazendeiros e latifundiários que atuam em Penalva, município que faz parte da

região¹ denominada Baixada Maranhense. Eles têm um histórico de resistência contra grupos que se opõem às formas de utilização dos recursos naturais que é reproduzido há várias gerações. Essas questões que envolvem o território são travadas desde o contexto de ocupação das famílias no lugar. Esta é uma área de ocupação antiga com práticas de uso dos recursos naturais que inclui o sistema de uso comum (ALMEIDA, 2011).

O sistema de uso comum pode ser lido como fenômeno fundado historicamente com o processo de decadência do cultivo da produção da cana-de-açúcar (ALMEIDA, 2008). Para Almeida, essas terras designam situações nas quais os recursos básicos não podem ser exercidos livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por apenas um de seus membros. Os grupos de fazendeiros e empresários que têm privatizado matas e campos naturais nessa localidade têm formas de apropriação do território que se contrapõem aos modos de utilização comum aos agentes sociais que entrevistei.

Eles vêm vivenciando outras situações de conflitos nas últimas décadas relacionadas à criação extensiva de bubalinos naquela região e à privatização de extensas áreas de terra por parte de latifundiários e empresários, as quais são destinadas ao plantio de capim ou à realização de investimentos voltados ao turismo. Dessas questões, deriva uma série de outros problemas como cercamento de terrenos, de campos alagados, desmatamento, devastação, queimadas, poluição de rios, escassez de água, dentre outros.

Para fazer frente ao avanço desses grupos com suas ações de depredação sobre territórios, como forma de enfrentar esta situação, as famílias do território de Formoso estão acionando o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. As reuniões e encontros organizados nas comunidades tomam essa discussão como uma das principais pautas. O referido artigo assegura o reconhecimento aos remanescentes das comunidades de quilombos

¹ Ao utilizar o termo “região” para fazer menção à “Baixada Maranhense” parti da concepção usual de divisão político administrativa sustentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse instituto identifica recortes territoriais a partir de critérios previamente definidos, fazendo assim distinções entre regiões e mesorregiões. Esta é uma organização pública responsável pelo levantamento e gerenciamento de dados e estatísticas brasileiras. Enfatizo que por mais que seja usual, essa concepção precisa ser repensada, pois essas referências espaciais podem ser desnaturalizadas e serem lidas como instrumentos de luta social e política quando referidas aos territórios reivindicados por povos e comunidades tradicionais.

O conceito de região é relativizado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2010) no capítulo V de *O poder simbólico*: “A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. Para este autor, é necessário deixar de lado as concepções de “espaço” e “região” como naturais e relativizá-las. É preciso concebê-las como conceitos socialmente criados, como permeadas por relações de poder e como imersas em uma rede de relações sociais da qual não se pode prescindir o contexto em que estão inseridas.

que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva, cabendo ao Estado a emissão dos títulos respectivos.

Esse pleito a favor do reconhecimento tem a ver com a expectativa de direitos que os grupos têm. Isso não me autoriza a pensar que o grupo aciona essa categoria identitária apenas nos termos instrumentalistas. Há uma série de outros aspectos que se relacionam à identidade e que podem ser percebidos através do modo de ser e de viver dos agentes sociais. Em “Reflexão preliminar sobre a categoria Quilombo em Penalva, Maranhão”, a antropóloga Cynthia Martins(2010) expõe que através das pesquisas realizadas nos territórios de Enseada da Mata e de Formoso, localizados em Penalva, foi possível perceber que apesar de recente, a interiorização da categoria “quilombo” está acompanhada de uma aproximação das representações identitárias do grupo.

Esta categoria de análise, de acordo com a autora, foi incorporada como forma de reconhecimento e “sua exterioridade passou a ser relativizada na medida em que o grupo operacionalizou seu significado àqueles atribuídos às suas práticas” (MARTINS, 2010, p 161). Ou seja, os elementos utilizados para se afirmarem enquanto “quilombolas”, estão próximos do entendimento que possuem desta categoria, pois associam às práticas, saberes, aos rituais, festas e até mesmo às organizações associativas.

Ainda a este respeito, Martins tece críticas aos pesquisadores de gabinete e jornalismo vulgar que afirmam que os grupos estão afirmando sua identidade de forma instrumentalista, em outras palavras, somente para garantir direitos que são assegurados pelo poder público, via políticas governamentais. Ela assinala que mesmo que a autodefinição não se dê por meio de ocupação secular consolidada, os grupos compartilham práticas e saberes que os recolocam na posição de quilombola. No capítulo II, serão aprofundadas as reflexões em torno da categoria “quilombo”.

Portanto, ao se falar de grupos sociais que vem se autodefinindo quilombolas, é necessário lembrar que não se trata de uma fraude como fazem crer aqueles antagonistas diretos do grupo ou aqueles agentes sociais que buscam fundamentar a visão instrumentalista em dispositivos constitucionais de modo a endossar uma jurisprudência de feição positivista². O

2 A exemplo disso cito a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239, de autoria do Partido da Frente Liberal (PFL). Essa ADI se apresenta como empecilho no que diz respeito às lutas de povos e comunidades tradicionais. Ela vem para questionar o Decreto ° 4.887/ 2003 que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras que são ocupadas por aqueles que se autodefinem

posicionamento desses grupos pode ser resultado de um processo político de diálogos e debates que envolvem reconhecimento e identidade étnica. Uma vez que se entende que a identidade é construída, e se constrói via mobilizações, não deve ser digno de surpresa o fato de o número de comunidades que se autodefinem como quilombolas estejam em constante crescimento.

A antropóloga Patrícia Portela Nunes (2011, p 82) em sua tese de doutorado sobre a situação dos quilombolas de Alcântara relacionados à implantação do Centro de Lançamento Aeroespacial afirma que “a atribuição étnica constitui, portanto, um modo de ver e de perceber problemas, bem como uma forma de ação”. Isso reforça a ideia de que o acionamento de um dado étnico de pertencimento não aparece isolado em um contexto, tal como se pensa, por um viés instrumentalista.

Diante da luta constante, e que não é recente, as famílias do território de Formoso têm se mobilizado almejando a defesa de seu território e o livre acesso aos recursos naturais. Viso refletir nesse trabalho sobre os elementos que fundamentam a autodefinição das comunidades quilombolas, os quais têm sido acionados no processo de reivindicação do seu território face ao Estado brasileiro. Busco, ainda, evidenciar quais são as estratégias de resistência à ação daqueles classificados como latifundiários, cujas interferências baseiam-se em um conjunto de práticas tidas como prejudiciais à vida humana e ao uso dos recursos ecológicos. Para tanto, meu desafio será o de abordar a relação entre os domínios econômico, político e o religioso.

Refletir teoricamente sobre esses domínios não foi resultado de uma intenção anterior deliberada da minha parte, foi parte de um processo de desdobramento da atividade de pesquisa. Foram as situações empíricas que me fizeram perceber essa necessidade e para tanto as tomei como desafio teórico.

Pretendo mostrar que para além do direito *strictu sensu*, considerando o direito referido a esse dispositivo constitucional, existem muitos elementos acionados pelos grupos que me permitem pensar que a identidade de quilombo se conjuga ao conjunto de outras identidades. Estas, convergem para a identidade enquanto quilombola, dentre essas destaco as *categorias*

quilombolas. Esta, baseada numa concepção instrumentalista, discute que há a necessidade do estabelecimento de um marco temporal que possa determinar o tempo de ocupação a fim de que os que se autodefinem quilombolas possam ter seus direitos ao território reconhecidos. A Constituição Federal, especificamente, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) nº68, não apresenta limitações que envolvem marco temporal. Ao sugerir isso como condição para se alcançar direitos, nesse sentido, seria agir em desfavor e má fé para com aqueles que lutam historicamente para que haja a efetivação dos seus direitos.

doutor do mato, parteira, benzedor, benzedoras, curador, e outros pertencimentos que qualificam identidade e que não estão apartados desse pleito perante o Estado. A afirmação identitária representa a possibilidade de reconhecimento de grupos e sua territorialidade.

No primeiro capítulo trago descrições relacionadas a construção da rede de relações e construção do objeto, expondo o caminho percorrido desde o percurso inicial até a delimitação do objeto de estudo. Entendo que a inserção do pesquisador e a sua apresentação diante do grupo fazem parte desse processo de construção.

No segundo capítulo, trago a questão da reestruturação das estratégias de exploração do território por parte dos fazendeiros e empresários. Para melhor compreender como ocorre essa reestruturação elaboro algumas análises em torno da história social do conflito e do contexto de ocupação daqueles que vieram para o Brasil escravizados, e como suas famílias permaneceram nas terras há gerações. Insiro, então, o debate sobre etnicidade, fronteiras sociais, território e em torno do conceito de “quilombo”. Em seguida caracterizo o que chamo de “classe dirigente”.

No terceiro capítulo teço reflexões em torno da noção da imobilização da força de trabalho e trago a cerca como categoria de análise tal como suas implicações políticas, sociais e econômicas. Para isto, faço uma abordagem da cerca como impedimento a atividade de pesca, ao cultivo de roças e ao cultivo de ervas medicinais. Ainda sobre esse capítulo, os aspectos aos quais irei me ater são aqueles referidos ao conjunto de crenças e conhecimentos que são acionados pelos grupos para fazer menção a uma situação social concreta. Estes aspectos não aparecem dissociados dos demais domínios, se apresentam relacionados a outros domínios da vida social, a saber, político, social e econômico.

Ao fazer menção às narrativas que envolvem seres sobrenaturais que são referidos ao plano espiritual ou simbólico, invisto esforços para não apresentá-los como deslocados da realidade, mas como instrumentos úteis para se para compreender a dinâmica das relações sociais das famílias do território de Formoso.

Deste modo, a religiosidade e as crenças do grupo não serão descritas como elementos de acesso ao domínio religioso *strictu senso*, mas serão pensados como elementos uteis para compreensão dos pleitos e reivindicações das comunidades. Estas, se autodefinem quilombola e acionam dispositivos constitucionais como forma de buscar a garantia de seus direitos assegurados pela Constituição Federal, os quais estão relacionados ao acesso ao território e aos direitos de se reproduzirem física e socialmente.

CAPÍTULO I: DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Pretendo na primeira parte desse capítulo descrever o processo de construção da rede de relações estabelecidas desde as primeiras investidas dessa pesquisa. Entendo que a inserção do pesquisador e a sua apresentação diante do grupo fazem parte do projeto de construção do objeto de estudo. Em seguida, teço reflexões em torno da delimitação deste objeto.

Sem o intuito de tornar a leitura exaustiva com o relato de informações desde os momentos iniciais do trabalho de campo, destaco a seguir recortes situacionais que podem ser relevantes para possibilitar ao leitor reflexões acerca das minhas escolhas desde as primeiras investidas nessa trajetória de pesquisa, tal como perceber como foi sendo delimitado o objeto de estudo.

Isso se faz útil pelo fato de que através dela será possível compreender o processo de delimitação deste objeto e não correr o risco de omitir critérios de seleção que orientaram minhas escolhas feitas no âmbito da pesquisa. Também considero esse procedimento útil no sentido de não omitir os meios pelos quais as informações foram obtidas.

O etnólogo Gerald Berreman (1975) tece crítica aos etnólogos que frequentemente omitem os meios de obtenção de informações durante seus estudos e não expõem os aspectos do trabalho de campo que extravasam uma definição convencional de método. Essa perspectiva transmite a concepção errônea de que os elementos analisados são meros “dados” obtidos através de métodos rigorosamente postos, desprezando todo o contexto, como se estes elementos estivessem isolados e fossem simplesmente captados da realidade.

Ao conceber a pesquisa como uma construção que demanda tempo e investimentos, gostaria de destacar esse processo de construção enfatizando os investimentos na rede de relações com os agentes sociais. Neste sentido, buscarei apontar aqueles investimentos mais significativos desde as primeiras aproximações ao campo empírico até as visitas mais recentes, decorrentes da realização de atividades de pesquisa visando a elaboração desta dissertação.

A primeira oportunidade que tive para a realização de trabalho de campo em Penalva foi oferecida pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, durante os dias 1 e 2 de março de 2012. Naquela ocasião eu estava na condição de bolsista do Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) sob orientação da prof. Cynthia Carvalho Martins. A pesquisa à qual eu estava vinculada, financiada pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão), intitulava-se “Mobilização e Saberes dos quilombolas de Penalva – Baixada Maranhense”. Naquela oportunidade, participei de uma reunião no *Galpão do Bairro Novo*³, em Penalva. Tratava-se de uma reunião preparatória do projeto intitulado “Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de Povos e Comunidades tradicionais”.

Estas reuniões, as oficinas de mapas e os encontros proporcionados pelo PNCSA são momentos de interação que possibilitam debates internos, e através delas é possível problematizar as situações de conflitos vivenciadas pelos grupos. O encontro mencionado anteriormente teve como objetivo discutir e encaminhar soluções para as situações de violação de direitos dos povos e comunidades tradicionais da região de Penalva.

Neste sentido, as reuniões proporcionam maior aproximação com a situação social dos grupos, tornando possível observar como se organizam e se estruturam em torno das lutas que enfrentam em prol da defesa do seu território. Aquela reunião contou com a presença dos moradores e de grande parte dos presidentes de associação das comunidades⁴, foi um momento de interação onde houve troca de conhecimento e compartilhamento de experiências que contribuem e dão forças aos movimentos sociais.

É possível perceber o caráter mobilizatório dessas reuniões através da forma como as comunidades se organizam para os eventos que congregam outros líderes. Nesses espaços é possível compartilhar as situações que essas comunidades enfrentam, e de forma coletiva discutirem alternativas de enfrentamento. Durante a reunião foram relatadas situações de impactos em diversas comunidades, em algumas, causados pela implantação de grandes projetos e em outros, por invasão por parte de latifundiários, incluindo outros problemas relativos à não titulação das terras, aos impactos ambientais, devastações em grande escala em

3 Estavam envolvidos na organização da reunião os pesquisadores do PNCSA: Cynthia Carvalho Martins, Aniceto Cantanhede, Davi Pereira, Camila do Valle, Gardenia Ayres, Poliana de Sousa, Jhulliane Mendes; alunos da graduação em Ciências Sociais: Jhulieny Silva Santos, Cliciane Costa França, Tacilvan Silva Alves, e uma liderança de Penalva, Nice Machado Aires.

4 Havia nessa reunião representantes e lideranças de várias comunidades quilombolas, como: Cacoal, São Manoel II, Contendas, Melhora, Santa Rosa II (Ponte de Tábuas), Santo Antônio, Monte Cristo, Enseada da Mata, Sossego, Lagoa Mirim, Bom Jesus, Camaputua, Mata Boi, Castelo, Taquaritiua e São Braz.

territórios quilombolas. Foram citados outros empecilhos que acarretaram graves consequências para essas comunidades. Empecilhos que impedem de se reproduzirem tanto cultural, quanto socialmente, além de pôr em risco a integridade humana.

Havia nessa reunião representantes dos municípios vizinhos e dos territórios autodefinidos quilombolas daquela região. A estratégia utilizada pelos agentes sociais organizadores para alcançar todas as comunidades e lideranças de municípios foi entrar em contato com as lideranças vizinhas e solicitar que estas estabelecessem comunicação com as pessoas de suas comunidades. Assim, através de uma rede de relações existentes entre as lideranças as informações a respeito das reuniões ou de quaisquer outras situações vão se disseminando até que todas as comunidades sejam alcançadas.

Embora as famílias daquelas comunidades enfrentem situações de conflitos por vezes distintas, há algo que as une: uma luta comum em defesa dos modos de vida e dignidade humana. Os conflitos existentes fazem surgir a necessidade de enfrentamento, isso faz com que o grupo se aproxime e se una em defesa da coletividade.

Naquela primeira reunião da qual participei, a professora Cynthia Martins apresentou-me a dois agentes sociais de Lagoa Mirim - comunidade que faz parte do território de Formoso-, a saber Sr. Roque Soares e Sr. Fabrício Nabate Maranhão. À época, eles eram respectivamente, presidente e secretário da Associação dos Produtores Rurais Extrativistas do Quilombo Lagoa Mirim. Durante os intervalos das reuniões realizei entrevistas com os dois agentes. As entrevistas com ambos foram de suma importância para dar consistência ao que eu gradualmente construía como objeto de estudo. A minha pretensão inicial quanto a formulação de uma questão para trabalhar na iniciação científica, que tinha por tema “mobilização e saberes dos quilombolas de Penalva” era ainda muito ampla. Esse tema foi definido com o auxílio da minha orientadora de iniciação científica que já havia desenvolvido pesquisas naquela região. A entrevista com os agentes e as conversas que tivemos durante o evento serviram-me como suporte para pensar o delineamento dessa construção.

Nesse primeiro momento, Sr. Roque e Sr. Fabrício tornaram-se meus principais interlocutores, pois antes mesmo da minha ida à Formoso pude ter acesso a diversas informações. Através das narrativas que ouvi e das descrições que os agentes fizeram sobre os recursos naturais, sobre os conflitos; depois de ouvir a respeito das situações enfrentadas pela comunidade e de saber mais sobre as problemáticas relacionadas com a defesa de seu território, cresce o interesse em conhecer e aprofundar a pesquisa naquela localidade.

Satisfeita com o êxito da primeira investida, dediquei-me a estreitar os laços com os agentes sociais a fim de garantir a oportunidade para a realização do trabalho de campo em uma das comunidades que integram o território de Formoso. Durante as conversas com os dois interlocutores, ainda na reunião, fui convidada a visitar Lagoa Mirim, vejo então a possibilidade de realizar o trabalho de campo no território. O convite fez-me vislumbrar a ampliação da minha possível experiência de trabalho de campo. Certamente, chegar acompanhada desses dois agentes sociais me proporcionaria contato com outros membros daquelas comunidades, devido sua influência política, ampliando assim, minha rede de relações na pesquisa.

Também, convém assinalar que o convite da professora Cynthia, que já tinha construído vínculos em momentos anteriores com lideranças e moradores daquele território foi oportuno, facilitou o meu contato com os agentes sociais em Formoso. Foi ainda através dela que conheci Sra. Nice Machado Ayres, que mora em Penalva, no território de Enseada da Mata. Ela é mais conhecida como “dona Nice” e se autodefine quilombola, quebradeira de coco babaçu e extrativista, é uma autoridade política de influência entre os moradores de Penalva. Nesse período, Sra. Nice coordenava o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Esta é uma agente social de muito prestígio no grupo e mantém uma rede de relações ampla com agentes sociais de outros territórios. Este prestígio, bem como a rede de relações, facilita a comunicação entre esses agentes e possibilita uma maior articulação na organização de encontros e reuniões para tratar sobre assuntos referidos ao território. O contato com Sr. Fabrício, Sr. Roque e Sra. Nice apareceram-me como oportunidades para adentrar às demais comunidades do território.

É por considerar necessária a explicitação dos aspectos fundamentais das relações de pesquisa que destaco alguns momentos dessa construção como a minha chegada na comunidade, a fim de expor como a minha apresentação diante das pessoas daquela comunidade certamente foi bem mais aceita pelo fato de estar acompanhada de Sr. Fabrício e Sr. Roque.

Gerald Berreman (1975) observa que na literatura antropológica inúmeros trabalhos fazem questão de explicitar o método utilizado pelo pesquisador para interpretar e compreender a vida dos nativos. Contudo, pouca ou nenhuma atenção é dada no meio acadêmico à questão da confrontação do etnógrafo com sua própria apresentação diante do grupo que pretende estudar, ele afirma:

“Ao chegar em campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida dessas pessoas. Na literatura antropológica, a segunda dessas tarefas é mais frequentemente discutida que a primeira. Conquanto o êxito do esforço dependa tanto de uma quanto da outra. Ambas as tarefas, como toda interação social, envolvem controle de interpretação pelo etnógrafo e seus sujeitos. (BERREMAN, 1975. p 125).”

A forma como o pesquisador é visto pelo grupo, a sua entrada, a pessoa através da qual ele tem acesso às comunidades, ou seja, a forma como ele pode ser interpretado pode influenciar nos resultados de sua pesquisa. Por considerar esses pontos relevantes destaco uma situação que ouvi de Sra. Nice Machado que ilustra a relevância da rede de relações nesse contexto.

Em uma das conversas, Sra. Nice Machado contou-me um fato relativo ao período em que as comunidades começaram a se organizar em associações, por volta do ano de 1979. Essa década ficou marcada pela intensificação dos conflitos relacionados a privatização dos campos após ser sancionada a Lei de Terras Sarney de 1969, assunto que será explorado no capítulo II. Na ocasião chamaram a um padre pouco conhecido por aquelas pessoas, pediram-no que celebrasse a missa, mas que pelo fato de ser pouco conhecido alertaram-no também que não se deslocasse às comunidades desacompanhado. Embora tivesse sido avisado previamente, o padre preferiu ir sozinho ignorando o que lhe havia sido dito. Essa atitude lhe trouxe consequências, segue o relato:

“Então essa missa, nós falamos com Padre Cordeiro e ele disse que não ia porque não dava pra ir (...) Depois apareceu padre Firmino, a primeira missa que celebrou em Penalva foi lá. Só que eu disse, não vai sem eu, não vai sem eu, porque você ainda não tem capacitação de comunidade. Mora lá, mas ainda não tem. E ele veio sozinho, veio mas não celebrou a missa (...) Não celebrou a missa, porque quem levou espingarda levou, quem levou facão levou e ele veio embora.” (AIRES, Nice Machado. TRANSCRIÇÃO DE EVENTO, 26.08.2012)

Através da situação relatada acima pode-se perceber a importância da construção da rede de relações com os agentes sociais. O padre, por ser desconhecido nas comunidades, como Sra. Nice enfatiza no relato acima, foi impossibilitado de realizar a missa, pois ao chegar no local sem a presença de alguém da comunidade foi confundido com alguém que poderia ser ligado aos fazendeiros e latifundiários daquele lugar⁵. Devido a situação de tensão social na

⁵ Em uma das minhas idas aquele território em uma data próxima ao período eleitoral, fui questionada por alguns a respeito de quem eu era, fui confundida com agente de pesquisa política enviada pelos candidatos para saber quais seriam mais votados naquela eleição. Essa primeira impressão durou pouco tempo, pois ao me

ocasião, foi recebido com armas, pois por ser desconhecido, havia o receio por parte daquelas famílias, que ele pudesse intentar algo contra suas famílias.

As condições de acesso para quem pretende realizar pesquisas em Formoso não são fáceis, em razão da situação de conflito instituída. Devido a desconfiança em decorrência das ações dos latifundiários e das diversas ameaças sofridas, nota-se nos agentes uma resistência em ceder informações e se abrir a uma conversa com alguém desconhecido.⁶ Atentar à construção da rede de relações com alguns agentes sociais antes da entrada, propriamente dita, nas comunidades é relevante principalmente no contexto da realização de um trabalho de campo.

Assim, considero que a abertura que tive em termos do acesso à comunidade foi possível graças ao contato com os dois agentes sociais que me convidaram a visitar o território de Formoso. Esta abertura me proporcionou mais liberdade no curso da pesquisa, possibilitando maior contato com outros moradores.

1.1 Retorno à Lagoa Mirim

Passados cinco meses desde os primeiros investimentos na construção de uma rede de relações com os agentes sociais de Lagoa Mirim, a saber Sr. Fabrício e Sr. Roque, que começaram em Penalva, tive a oportunidade de retornar para a realização do trabalho de campo na comunidade de Lagoa Mirim.

verem acompanhadas por Sr. Fabrício, logo, desvencilhavam essa posição a mim e associavam à algo relativo ao Projeto Nova Cartografia Social.

⁶ No que diz respeito a minha apresentação diante das comunidades, apresentei-me como aluna do Curso de Ciências Sociais da UEMA e membro do grupo de pesquisadores. Pelo fato de ser aluna de Cynthia Carvalho, que já havia realizado pesquisas naquelas comunidades há alguns anos, por ter tido contato anteriormente e já ser conhecida por Sr. Roque Soares, Sr. Fabrício Nabate e Sr. Nice Machado, que são lideranças da comunidade, tive mais facilidade para conversar e realizar entrevistas com os agentes sociais que estavam na reunião. A relação estabelecida por mim com as lideranças citadas, oferecia-me de certa forma, uma margem de confiança diante dos demais agentes sociais, isso me possibilitou não apenas realizar entrevistas, mas manter um contato de proximidade posterior, estreitando as relações e tendo acesso a informações que devido a situação de conflito não poderiam ser expressas a qualquer pessoa, mas que foram confiadas a mim. Segundo Berreman, “uma das situações que mais provocam ansiedade num indivíduo é tornar público o que ele considera como comportamento privado” (BERREMAN: 1975), por esse motivo, é preciso atentar as informações obtidas de modo a não expor o grupo de forma indevida, tanto no que diz respeito aos seus atos, quanto às informações cedidas. É necessário atentar aos limites do que pode e do que não pode ser publicizado no processo de escrita da dissertação. Existem aspectos que não devem ser evidenciados publicamente por entender que dizem respeito ao âmbito da vida privada dos agentes e que estes não desejam expor ao público. Em suma, relações de confiança não devem ser confundidas durante a pesquisa, existem os segredos do grupo que devem ser respeitados. Vale ressaltar que a fidelidade para com os sujeitos no que diz respeito às informações coletadas são de suma importância nesse processo.

Durante os dias 25 a 27 de agosto de 2012, estive em Lagoa Mirim na ocasião de um evento realizado pelo PNCSA. Trata-se da cerimônia de lançamento de um fascículo elaborado pelo PNCSA, com o título: “Quilombolas, Agricultores (as), Quebradeiras de coco, Pescadores do Território de Formoso - Penalva, Maranhão”.

O objetivo do PNCSA ao realizar as oficinas e elaborar os fascículos é dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia e oferecer aos membros de comunidades tradicionais brasileiras o direito de mapear seus territórios e de se transformar nos protagonistas de sua própria identidade. O fascículo é uma publicação contendo mapas cujos principais pontos foram marcados pelos próprios agentes sociais, com uso de GPS (Sistema de Posicionamento Global) que consiste numa tecnologia de localização por satélite.

Essa cartografia social é baseada no conhecimento das comunidades tradicionais, o que resulta em mapas que refletem o entendimento dessas pessoas sobre o próprio território e a relação de sua cultura com esse espaço. O projeto realiza reuniões e oficinas antes da elaboração dos fascículos, formando um elo entre pesquisadores e os agentes sociais, orientando-os para elaboração de croquis e mapas que posteriormente poderão ser utilizados como instrumento de reivindicação.

De acordo com relatos dos agentes sociais que entrevistei nessa ocasião, a saber: Sra. Nice, Sr. Roque e Sr. Fabrício, a escolha de Lagoa Mirim para sediar o lançamento do fascículo se deu pelo fato de esta ser a comunidade mais antiga dentre as pertencentes ao chamado território de Formoso. Seria uma oportunidade para lembrar as primeiras organizações das comunidades em defesa do seu território. Segundo a fala dos entrevistados há pouco citados, esta foi a primeira localidade do território na qual os elementos de urbanização adentraram, a exemplo de cartório, delegacia e grandes comércios.

Atualmente, devido um grande número de famílias ter se deslocado para a cidade de Penalva ou ter se mudado para comunidades vizinhas, Lagoa Mirim já não é tão numerosa no que diz respeito à quantidade de habitantes, e já não se encontram mais as instituições anteriormente mencionadas.

Devido ao lançamento ter acontecido em Lagoa Mirim e ao fato de eu ter contato estabelecido com Sr. Fabrício e Sr. Roque, os quais me convidaram a voltar à comunidade, vi a possibilidade de retornar a fim de realizar novamente trabalho de campo visando permanecer

por mais dias naquela localidade. O objetivo era aprofundar as redes de relação a partir dos vínculos que eu já tinha estabelecido com algumas famílias.

Contava até então com alguns vínculos estabelecidos com as famílias de Sr. Roque e Sr. Fabricio. Esses vínculos permitiram-me realizar com elas e suas famílias algumas entrevistas através das quais percebi as relações conflituosas entre os grupos antagônicos relacionadas a privatização e desmatamento daquele território. Estas, embora relevantes, eram ainda informações superficiais diante do que eu pretendia construir como objeto de estudo. Este retorno iria ajudar a expandir minha rede de relações e a aprofundar o conhecimento acerca das situações conflituosas daquele lugar.

Entre os dias 23 e 26 de janeiro de 2013 retornei à Lagoa Mirim. Nessa ocasião realizei uma viagem com uma equipe ampla de pesquisadores referidos ao PNCSA que tinha como objetivo realizar um trabalho de cartografia social nos territórios reivindicados: Território de Formoso, Sansapé, Enseada da Mata e Monte Cristo. A equipe dividiu-se durante a realização das atividades de pesquisa.

A professora Cynthia, Geovania Aires e eu, nos dirigimos ao território de Formoso. Após isso, professora Cynthia juntou-se à professora Patrícia Portela e demais pesquisadoras⁷ e dirigiram-se às comunidades do território de Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mata. Destas atividades de pesquisa resultaram a publicação do Boletim Informativo⁸ de Penalva, que contempla os territórios de Sansapé, Monte Cristo e Formoso.

Durante os dias em que estivemos realizando a pesquisa ficamos hospedadas na casa do Sr. Roque Soares, e pelo fato de as casas serem muito próximas, dispusemos constantemente também da companhia de Sr. Fabrício. Ambos atuavam como nossos principais interlocutores nessa ocasião.

Ainda como parte dos resultados das primeiras reuniões e encontros que participei em Penalva, notei que grande atenção era atribuída às práticas religiosas. Percebi através dos encontros e reuniões dos quais participei que sempre ao findar os momentos de discussão

⁷ A equipe de pesquisadores que foi à Penalva era composta por Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Portela Nunes, Geovania Machado Aires, Gardênia Mota Ayres, Luciana Raílza Cunha, Poliana Nascimento, Jhuliane Mendes e Jhullienny Silva Santos. Estas dividiram-se e se dirigiram aos territórios de Formoso, Monte Cristo e Sansapé.

⁸ Boletim Informativo de junho de 2014, nº 2.

política envolvendo o território, havia apresentações de danças de *bumba-meu-boi*, *bambaê*, apresentação das mulheres *tocadoras de tambor de caixa* dentre outras que tornavam perceptíveis a importância que os grupos atribuíam às práticas religiosas. Isso ajudou a despertar o meu interesse em aprofundar o conhecimento sobre a relação entre os âmbitos político e religioso.

Nessa fase em que eu estava interessada em estudar a relação entre religiosidade e política, deparei-me com Sr. Fabrício, um dos principais interlocutores dessa pesquisa e que também é autoridade religiosa de prestígio no grupo. Durante as entrevistas, Sr. Fabrício Nabate se apresentou como secretário da Associação de Produtores Rurais Extrativistas e também como *doutor do mato*. Ele tem influência política entre os moradores, tanto pelo envolvimento com as causas daquelas comunidades quanto pelo seu conhecimento acerca de ervas medicinais.

Cabe um adendo sobre uma dessas categorias. *Doutor do mato* é uma categoria acionada pelos agentes entrevistados que se reporta ao domínio das práticas religiosas e terapêuticas, consideradas de *cura*. É utilizada para se referir às pessoas que detêm conhecimento sobre ervas medicinais, sobre a utilização de elementos extraídos da natureza para a feitura de chás, banhos, remédios caseiros, dentre outros métodos de *cura*. Esses métodos transcendem a utilização de elementos ditos naturais e associam a prática de cura a um plano para além do plano físico. Em outras palavras, estão baseados, segundo as interpretações desses grupos, no contato com entidades que não se vêem, mas que mantêm contato com os que estão aptos a vê-las, nesse caso, os líderes religiosos.

Além de *doutor do mato*, outras categorias são acionadas em Formoso para fazer menção às pessoas que detêm algum conhecimento relacionado a cura de doenças ou desempenham tarefas que se associam ao plano das práticas religiosas. Das pessoas que entrevistei na ocasião da pesquisa de iniciação científica, alguns autodefiniam-se como *benzedores*, *benzedeiras* outros como *curador*, *curadoras*, *macumbeiro*, dentre outras categorias que exigem uma pesquisa minuciosa para distingui-las, uma vez que são semelhantes entre si e se relacionam ao domínio das práticas e representações designadas “cura”.

Na primeira reunião que participei em Penalva, antes mencionada, onde conheci os dois agentes sociais que se tornaram no primeiro momento meus principais interlocutores, Sr. Fabrício Nabate após falar sobre a situação de Formoso, identificou-se publicamente como sobrinho do Sr. Zé Maia:

“Então a hora que a companheira Nice falou aqui neste cidadão, (se refere a foto de Zé Maia) este cidadão é meu tio, me correu água nos olhos que eu dizia que eu não ia falar, mas eu estou olhando ele, e parece que eu estou com tudo na mão, estou com Deus do nosso lado, **porque o que ele era, eu sou**. Eu faço parte da Umbanda, e não tenho vergonha de me apresentar em qualquer hora, tá aqui a companheira Nice, tá aqui a companheira Cynthia, tá aqui... quem foi o outro?! Nossos companheiros a Valderice tu sabe Cynthia, eu me apresentei foi em Belém do Pará, e não tive vergonha, e nem cerimônia. Então a gente tem que lutar por aquilo que a gente é, a gente não tem que lutar pelo que a gente não é.” (MARANHÃO, Fabrício Nabate. ENTREVISTA, 01.03.2012)

A expressão “o que ele era, eu sou” utilizada por Sr. Fabrício, faz referência não só aos vínculos de parentesco, mas sobretudo à identificação como membro da Umbanda e como alguém que intenciona continuar o que o Sr. Zé Maia começou. O Sr. Zé Maia, foi um agente social do território muito conhecido por suas práticas religiosas. Ele era visto pelo grupo como alguém que tinha conhecimentos sobre ervas medicinais e também por sua atuação política no que diz respeito às lutas investidas em defesa do território.

A partir desta referência a Sr. Zé Maia feita por Sr. Fabrício e pelo interesse em aprofundar o conhecimento sobre o plano das práticas religiosas, planejamos ir à casa onde ele morava a fim de obter informação mais detalhada. A intenção era perceber como tais práticas se relacionavam às questões políticas. Ao comentar sobre meu interesse, Sr. Roque informou que Sr. Zé Maia havia falecido, mas nos orientou a conversar com a filha dele, a jovem Adna Coelho, afirmando que ela poderia nos ceder informações sobre ele e suas práticas.

Como previsto por Sr. Roque, Adna nos informou os “*filhos de santo*” do Sr. Zé Maia. Segundo ela, este tinha aproximadamente vinte filhos de santo, e vários destes ainda moravam no território de Formoso. Mencionou os seguintes e suas respectivas comunidades: Andreлина, Monção; Hélio, Penalva; Senize, Camaputiua; Justo, Jacaré; Gregório, Ponta da Areia; Domingos Machado (já falecido), Monção; Zé Machado, Penalva; Isabel Lopes, Lagoa Mirim; Maria do Malagueta, Jacaré; Marlene (falecida) Jacaré; Creusa e Maria (comunidades não identificadas por Adna).

Adna nos cedeu informações sobre o Sr. Zé Maia, que conforme foi dito por ela, autodefinia-se *doutor do mato*. Forneceu ainda informações sobre os *filhos de santo* de seu “pai de criação”. O termo “*filhos de santo*” foi por ela utilizado em referência àquelas pessoas que assumem um compromisso, mesmo de forma implícita, com os seres sobrenaturais, chamados por eles de “encantados” que segundo suas crenças, se fazem presente no lugar. Essas pessoas frequentavam de forma assídua o lugar onde eram realizadas as atividades religiosas dirigidas

pelo Sr. Zé Maia e envolviam-se diretamente nos rituais e práticas. Também auxiliavam na organização do lugar, o qual é chamado por eles de “*barracão*”. Neste lugar acontecem festas, danças e rituais que congregam pessoas consideradas como membros de um mesmo grupo religioso e igualmente outras pessoas que porventura queiram participar das festas religiosas.

Os chamados “*filhos de santo*” do Sr. Zé Maia eram as pessoas participavam de festas em seu *barracão* e tinham vínculos religiosos que lhes autorizavam a participar com ele dos rituais restritos, ou seja, aqueles que não poderiam ser acompanhados por pessoas que não estivessem credenciadas a participar. Essas pessoas se diferenciavam das demais que não tinham envolvimento direto com a religião por serem detentoras dos chamados “*dons*”. Os *dons*, na definição dos agentes religiosos, são habilidades que incluem o conhecimento acerca das ervas medicinais e a capacidade de manter contato com seres que estão em um outro plano e que tem características sobrenaturais.

Conforme informação que nos foi dada por Adna, mesmo após o falecimento de seu pai, aqueles designados como seus filhos de santo continuavam a realizar atividades ligadas ao plano das práticas religiosas, embora cada um em sua comunidade, em seu próprio *barracão*. Dependendo da especificidade dos rituais, uns eram convidados a participar das festas do outro, mas cada um com seu calendário de festas específico e suas particularidades no que diz respeito às práticas religiosas. A entrevista com Adna me permitiu expandir a rede de relações sociais referidas a pesquisa.

1.2 Percurso inicial da construção do objeto de pesquisa: conexões entre religiosidade e política

Após o encontro com Adna e depois de obter algumas informações por meio dela, elaborei uma lista com os nomes de algumas dessas autoridades religiosas e me propus a conhece-los a fim de observar e analisar as relações em torno das práticas religiosas. A intenção era, nesse período, perceber se/como os vínculos religiosos ofereciam suporte para se pensar à construção do território. Elaborei também um roteiro com o nome e a comunidade de cada uma das pessoas citadas por Adna e passei a usá-lo para nortear a localização das residências onde eu precisaria ir a fim de realizar entrevistas. Alguns deles moravam nas comunidades Praça da Igreja, Jacaré, Ponta da Areia e Rua do Namoro, todas essas comunidades fazem parte do território de Formoso.

Todas essas autoridades religiosas citadas por ela, eram chamadas de “filhos e filhas de santo” do Sr. Zé Maia. Tendo em vista que ele era quem desempenhava papel central na organização e agregação dos seus filhos de santo em ocasiões de festas e rituais, foi interpretado por alguns frequentadores adeptos dos rituais realizados por ele, que após sua morte esses elementos desapareceriam. Ou seja, muitos pensaram que com o falecimento desta liderança religiosa os vínculos daqueles que se reuniam em torno dele iriam se desfazer, bem como os saberes e práticas religiosas se perderiam, ou por assim dizer, entrariam em extinção.

Para interpretar os processos de transformação e as mudanças na composição do grupo que tinha a figura do Sr. Zé Maia como uma de suas referências, lanço mão de algumas indicações de Marshall Sahlins (1997). Nas reflexões que faz em “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em vias de extinção” parece ter se insurgido contra a ideia de que o contato entre duas culturas hierarquicamente relacionadas levaria a extinção do grupo considerado inferior.

Neste texto, o autor defende a ideia de que a cultura não está em vias de desaparecimento, critica a posição daqueles que afirmam que a antropologia, tal como seu objeto - a cultura - estão em vias de extinção. Ele reflete sobre alguns equívocos relacionados à interpretação das culturas.

Ao se reportar ao contexto de seus estudos, Sahlins apresenta um posicionamento no sentido de refutar a ideia de um sistema considerado superior cultural dominar e suprimir outros povos através da imposição e da superioridade “cultural” e também econômica. Afirma ainda que as culturas e os povos são resistentes e se recriam com o encontro do que é considerado diferente, ou seja, não se perdem em função de uma cultura vista como “superior”.

Embora não se trate do mesmo contexto, as reflexões de Sahlins ofereceram-me suporte para pensar a seguinte situação. A cultura, as crenças, os hábitos relacionados à forma de percepção do território não iriam sucumbir após o falecimento do Sr. Zé Maia. O que ocorreu foi uma ressignificação por parte dos seus chamados “filhos de santo”, assim como uma expansão das experiências no território, mais amplo que o território reivindicado, com as práticas e os saberes utilizados como estratégia de reprodução. Nesse sentido essa dimensão referida as chamadas práticas de cura nos possibilita relativizar as fronteiras físicas atreladas a uma noção geográfica de território.

Portanto, o que inicialmente parecia representar um risco em termos da amplitude das manifestações de cunho religioso para outros representou um começo. Essa nova fase se caracteriza pela autonomia e responsabilidade dos agentes religiosos com a continuidade do legado deixado pelos que os antecederam. Após a morte do Sr. Zé Maia, uma autoridade religiosa que agregava em seu entorno um grupo, alguns filhos de santo deixaram de realizar os rituais, enquanto outros construíram de modo autônomo os seus próprios barracões e deram prosseguimento às práticas religiosas.

A dispersão daqueles designados “*filhos de santo*” além de possibilitar grande diversidade de novas formas culturais, ou seja, variações e formas de ser e fazer específicos dentro de um mesmo grupo, pode ser interpretada como uma estratégia de transmissão de conhecimentos específicos. Estes, são repassados de forma oral e principalmente através do modo de vida dos que participam direta ou indiretamente dos rituais e festas realizados.

Após essa ocasião, retornei a campo em 24 de março de 2017 para o lançamento do livro “Nice Guerreira: mulher, quilombola, extrativista da floresta” e inauguração do Centro de Ciências e Saberes em Penalva e em 20 de novembro de 2017 participei, em Penalva, do Seminário Intermunicipal: dia da Consciência Negra”. Ambos os eventos me apareceram como oportunidades para reforçar a rede de relações com meus interlocutores de Lagoa Mirim, e com os demais moradores de outros territórios.

Com o trabalho de campo nesses locais surgiu a oportunidade de conhecer mais agentes sociais que se constituem como lideranças locais e são também detentores de saberes relativos ao uso e manipulação de ervas medicinais e rituais religiosos. A questão política, referida principalmente à luta pela defesa do território aparece articulada ao âmbito religioso.

A luta pelo livre acesso aos babaçuais, que reuniu quebradeiras de coco do Maranhão e de outros estados, a exemplo do Piauí é um ponto de apoio para nos orientar em termos de outras situações de constrangimento que fomentam a defesa do território. Em Formoso, os agentes sociais veem lutando pelo livre acesso aos locais onde haviam elementos utilizados em seus rituais, incluindo ervas usadas na elaboração de chás, banhos e remédios para cura de doenças. Um dos problemas assinalados pelos agentes com os quais tenho conversado diz respeito a relação conflituosa envolvendo os designados fazendeiros. Em seus relatos, esses agentes apontaram que áreas comuns, em vários territórios, estavam sendo privatizadas, o que além de impedir o uso das terras limita o acesso aos recursos naturais.

Esses impedimentos dificultam a forma de os agentes sociais se reproduzirem tanto cultural, quanto socialmente, obrigando-os a cultivarem seus *canteiros* em seus próprios *quintais* e privando-os de produzir remédios, pela impossibilidade de acesso às plantas e ervas que não são cultivadas em casa, mas são encontradas nas matas, debaixo das árvores mais altas. Retomo esse debate no capítulo 3, ao falar sobre o impedimento de cultivo e ervas medicinais e as implicações disso nos rituais e práticas religiosas cotidianas.

Em decorrência desse conflito, não era incomum essas lideranças religiosas serem ameaçadas de morte pelos próprios fazendeiros ou por pessoas que trabalhavam em suas terras, pois além de se mobilizarem, conseguiam mobilizar pessoas não apenas de sua comunidade como de comunidades vizinhas. Sem contar que através das festas e rituais realizados com frequência, atraindo pessoas de várias localidades, os vínculos entre as comunidades iam sendo fortalecidos, reforçando dessa maneira a luta em defesa do seu território.

Gostaria de voltar ao tópico relativo aos momentos iniciais de trabalho de campo para expor como foi construída a rede de relações que influenciou diretamente na delimitação do objeto de estudo. Após o contato com a filha do Sr. Zé Maia, Adna Coelho, obtive elementos que permitiram refletir sobre o processo de construção da territorialidade relacionando à rede de relação desenvolvida através dos filhos de santo dele. Pude ainda perceber como elementos da religião eram apresentados como diretamente relacionados à identidade quilombola.

Foi através desta etapa do trabalho de campo desenvolvido nessas comunidades e das entrevistas que realizei que pude observar que as autoridades religiosas também têm autoridade política, inclusive, algumas delas, como o Sr. Fabrício, são líderes políticos de muita influência.

Não irei me ater à explicação detalhada de cada uma das categorias e práticas religiosas que citei anteriormente. Eu trouxe a situação para tornar compreensível o caminho percorrido na construção do meu objeto de pesquisa. A busca pelo contato com os *filhos de santo* do Sr. Zé Maia que estavam dispersos pelo território de Formoso possibilitaram a expansão da minha rede de relações. O acesso aos agentes sociais que são apresentados como líderes religiosos me fez perceber que suas práticas não estão dissociadas da luta pelo território, nem da representação que os agentes têm sobre a territorialidade. Objetivo com essa breve exposição, tornar perceptível os elementos que me fizeram, ainda na iniciação científica, optar pela relação da religiosidade e política, e que me auxiliaram a pensar esses planos enquanto intrinsecamente associados.

Atentei, dessa forma, às conexões entre religiosidade e política. Compreender isso foi de suma importância para os desdobramentos do seguinte trabalho de dissertação, pois me permitiu traçar um percurso inicial da construção do objeto de pesquisa.

1.3 Reflexão preliminar sobre a construção do objeto de pesquisa

A construção do objeto de estudo é algo que exige tempo, não é uma produção imediata (BOURDIEU, 2010), pois o objeto está inserido em um conjunto de relações. Esse objeto e toda a trama da pesquisa, seja um recorte do que se deseja pesquisar, não estão deslocados da realidade. Pierre Bourdieu (2010) enfatiza ao falar sobre a construção do objeto de estudo, que não se trata de meras obtenções de dados, como se o trabalho de pesquisa fosse um trabalho imediato. Trata-se de uma construção que exige tempo e que de forma alguma se apresenta isolada do contexto. Por esse motivo menciono aspectos como a minha inserção, os contatos que estabeleci no início da pesquisa, os primeiros investimentos do trabalho de campo que me colocavam a relação entre religião e política como possibilidade de construção desse objeto.

Na ocasião da pesquisa de iniciação científica e nas investidas para a realização do trabalho de conclusão do curso de graduação, vi-me diante do desafio de tecer reflexões em torno de questões que envolviam a conexão entre esses dois domínios.

Após a conclusão de ambos os trabalhos acadêmicos, mesmo sem possibilidades de retornar às comunidades durante um longo espaço de tempo, o esforço de manter contato com os agentes sociais era contínuo, e foi esse contato que me rendeu novas reflexões e outras possibilidades para a pesquisa.

Durante conversas com os agentes sociais em ocasião de eventos organizados pelo PNCSA na cidade de São Luis, fui informada que empresários locais iniciaram investimentos no território de Formoso visando atrair pessoas para o chamado turismo “ecológico” nos lagos. Segue um trecho do relato da entrevista:

“Nós estamos com um problema sério lá. O irmão do prefeito de Penalva (...) é rico demais, dono da Ótica Veja, de todo lugar, é o Diney que nós chamamos de Viegas. Filha, eu vi uma entrevista dele no dia em que eu viajei pra Belém, ele andando no avião dele lá em Penalva, pegando todo isso que eu tô falando aqui, todas essas reservas, esses quatro territórios nossos, mostrando de avião pra um pessoal do SBT. E depois ele pegou a área de São Braz todinha, que pertence o campo, toda essa área nossa onde pertence campo numa voadeira dele. E ele dizendo que era uma área que ele estava lutando

pra fazer o turismo (...) E ele ficou dentro d'água até um pedaço (...)
. (Informante P⁹. ENTREVISTA, 27.03.2015)

Edney Viegas é um dos principais empresários de grande poder aquisitivo que tem investido visando realizar o turismo nos lagos de Formoso. Ele é irmão do ex-prefeito de Penalva (2013-2016) e se apossou de extensas áreas nos territórios de Enseada da Mata e em Formoso. Após adquirir várias terras em Enseada da Mata iniciou novos investimentos para aquisição de terras em Formoso.

Viegas, como é chamado pelos agentes sociais, foi quem iniciou e estimulou outros empresários a realizar os projetos de turismo nos lagos de Formoso. Esses lagos são área de uso coletivo e não podem ser apropriados individualmente. Este, tem se utilizado de seu grande poder aquisitivo para se apropriar dos meios de comunicação, para fins de propagação de seus ideais, visando incentivar outras pessoas a realizarem investimentos. Em 2014 obteve o espaço de uma matéria de aproximadamente trinta e três minutos para a divulgação de seus interesses no programa Maranhão Rural¹⁰, do canal Mirante de televisão filiada à Rede Globo.

Interessada em saber mais sobre o modo de atuação dos empresários, que segundo informações dos agentes sociais entrevistados estavam privatizando os territórios e se apropriando de forma individual dos recursos disponíveis, retornei ao trabalho de campo a fim de perceber se essas ações interferiam de alguma forma no modo de vida das pessoas que moravam naquelas proximidades.

Meu objetivo inicial e proposto no pré-projeto ainda no processo de seleção para o Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, foi perceber de que maneira as ações dos chamados empresários e latifundiários intencionados em realizar o turismo nos lagos interferia na organização do grupo e como o conjunto de ações de depredação apresentavam-se como empecilho tanto à reprodução social, quanto física dos grupos.

Por isso retornei às comunidades para realizar trabalho de campo após alguns anos desde o início da pesquisa de iniciação científica. A minha proposta como roteiro a ser seguido durante a estada no território incluía atribuir maior ênfase às comunidades mais próximas do

⁹ Optei por omitir a identidade dos entrevistados que cederam-me informações citando os nomes de fazendeiros ou latifundiários por uma questão de segurança desses agentes, tendo em vista as situações constantes de tensão social.

¹⁰ O vídeo intitulado “Maranhão rural e o turismo nos lagos de Penalva” está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=I1xLQBzQ4tU>

lago, pelo fato de, ao meu ver, estas serem provavelmente as mais afetadas pelas intervenções visando o turismo nos lagos. Essa ideia foi rapidamente desconstruída, uma vez que percebi logo na primeira entrevista que esse conjunto de ações de depredação não se restringia às comunidades geograficamente próximas do lago, ou apenas àquelas pertencentes ao território de Formoso. As consequências advindas dessas ações poderiam ser perceptíveis em diversas localidades, incluindo Enseada da Mata, mais próximo geograficamente da cidade de Penalva.

Logo nas primeiras entrevistas tornou-se perceptível através das falas dos agentes que os citados como empresários do investimento do ramo de turismo eram os mesmos chamados latifundiários que atuam há muitos anos privatizando extensas áreas do território. Alguns destes após explorarem a terra, dirigiam-se às outras localidades visando obter mais terras para exploração, à exemplo do que fez Viegas, explorou ao máximo o território de Enseada e atualmente tem investido mais na compra de terras visando explorar também o território de Formoso.

1.4 Delimitação do objeto de pesquisa

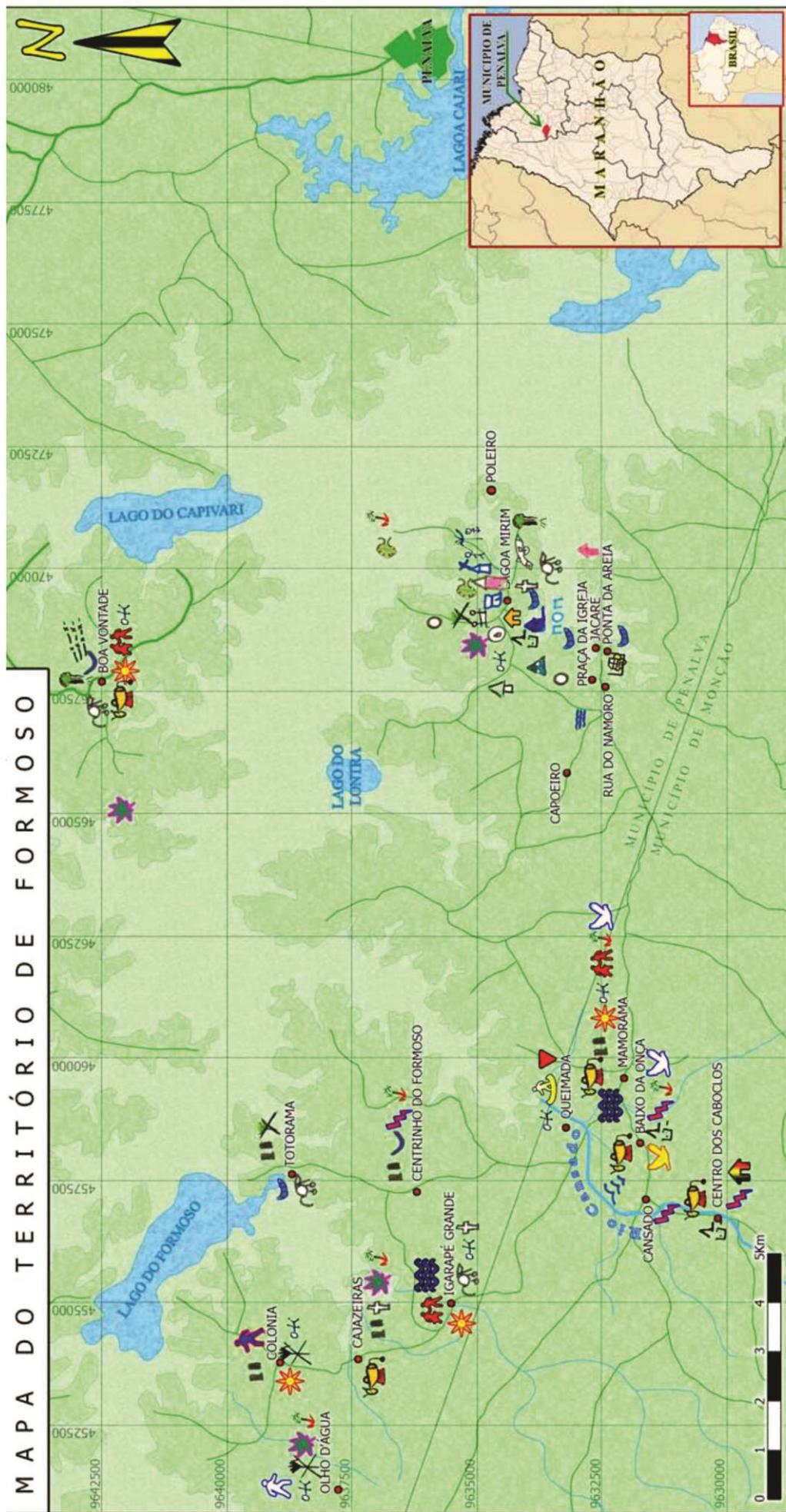
A efeito de delimitação do objeto de estudo, tomarei como situação empírica, apenas as questões pertinentes ao território de Formoso, mesmo ciente de que as consequências das ações dos fazendeiros que atuam nesse território afetam aos demais territórios de Penalva. O fato de propor analisar especificamente as relações de conflitos nesse território não me impede de remeter a outras situações sempre que necessário a fim de tornar possível a compreensão de alguns fatos que se relacionam aos demais territórios.

Em 14 de setembro de 2016, já focada na produção para a dissertação, retornei à Penalva, fiquei hospedada na casa de Sra. Nice Machado sob companhia constante de sua filha Célia Machado. Alguns dias antes da viagem à Penalva avisei a Sr. Fabrício Nabate sobre minha presença na cidade. Em articulação com o jovem Gil Machado, filho de Sr. Nice, que me auxiliou no processo de escolha das pessoas que poderiam ser entrevistadas, traçamos um roteiro de comunidades a ser seguido para quatro dias, iniciando no dia seguinte. Me chamou atenção a capacidade das lideranças políticas, do território de Formoso, de se articularem de forma rápida com os demais membros do grupo, me pareceu uma característica que sem dúvida facilita a organização no que diz respeito a outras situações de mobilização coletiva.

Ao comentar que pretendia perceber as possíveis transformações causadas pela intervenção dos fazendeiros que atuavam no lugar desde que se iniciaram os investimentos em

turismo naquela região fui orientada por Sr. Fabrício, Gil e Célia a conversar com agentes sociais de diversas comunidades. Indicaram-me alguns agentes tal como informaram-me onde moravam. Os indicados por eles, eram em sua maioria, presidentes de associação e moradores antigos.

Elaborei uma lista com os nomes e suas respectivas comunidades e saímos ao encontro das pessoas indicadas. Nessa ocasião foi possível ir e realizar entrevistas com agentes sociais das comunidades: Outeiro, que faz parte de Enseada da Mata; Lagoa Mirim, Tororoma, Olho d'Água de Formoso, Igarapé Grande, Marmorana, Ponta da Areia, Rua do Namoro, Praça da Igreja e Jacaré. A seguir o mapa do território onde é possível localizar os locais onde estive durante o trabalho de campo.



	Tambor de crioula		Casa de Forno		Escola		Casa do Fabricio		Aterro		Festa do Divino
	Conflito com búfalo		Ninhal dos pássaros		Igreja		Casa de Domingo		Extração ilegal de madeira		Clube de Reggae
	Parteira		Açude do Povoado Jacaré		Campo de Futebol		Associação do Povoado Lagoa Mirim		Queimada de palmeira		Queimada de Marajá, Jenipapo e Algodão do campo
	Doutor do mato		Barracão de Festa		Cemitério		Casa de Roque		Conflito de Terra		Fonte: Trabalho de campo, Coletas de pontos por GPS, DSG's do IBGE e Croquis e desenhos do Sr. Fabrício;
	Cerca elétrica		Terreiro de Mina		Conflito por Babaquais		Queimada de jucaral		Arvores seculares		Equipe de pesquisa para a construção do Mapa: Cynthia Carvalho Martins (Coordenadora da Equipe), Adaildo Pereira dos Santos, Valderiza Barros, Jhulliane Mendes de Abreu;
	Sem energia elétrica		Porto		Antiga Fazenda São Luis		Ameaça de morte		Ruínas de Engenho		Elaboração do Mapa: Aldemir Moraes, Davi Pereira Júnior, Dorival dos Santos.
	Bambãe		Terreiro de Mina Zé Maia		Poço antigo		Bumba-meu-boi		Fazedor de canoa		
	Açoreamento de rio		Lagoa dos passáiros		Cantador de Bolaia		Cantador de Tambor		Povoado		

Mapa 1. Mapa do território de Formoso extraído do Boletim “Quiombolas, agricultores (as), quebradeiras de coco, pescadores do Território de Formoso.

Ao expressar minha pretensão em conhecer os efeitos causados pelas ações visando o turismo ecológico nos lagos, fui encaminhada por meus principais interlocutores aos presidentes de associação de algumas comunidades, mas ao questioná-los sobre o assunto, foram unânimes ao dizer que desconheciam quaisquer investimentos com esse propósito. Entretanto, ao longo das entrevistas todos citaram inúmeros casos de violação de direitos envolvendo a ação dos chamados latifundiários e empresários, isso me direcionou a tecer reflexões não apenas em torno das consequências decorrentes dos investimentos para o turismo, mas também orientaram-me a ampliar o campo de observação do objeto empírico e perceber para além do que eu imaginava que estaria posto enquanto construções de estabelecimentos ou investimentos turísticos visíveis em locais próximos ao lago.

Essa situação me remeteu à ideia de Gaston Bachelard (1996) em sua abordagem sobre a noção de obstáculo epistemológico. Para este autor a noção de obstáculo precisa ser pensada por ser útil no processo de desenvolvimento do conhecimento científico. Detectar os obstáculos auxilia na elaboração do conhecimento livre das amarras das imagens primeiras, das impressões iniciais, do pré-concebido, e só é possível abrir mãos disso quando se decide traçar um caminho de abstração crescente, distante do que está claro e aparentemente posto diante da percepção.

Bachelard afirma que é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico precisa ser posto. Esse autor apresenta a noção de obstáculo epistemológico e tece reflexões sobre algumas rupturas que são necessárias para se pensar o objeto e auxiliar na construção da pesquisa.

O primeiro obstáculo epistemológico elencado por ele é a experiência primeira, pois ela se coloca em uma posição acima da crítica, e não constitui uma base segura. É preciso perceber que entre a observação e a experimentação não há continuidade, e sim ruptura, e o obstáculo nasce com o apagamento da ruptura, quando ela se torna unidade, continuidade, desenvolvimento. Precisei primeiramente romper com a ideia pré-concebida que eu alimentara, de que iria encontrar naquele local grandes construções e que as consequências dessas ações fossem percebidas e ouvidas de imediato.

Ao me deparar com a situação de aparente desconhecimento dos agentes sociais a respeito dos investimentos visando o turismo, senti a necessidade de reformular alguns questionamentos a fim de que pudessem me auxiliar a entender a configuração daquela situação. Tive o cuidado constante de não correr o risco de ser levada por automatismos de

pensamento supondo que por não haver investimentos materiais visíveis, também não haveriam conflitos. Por isso há a necessidade da reflexividade constante acerca do que se constrói, nesse caso, poderia ser um risco comprometer todo o curso a pesquisa por estar diante de um objeto empírico diferente daquele que esperei encontrar.

Para Pierre Bourdieu (2010) objeto de pesquisa parte de uma problemática teórica, há a necessidade de submeter os aspectos da realidade a uma interrogação sistemática que são colocados entre si pela questão que é formulada.

Em consonância com Gaston Bachelard (1996) que é reconhecido com um dos principais nomes das ciências do século XX, Pierre Bourdieu (2010) afirma que não se obtém conhecimento senão como uma resposta a uma pergunta que é formulada sob a forma de um problema, o qual está relacionado a um saber, ou seja, é preciso antes de tudo, saber formular problemas, se não houver uma questão, não pode haver conhecimento científico. Segundo ele, O que leva a reconstrução do saber científico são os questionamentos realizados constantemente.

A necessidade da construção de uma pergunta problema é objeto de reflexão de ambos os autores. Bourdieu afirma que sempre que o pesquisador for inconsciente em relação a problemática implicada em suas perguntas, ele passará pela privação de compreender a problemática que as pessoas implicam em suas respostas.

Com o desafio de romper com a experiência primeira, com o “pré-construído” que está em toda parte (BOURDIEU, 2010) elaborei algumas questões a fim de proporcionar reflexões em torno daquele objeto empírico que me propus a analisar: O que leva os agentes sociais a se autodefinirem como quilombolas? Em que momento o critério étnico de autodefinição é acionado como um elemento de luta política? Que tipo de lutas tem sido travadas? Quais implicações, abrangências e dispersões podem ser depreendidas dos conflitos sociais provocados pelas ações dos designados fazendeiros? As lutas sociais podem ser pensadas por uma natureza econômica, política, social, religiosa? O conjunto dessas ações produzem efeitos sociais em que domínios de relação social? Estariam esses efeitos restritos ao domínio econômico ou referidos unicamente ao território reivindicado? Estas lutas estão direcionadas para garantir direitos territoriais que asseguram a reprodução física dos agentes sociais? Ou são lutas identitárias visando o reconhecimento dos seus saberes e práticas? É a reivindicação de alguma necessidade aparente que os mobiliza? De que maneira a intervenção de antagonistas

afeta a forma de organização dos agentes sociais do território de Formoso? Quais estratégias os agentes sociais utilizam como forma de resistência?

A partir de então, vejo-me diante de novas perspectivas e possibilidades de construção do objeto de pesquisa. Invisto esforços para refletir teoricamente sobre as situações mencionadas pelos agentes sociais entrevistados, as quais envolvem violação de direitos étnicos, e que não necessariamente estão ligadas a um fenômeno recente, como o caso do turismo, mas estão associados aos outros investimentos que esses mesmos grupos de empresários e fazendeiros iniciaram há décadas. Tomo como desafio ainda, perceber quais estratégias de tentativa de dominação estão em jogo e que se operam nas relações cotidianas dos agentes sociais; para isso, faço uso das narrativas, dos saberes e dos conhecimentos desses agentes visando perceber as conexões entre os âmbitos político e econômico, tratando-os, em determinados casos, como estratégias de resistência perante os conflitos no território.

Os conflitos aos quais me refiro estão relacionados à privatização do território por parte dos grupos antagônicos e suas formas de apropriação e uso dos recursos que ferem as regras coletivas de utilização das famílias desse território, interferindo, dessa maneira, em sua organização e no modo de vida, comprometendo a saúde e pondo em risco a vida humana.

No que diz respeito a violação de direitos relacionados à privatização, inclui-se a colocação de cercas elétricas nas matas e nos campos naturais alagados, os quais resultam na dificuldade/impossibilidade de realizações de atividades uteis para a manutenção da vida diária.

Dentre os danos causados destaco o impedimento de acesso aos locais onde os agentes desenvolvem atividades extrativistas, como negação de acesso ao juçaraís, buritizais, babaçuais; a negação de acesso às áreas de campos alagados impedindo a realização da atividade constante da pesca; impedimento de colocação de roças ou de outras áreas de cultivo sob imposição de uma taxa de foro a ser paga para uso do local; criação de búfalos em lugares inadequados desencadeando problemas como a escassez de água potável e para outras formas de consumo, dentre outras formas de violência exercidas constantemente contra os agentes sociais do território de Formoso.

Tomo esse conjunto de questões como objeto empírico e me proponho a refletir teoricamente sobre alguns aspectos que estão diretamente relacionados com o tema desta dissertação. No segundo capítulo discutirei sobre a reestruturação das estratégias de exploração dos recursos naturais disponíveis por parte dos grupos de fazendeiros e latifundiários.

CAPÍTULO II: REESTRUTURAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS PELOS CHAMADOS “FAZENDEIROS E EMPRESÁRIOS”

“(…) Eles (senhores de engenho) se apossaram aqui da terra tipo agora, a diferença é que nesse tempo era o engenho, agora é búfalo, mas antes era a mesma coisa.” (AIRES, Nice Machado. ENTREVISTA, 20.09.2017)

Ao narrar o contexto de exploração das terras pelos senhores de engenho Sra. Nice Machado relembra com base no que contaram seus antepassados como se deu a tomada de posse das terras por parte desses senhores de engenho. Ao expressar “*antes era a mesma coisa*” ela se refere ao embate que envolve a luta política pelo território. Explicita, através de uma comparação, que embora o alvo dos investimentos tenha mudado ao longo dos anos, antes engenhos, agora búfalos, os métodos de tomada de posse das terras continuam sendo violentos e arbitrários.

Se antes a exploração da terra, dos recursos naturais e das pessoas eram justificadas pelos pretensos proprietários de terra pela necessidade de manutenção do engenho, atualmente, a exploração é justificada por fazendeiros e empresários em nome dos investimentos no ramo da bubalinocultura. Essa luta, que não é recente, é permeada por um conjunto de relações que vão se construindo e reconstruindo, e parece ter a figura dos antagonistas atualizadas em cada situação ao longo de gerações.

Sra. Nice fala com propriedade sobre a situação dos povos de pele negra que vieram ao Brasil e como se mantiveram durante o período de escravidão e após abolição da escravatura. Isso me autoriza a pensar que o refinamento e riqueza de detalhes dessas informações é resultado de uma ampla rede de relações com aqueles que recuperaram memórias através dos seus antepassados e também devido sua trajetória de luta pelo território junto a outros agentes sociais.

Durante as conversas que tivemos ao longo da pesquisa, a vi inúmeras vezes fazer menção aos avós, pais e parentes que segundo ela também foram submetidos a situações de tensão semelhantes as atuais, e que também resistiram. Remeter às gerações e fazê-los ser lembrados como “resistentes” é uma forma de tornar explícito que essas lutas relacionadas aos territórios não são recentes, e que assim como são reestruturadas as estratégias de exploração, há também a necessidade de se recriar as estratégias de resistência a fim de ter garantidos seus direitos.

Ela se identifica como “preta na cor e negra na raça”, se autodefine quilombola, extrativista e agricultora familiar. Faz parte do Movimento Interestadual das Quebradeiras de

Coco Babaçu (MIQCB); da Associações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão (ACONERUQ); do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); contribui com o Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA); foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Penalva, Maranhão – (SINTRAF) e já foi coordenadora da Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Maranhão (FETRAF).

Devido ao pertencimento a ampla rede movimentos sociais, Sra. Nice é constantemente convidada a participar de diversos congressos e encontros locais e internacionais. Nesses lugares, expõe a situação atual a que são submetidos os quilombolas e as situações de tensão social que enfrentam constantemente. Observo, diante do envolvimento de Sra. Nice em diversos âmbitos referidos a luta pelos direitos de povos e comunidades tradicionais, especificamente, pelo acesso ao território, que ela é autorizada pelos agentes sociais dos territórios a atuar como uma espécie de “representante” dos agentes sociais daquelas comunidades. Afirmo isto, por perceber, durante o trabalho de campo, o papel que esta desempenhava diante dos representantes de outras comunidades durante as reuniões e encontros que congregavam pessoas de diversos lugares.

Notei, que ela ocupa uma posição de protagonismo em referência às formas de mobilizações sociais. Percebi que frequentemente, as reuniões para tratar sobre assuntos relacionados aos territórios da região de Penalva eram articuladas por ela, mas o apoio na organização ficava também a cargo dos representantes de comunidades. Pude perceber estreitas ligações entre os meus principais entrevistados e ela. Durante todo o processo de construção dessa pesquisa contei com a presença e auxílio de Sra. Nice. Juntamente decidíamos os trajetos das viagens, primeiro pela rápida articulação dela com pessoas de outras localidades; segundo, pelo fato de ela conhecer bem o território e me orientar acerca das rotas mais acessíveis, tendo em vista a dificuldade do acesso às comunidades do território em que desenvolvi a seguinte pesquisa.

2.1 Uma abordagem acerca da história social do conflito

Com o objetivo de analisar as relações conflituosas que se estendem neste território desde o contexto de ocupação dos que se autodefinem quilombolas e refletir sobre o contexto em que estavam/estão inseridos, que me propus a desenvolver o capítulo segundo desse trabalho.

Não apelo ao historicismo tentando remontar em ordem linear os acontecimentos, trago recortes históricos específicos a fim de possibilitar através disso a reflexão sobre a

reestruturação das estratégias de exploração dos recursos pelos chamados “fazendeiros e empresários”. Para isto, invisto esforços para refletir sobre como ocorrem as transformações que são envolvidas por um jogo de interesses por parte de grupos que parecem contar com as estruturas de poder e gradualmente percebem novas possibilidades de exploração dos recursos naturais disponíveis no território de Formoso.

Com o objetivo de situar o leitor acerca dos principais geradores de conflitos de terra atualmente nessa região, invisto esforços para realizar uma abordagem que explicita inicialmente o contexto histórico e social que tornou possível aos chamados fazendeiros adquirir terras que podem ser pensadas como áreas de ocupação antiga. Considero esse debate necessário por entender que a situação de tensão atual não está apartada deste contexto.

A região conhecida como Baixada Maranhense está situada a oeste e sudeste da cidade de São Luis. Abrange aproximadamente vinte municípios e estende-se por mais de vinte mil quilômetros quadrados. Essa região tem sofrido desde os anos 70, efeitos dos desmatamentos e devastação que estão relacionados à apropriação privada de terras por parte dos chamados fazendeiros. Estas, são em sua maioria, destinadas exclusivamente ao plantio de capim e criação extensiva de búfalos. Para melhor compreender o contexto atual, farei uma breve abordagem explicitando os fatores que contribuíram para a inserção desses grupos naquela região, a fim de identificar alguns dos elementos geradores de conflitos.

2.1.1 A Lei de terras de 1850 e 1969: a tragédia e a farsa

A Lei de terras nº 601 de 18 de setembro de 1850 foi uma das primeiras leis após a Independência do Brasil. Essa lei primava pela venda de terras, beneficiava apenas aqueles que possuíam poder aquisitivo e podiam comprá-las segundo suas posses. Segundo essa lei, ficam proibidas a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Não seria permitido obter terras por meio de posse, a denominada usucapião. Essa lei foi sancionada no mesmo ano da lei Eusébio de Queiróz¹¹.

O advogado Joaquim Shiraishi Neto, em seu livro “Inventário de Leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão: 1850/1996” afirma:

“Uma leitura do senso comum é de que esta primeira Lei de Terras apenas se preocupou em regularizar o domínio das terras apropriadas, quer seja por meio de cartas de sesmarias, que por posses ou aquisições. Afastando-se destes instrumentos de interpretação de domínio do direito, é possível avançar no significado e a intenção dos

11 A lei Eusébio de Queiróz foi uma modificação que ocorreu na legislação escravista brasileira. Ela proibia a entrada dos africanos escravizados no Brasil interatlântico, quem a infringisse seria criminalizado.

legisladores, preocupados em prevenir a ocupação das terras devolutas pela numerosa população camponesa dispersa no Estado, garantir a apropriação e o domínio das terras por um seletivo grupo de cidadãos e em dirimir os conflitos existentes em favor desses grupos. Cria-se assim um verdadeiro aparato legal, já numa tentativa de excluir os segmentos camponeses do acesso e uso das terras devolutas.” (SHIRAISHI NETO, 1998, p.30)

Dessa forma, evidencia-se que havia um interesse em concentrar a terra nas mãos de uma elite. Esse foi um dos passos iniciais para tratar das terras conhecidas como devolutas. A terra passa a ser tratada como mercadoria, fazendo crescer o monopólio sobre o latifúndio. Como afirma Shiraishi Neto, é evidente que haviam interesses e grupos que seriam privilegiados através dessas medidas, pois essa mercadoria não estava acessível a todos.

Segundo este autor, a partir de 1910 tem-se uma nova política de favorecimento de concessões de terras chamadas de “devolutas”. Dessa vez, o interesse era privilegiar firmas ou pessoas estrangeiras que teriam empreendimentos relacionados a exploração de recursos naturais.

Em 1º de janeiro de 1917, entra em vigor a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, o chamado Código Civil Brasileiro. Esse Código seria o responsável por dirimir os conflitos na esfera da ordem privada no que diz respeito às pessoas, aos bens e suas relações. Segundo Shiraishi Neto, serve para disciplinar entre outros direitos e obrigações matérias relacionadas ao direito de posse. Ele não define o que considera propriedade, somente assegura seu exercício pleno. A partir da posse o sujeito recebe proteção contra os atos de ameaça independente de a terra ser devoluta ou não.

Como mencionei anteriormente, não intenciono realizar uma análise baseada na cronologia das leis, enfatizo as que considero relevantes para se compreender o contexto de exploração dos recursos naturais na Baixada Maranhense.

A partir da exposição acima, é possível observar que as terras devolutas passaram a ser incorporadas ao modelo da sociedade capitalista e tidas como mercadoria. E posteriormente, a partir da década de 60, tornou-se prioridade do governo do Maranhão.

No livro “Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás”, Victor Asselin (2009) tece contribuições relevantes acerca da grilagem¹² no Maranhão. A grilagem é um dos maiores

¹² Grilagem é um termo utilizado para se referir à ocupação irregular de terras por meios fraudulentos ou por falsificação de títulos de propriedade. Esse termo faz referência à estratégia de se colocar documentos novos em caixas com grilos. Devido os dejetos dos insetos e aos roídos que estes fazem nos papeis, os documentos passam a ter um aspecto envelhecido. A intenção é torna-lo parecido com um documento original e antigo.

instrumentos de domínio e concentração fundiária nas áreas rurais do Brasil. É um instrumento oficialmente assumido para privatizar as terras públicas.

Asselin afirma que antes dos anos de 1960 o Maranhão começa a ser alvo de investimentos. E por volta de 1967 os rumos da economia e política do Maranhão eram traçados com base nos projetos que estavam sendo esboçados, trata-se do “maranhão Novo” e do “Maranhão Carajás”. Nesse período, segundo o seguinte autor, o Maranhão foi alvo de investimentos de sulistas e de estrangeiros. As estradas que perpassam o Estado ligando a capital, São Luis, às capitais vizinhas começam a ser construídas. Logo após, começam as conexões com as regiões de Pindaré e Tocantins.

A logística da construção de estradas e dos investimentos realizados nesse período foram motivadas de acordo com as necessidades do Estado, e nem foram pensadas visando suprir os anseios dos trabalhadores da época. Os investimentos em rodovias federais e em outras construções visavam atender às demandas da elite que tinha interesses similares ao do representante governamental da época. O então governador eleito em outubro de 1965, José Sarney, começava a delinear o futuro do Maranhão com políticas que pareciam atender unicamente aos interesses dessa elite.

Em 6 de dezembro de 1968, Sarney cria a reserva Estadual de Terras e seus órgãos, as Delegacias de Terras, pelo decreto 3.831, de 6 de dezembro de 1968, a quais, segundo Asselin, “não tiveram outro objetivo a não ser o de disciplinar a ocupação e de titular as áreas” (ASSELIN, 2009, p.152)

Em 17 de julho de 1969, no Maranhão, é instituída a Lei de nº 2.979, decreto 4.028 segundo a qual seria facultativa a venda das “terras devolutas sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios podendo requerer cada um até 3.000 hectares” (ASSELIN, 2009, p.152).

Essa lei que foi criada pelo então Governador do Estado, José Sarney, determinava que as terras devolutas do Maranhão, a maioria, ocupada por camponeses, pequenos produtores rurais e extrativistas, deveriam ser vendidas. Nesse novo regime, a autonomia produtiva dos camponeses estaria ameaçada, uma vez que não tinham condições de obtê-las por meio da compra.

Através dessa lei, o acesso à essas terras era facilitado para os que desejavam investir em projetos agropecuários ou agroindustriais, enquanto eram excluídas desse processo as famílias que alí já estavam. Devido a privatização essas famílias eram impedidas de acessar os recursos naturais. Em tese, deveria haver concomitantemente, uma política oficial de incentivo

à pequena produção familiar, mas houve uma predominância do incentivo às iniciativas privadas.

A privatização de extensas áreas de terra por parte desses grupos de fazendeiros e empresários que se estendem até os dias de hoje chamada “região da Baixada Maranhense” foi impulsionada pela facilidade de aquisição devido a “Lei Sarney de Terras”. Essa lei respaldava a privatização das terras públicas do Estado e incentivava a expansão de projetos agroindustriais e agropecuários. A partir desta, inúmeros projetos de implantação de monoculturas foram desenvolvidos. Além disso, nesse período, houve um grande processo de concentração fundiária que provocou descontentamento nos moradores que já estavam naquela região.

Cabe ressaltar que as formas de apropriação das terras nem sempre se davam de forma legítima, os processos mais comuns de tomada de posse da terra envolviam violência, tanto física quanto simbólica. Em alguns casos, havia falsificação de títulos e documentos; expansão dos limites das cercas, que eram ampliadas pelos pretensos donos continuamente para além dos limites especificados formalmente.

Observar e comparar o contexto das Leis de 1850 e 1969 me remetem às reflexões de Karl Marx relacionadas ao golpe do 18 de Brumário¹³. Marx foi um pensador do século XIX de destaque nas Ciências Sociais. No primeiro capítulo desse trabalho o autor inicia com a seguinte afirmação:

“(…) Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.” (MARX, 2011. p25)

Exemplifica a afirmação de Hegel tomando alguns casos em que figuras envolvidas em marcos históricos pareciam ressurgir através de outros personagens¹⁴, e a história parecia se repetir no que diz respeito ao modo e aos danos causados. Afirma que essa mesma caricatura se repete nas circunstâncias que envolviam a reedição desse seu trabalho.

13 Nesse livro, Karl Marx (1818-1883) analisa o golpe de Estado desferido por Luís Bonaparte na França em 2 de dezembro de 1851. Através desse exemplo francês ele desenvolve o estudo do papel da luta de classe como força motriz da história, evidenciando dessa forma, o caráter limitado e contraditório da democracia burguesa.

14 Exemplifica através do caso de Caussidière e Danton, Luis Blanc e Robespierre, a Montanha de 1848-51 e a Montanha de 1793-95, o sobrinho e tio, para se referir a Napoleão Bonaparte e o sobrinho Luís Bonaparte.

Diante do contexto que envolve a situação das relações de tensão entre diferentes grupos na Baixada Maranhense ouso apossar-me da célebre frase mencionada acima por Marx para fazer uma analogia, adapto a uma situação mais local: os fatos e personagens da história do Brasil são encenados, por assim dizer, duas (ou mais) vezes: primeira como tragédia, a segunda como farsa.” A tragédia foi a Lei de terras de 1850, a Lei de terras de 1969 foi a repetição, a farsa. Momentos distintos, “caricaturas” distintas, mas semelhantes formas arbitrárias de usurpação do território, de exploração dos recursos ecológicos e sobretudo de ameaça à integridade humana.

2.1.2 Algumas interpretações acerca das condições ecológicas da chamada “Baixada Maranhense”

Na década de 70, no contexto que envolve a “Lei de Terras Sarney”, houve a introdução da bubalinocultura na chamada Baixada Maranhense. Nesse período o lugar começou a ser palco de criação de rebanho de búfalos em modelo extensivo. Devido a facilidade de aquisição de terras, as condições ambientais e climáticas daquela região, os investimentos à pecuária bubalina se expandiam e o número de rebanhos crescia, tal como o número de exploradores desse ramo.

Algumas características do lugar atraem a atenção desses investidores. No período chuvoso os rios e os lagos transbordam deixando os campos inundados, os quais se transformam em extensos lagos rasos. Devido a ocorrência de terras baixas e planas, caracteriza-se como lugar interpretado pelos fazendeiros como propício ao desenvolvimento da pecuária bubalina.

Em um estudo de Etnoecologia da Revista Brasileira de Agroecologia, intitulado “Identificação dos tensores ambientais nos ecossistemas aquáticos da Área de Proteção Ambiental (APA) da baixada maranhense”, realizado por Almeida-Funo, Pinheiro e Monteles (2010),¹⁵ constataram que as diversas alterações no ecossistema da região dos campos inundados de Penalva são resultados de ações antrópicas, causados principalmente pela criação extensiva de búfalos, construção da barragem, queimadas e desmatamento das matas ciliares.

¹⁵ O estudo foi elaborado por Almeida Funo, professora do Instituto Federal do Maranhão e por Claudio Urbano Pinheiro, professor do Departamento de Oceanografia e Limnologia da Universidade Federal do Maranhão. O estudo evidencia os impactos das ações antrópicas que causam desequilíbrio ambiental.

Constatai ao longo do trabalho de campo, que essas ações de depredação são atribuídas pelos agentes sociais, especificamente, aos fazendeiros e latifundiários daquela região.

As informações obtidas através desse estudo reafirmam aquilo que os agentes sociais dos territórios de Penalva vêm relatando. A privatização de extensas áreas para plantio de capim, as criações extensivas de búfalos desencadeiam uma série de outros problemas relacionados a escassez de água, alteração da qualidade dos peixes dos lagos, redução da quantidade de espécies de animais selvagens, desaparecimento de espécies de plantas, dentre outros. As consequências dessas ações serão melhor desenvolvidas no capítulo III.

Todos os agentes sociais entrevistados do território de Enseada da Mata e de Formoso, denunciavam ao longo de suas falas as ações dos chamados fazendeiros e enfatizaram a ação de privatização das matas e campos naturais que se apresentam como obstáculos para a manutenção da vida cotidiana.

Os incentivos governamentais para a expansão da pecuária e a disponibilização de forma arbitrária das terras públicas no mercado de terras há alguns anos contribuiu para que a terra fosse alvo de investimentos desses grupos, e as consequências dessas ações são sentidas até os dias de hoje.

Segundo informações dos agentes sociais entrevistados, os conflitos decorrentes da atividade da criação de búfalos no modelo extensivo se intensificaram nos últimos quinze anos. Arelado a esse problema, surgem outros que além de causar danos aos modos de organização do grupo, afetam seriamente a saúde, interferindo dessa forma na qualidade de vida.

2.1.3 Contexto de ocupação

Ao propor esse tópico, não tenho a pretensão de remontar genealogias ou reconstruir historicamente de forma linear os acontecimentos que aparecem como marcos no que diz respeito ao contexto de ocupação das famílias na baixada maranhense. Pretendo, através da explanação desse contexto, tornar possível ao leitor perceber a forma como se desenvolvem as relações de conflito entre grupos antagônicos travadas desde o período colonial e perceber também alguns dos elementos históricos que os agentes sociais que se autodefinem quilombolas utilizam para justificar sua permanência no lugar, tendo em vista que essa é uma área de ocupação antiga.

A relação desses grupos mantida com o território é considerada anterior à ocupação da área pelos fazendeiros. As memórias relacionadas a esse período são recuperadas pelos agentes

sociais entrevistados através das narrativas, das descrições acerca das relações de parentesco e de amizade com aqueles que foram escravos e que permaneceram nas terras após a abolição. De acordo com os entrevistados, no século XIX, naquela região, a produção de açúcar era escoada pelos rios para o Engenho Central São Pedro¹⁶, que era localizado em Pindaré Mirim. Nesses engenhos aconteciam o processamento da cana-de-açúcar, onde havia a produção de açúcar e aguardente e a preparação para a comercialização. O que era produzido destinava-se apenas ao abastecimento do mercado local. Mesmo com a decadência dos engenhos que tinham a produção voltada para exportação e eram sustentados por mão de obra escrava, algumas unidades de produção continuaram funcionando.

Com a saída dos donos de engenhos dessas terras, alguns agrupamentos sociais formados por famílias de ex-escravos prosseguem cultivando-as, dessa vez, de forma autônoma. Isso implica dizer que não havia intervenção direta do modelo *plantation*¹⁷. Este modelo consistia em um sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação, mediante a utilização de mão de obra escrava.

“Nice Machado – (...)E aí quando aprovou essa lei, as pessoas não ficaram escravas, entre aspas. Então o que aconteceu, eles não eram daqui, eles eram só fazendeiros, donos de empresa, porque o engenho era uma empresa nesse tempo. Aí eles perderam o engenho, aí como teve a lei que não podia trabalhar de graça, aí eles para não dar o dinheiro para os negros largaram a terra e foram se embora. (...) Ai tiraram um documento (...) que do tamanho que era a terra do engenho eles entregaram para aqueles negros mais velhos que trabalharam lá, deram só uma compensação, só que eles pegaram esse documento e guardaram (...). Eles quando não tiveram o dinheiro para dar aos negros e eles foram embora e deram um documento para os mais velhos que trabalharam lá por mais tempo, era uma escritura da terra, o tamanho que era o engenho e deram para eles, pagando eles no lugar do serviço que eles tinham feito.” (Nice Machado, entrevista novembro de 2017)

A lei a que Sra. Nice se refere é a Lei Áurea de 1888, a lei que pôs fim a escravidão no país. Após a assinatura da lei, os escravos foram declarados “livres”, mas começam em seguida as negociações de pagamentos de salários, e a luta por autonomia e liberdade. A libertação não aconteceu de forma repentina, mesmo após um documento formal ainda havia quem se negasse a cumprir e mantinha pessoas ainda sob regime de escravidão, por isso utiliza a expressão “*não ficaram mais escravas, entre aspas*”. Isso foi motivo para muitas desavenças, pois não agradava

16 Essas informações foram obtidas através de entrevistas com os agentes sociais de Monte Cristo. Mais informações buscar no tópico: “Desmatamento, conflitos sociais em área de ocupação antiga” do boletim sobre Penalva, organizado pelo PNCSA, contemplando os territórios de Sansapé, Formoso e Monte Cristo. Consultar: Boletim Informativo n2 de junho de 2014.

17 Consultar: Boletim Informativo n2 de junho de 2014, p2 (citado no tópico anterior).

aos proprietários rurais, cuja fortuna consistia na posse de escravos, e os escravos que eram mantidos sob esse regime mesmo após a aprovação da lei, também não silenciavam, como afirma Sra. Nice, manifestavam-se a fim de ter seus direitos garantidos.

Ao expressar “*eles não eram daqui*”, evidencia que os proprietários de engenho eram de outros lugares e que maior interesse dessas pessoas nessas terras era a exploração da cana de açúcar e dos recursos disponíveis que pudessem propiciar alguma margem de lucro. Com a abolição da escravatura e a decadência do engenho, os senhores de engenho começaram a sair dessas terras. Saíram porque não teriam como pagar todos aqueles que trabalhavam no engenho, uma vez que estavam passando por uma crise e devido a aprovação da lei já não poderiam continuar com mão de obra escrava.

Segundo Sra. Nice Machado, as terras correspondentes ao tamanho dos engenhos não foram deixadas como doação ou por herança, foram deixadas como forma de “pagamento” da dívida pelo trabalho realizado, uma vez que não tinham possibilidade de pagar em espécie a todos os que trabalharam nas terras. O documento de posse da terra, segundo a entrevistada, foi entregue aos mais velhos, que conseqüentemente tinham mais tempo de serviço. As famílias dessas pessoas que trabalharam no engenho permaneceram nas terras cultivando e realizando algumas atividades para a manutenção cotidiana.

Após gerações e apesar de todas as dificuldades que foram enfrentadas posteriormente tanto ocasionadas por embates com outros senhores de engenho ou pelas mais recentes causadas por embates com fazendeiros, há sucessão de famílias que permanecem nessas terras. No território de Formoso, os grupos se autodefinem quilombolas, não na concepção de negro fugido, mas pautados na ideia de permanência, principalmente nessas terras onde haviam engenhos. A ideia da permanência é apresentada em contraposição à ideia de fuga.

É necessário atentar aos processos diferenciados de territorialização. O antropólogo Alfredo Wagner Almeida analisa os processos de territorialização (ALMEIDA, 2008) a partir de diferentes situações sociais. Atentar a esses processos admitir que cada grupo expressa sua identidade de formas específicas e que essas expressões identitárias podem ser traduzidas por extensões territoriais de pertencimento.

Há várias possibilidades e interpretações, cada grupo constrói sua identidade a partir da interpretação que faz de si, do outro e da própria história. A identidade étnica é uma construção

social, e esse processo de construção é permeado por lutas sociais e por políticas de identificação sustentadas pelo grupo.

Viso, nos tópicos que seguem essa abordagem, expor alguns dos elementos que os agentes sociais que se autodefinem como quilombola utilizam para afirmar sua identidade.

2.2 Um debate sobre “etnicidade”: afirmação étnica e critérios étnicos de autodefinição

O termo etnicidade é utilizado na literatura antropológica contemporânea para fazer menção à organização social das interações humanas, segundo categorias que fazem distinções entre o “eu/nós” e os “outros”. Essa diferenciação se efetua por meio das interações sociais, é expressa em termos de características que marcam o pertencimento ou a negação deste. Diz respeito a dinâmica das interações sociais estabelecidas internamente entre os membros ao lidar com indivíduos que pertencem a outros grupos.

Diferentes formas de organização baseadas na etnicidade podem coexistir em um mesmo grupo. É preciso levar em consideração os diversos processos que a envolvem, tal como atentar aos diferentes contextos em que as identidades são afirmadas.

Jorge Luis Borges (1960) em “El idioma analítico de John Wilkins” em “Otras inquisiciones”, expõe como se estabelece o arbitrário e a ideia de classificação. Ele tece a análise em torno das classificações de Wilkins, da Enciclopédia chinesa e do Instituto Bibliográfico de Bruxelas, os quais traziam perspectivas generalizantes ao categorizar os mais diversos elementos.

Segundo Borges, Wilkins havia dividido o universo em quarenta categorias de gêneros e tais categorias possuíam suas subdivisões. Nessas classificações eram categorizados animais, pedras, metais, religião e idiomas. Essas divisões obedeciam a uma ordem lógica, mas não menos arbitrária. Percebe-se uma tentativa de universalização da própria linguagem ao nomear seguindo uma lógica alfabética. Vale ressaltar que não existem categorias isoladas, uma se faz em função de outra. Há uma ilusão de ordem, mas desse discurso se ausenta qualquer questionamento acerca dos critérios de classificação que seriam utilizados. Através da observação das formas de classificação de Wilkins, da enciclopédia Chinesa e do Instituto Bibliográfico de Bruxelas, Borges conclui afirmando que não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural.

Trago a crítica de Borges à Wilkins para se repensar a arbitrariedade em torno das categorias étnicas comuns às abordagens objetivistas e dos sistemas de classificações

recorrentes no senso comum. Essas abordagens reificam o conceito de cultura, pois ignoram as variações culturais internas e rejeitam as autodefinição por parte dos agentes sociais.

Na abordagem teórica sobre os grupos étnicos e suas fronteiras, o antropólogo Norueguês Fredrik Barth (2000) tece críticas à esta visão simplista que persiste com a ideia de que o isolamento social e geográfico são os fatores principais para manter a cultura de um povo. Tal crítica está sustentada na ideia de que “as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam” (BARTH, 2000, p 26).

Barth elaborou um quadro analítico e conceitual para pensar a etnicidade e a formação de grupos étnicos. Esse quadro foi elaborado na ocasião do seminário sobre grupos étnicos realizado em 1967 na Universidade de Bergen. Seu trabalho é uma ruptura, e tem por objetivo explicitar o conjunto comum dos conceitos que orientavam os trabalhos de pesquisa apresentados na época.

Expôs através do seu trabalho, que a variação cultural interna aos grupos étnicos é tão significativa quanto a existente entre eles. Dessa forma, afirma que a análise de grupos étnicos não deve ser centrada no conteúdo cultural, e sim nos processos de produção de fronteiras étnicas. Assim, os que se posicionassem estariam pautados de acordo com os critérios étnicos baseados em suas interações sociais.

Para Max Weber (1991), um dos grandes clássicos das ciências sociais no século XX, “grupos étnicos nutrem uma crença subjetiva na procedência comum”. A existência ou não de laços consanguíneos não se torna elemento relevante nessa perspectiva.

A antropóloga Patrícia Portela (2011) afirma em sua tese que Weber pode ser lido como base teórica no que diz respeito aos autores que realizam a mudança conceitual relacionada a etnia. Ele se contrapõe a concepção de grupo étnico baseada nas relações sanguíneas. Para ele, o sentimento de comunhão étnica é um fator potencial para a ação política, e os critérios de distinção de comunidades étnicas não seriam as diferenças biológicas, e sim o sentimento de pertencimento, a crença subjetiva na descendência comum.

Para Barth, os “grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores” (BARTH, 2000) e não por agentes externos, eles elegem seus próprios critérios de autodefinição.

Dessa maneira, a identidade étnica é, então, resultado da autodefinição dos agentes e da classificação por outros baseados na dinâmica de interação com outros grupos sociais. Para Barth, as fronteiras étnicas se produzem por meio dos contrastes culturais desenvolvidos com as interações sociais.

A existência de grupos étnicos não seria produto de diferenças culturais geradas pelo isolamento, mas sim por meio de processos de objetivação das diferenças em diversos contextos de interação.

Esta afirmação é útil no sentido de possibilitar a reflexão acerca da flexibilidade das fronteiras e da discussão sobre identidade étnica, ajudando a tornar perceptível a ideia de que cada grupo tem suas especificidades. Portanto, não se pode tomar um elemento generalizador e erigi-lo como base para definir identidades étnicas.

2.2.1 Reflexão sobre fronteiras sociais

Com relação à crítica feita por Barth as simplificações acerca do isolamento social e geográfico como fatores que mantêm a cultura de um povo, vale destacar o deslocamento da análise em torno dos conteúdos culturais para às fronteiras.

Ao se tratar de grupos étnicos é perceptível que houve um deslocamento no foco de atenção das culturas antes vistas de forma isolada para os processos identitários, os quais são analisados em contextos precisos e percebidos também como atos políticos.

Weber (1999) ao refletir sobre relações comunitárias étnicas, torna explícita a abordagem de que a etnicidade é vista como algo que ultrapassa a ideia de cultura ou raça. Não é conveniente procurar na posse de traços fixos a fonte ou a origem da etnicidade tentando encontrar uma explicação generalizante.

Em Weber, a identidade étnica está pautada na construção histórica de uma coletividade, no sentimento de uma procedência comum que os identifica e os une. Um grupo étnico pode se identificar por uma crença subjetiva comum, é necessário atentar para o conjunto de significados que os indivíduos produzem e reproduzem continuamente que apontem para o sentimento de identificação e pertencimento.

O sentimento de pertença a determinados grupos podem não estar relacionados a ligações sanguíneas. Uma comunidade étnica é caracterizada pelo sentimento de pertença, ou seja, quando ele é sentido subjetivamente como uma característica que é comum a todo o grupo.

Isso significa dizer que não depende da figura de um observador externo que caracterize diferenças e similaridades visando classificar um grupo, mas dos elementos que o próprio grupo elege para construir suas fronteiras diante dos outros.

Barth se interessa pela questão da diferenciação cultural e como consequência disso enfatiza a ideia de fronteiras. De antemão, é necessário ressaltar que as fronteiras as quais se refere não são fronteiras físicas e nem fixas, são fronteiras sociais determinadas pelo grupo. Os quesitos que definem as especificidades de cada grupo demarcam as diferenças e são convenções que podem variar de acordo com a situação social.

Essas fronteiras reportadas por Barth são fronteiras sociais que se caracterizam pela flexibilidade e dinamicidade. Por esse motivo, as distinções entre as categorias étnicas não dependem exclusivamente daqueles aspectos relacionados a língua, a origem e a ancestralidade comum. Segundo ele

“as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de inclusão e de incorporação através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas” (BARTH, 1969. P.26)

Nesta reflexão, Barth oferece elementos que auxiliam a pensar sobre outras situações empíricas, investindo atenção nas especificidades dos grupos e em características que eles elegem a partir das quais é possível perceber uma aproximação a ideia de pertencimento étnico, de como eles se autodefinem.

É preciso romper com a visão conceitual estática, pois as relações sociais são dinâmicas. A identificação de grupos distintos que se autodefinem com a mesma categoria étnica não implica dizer necessariamente que o processo histórico de construção da identidade seja o mesmo. Há outras formas de percepção, há processos sociais distintos, e inúmeras possibilidades de se pensar construções de identidades étnicas.

As fronteiras estabelecidas pelo grupo servem para diferenciar os que são “de dentro e os de fora”, isso gera uma unidade grupal que permite perceber o “outro” em contraposição ao “nós”. Isso aponta para o fato de que a identidade étnica pode ser construída nas situações de contraste. Weber (1999) afirma, que é através do contato com outras sociedades, em espaços de interação que as especificidades do grupo ganham expressividade.

Aspectos que contribuem para definir a singularidade dos grupos, conseqüentemente demarcam suas diferenças entre outros grupos, essa relação que estabelece as diferenças pode promover tanto a identificação quanto marcar o não pertencimento.

Há alguns sinais que são elencados pelo grupo que marcam essa diferença. Os “sinais diacríticos” (BARTH, 1969) que são os elementos que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade, que podem aparecer relacionadas às vestes, língua, forma das casas, estilo de vida dentre outros. Esses sinais são criados ou inventados, podem ser fixos ou variáveis.

Esses elementos do ponto de vista dos critérios de autodefinição podem caracterizar determinados grupos, mas não devem ser vistos como elementos estanques definidores de identidade estabelecidos por agentes externos. Como afirma o autor, o compartilhamento de uma mesma cultura é consequência, resultado e não um aspecto primário que define a organização dos grupos étnicos (BARTH, 2000).

Os “sinais diacríticos” são os elementos culturais objetivados que marcam as fronteiras étnicas. Mas, vale ressaltar que esses elementos não se encontram distribuídos igualmente entre os membros de determinado grupo, nem, necessariamente, estariam ausentes em outros, ele pode ser lido, como o produto da objetivação de uma particularidade cultural que contribui em um determinado contexto social, para marcar as fronteiras étnicas.

Esses sinais são flexíveis¹⁸, podem variar de acordo com a situação social. Pode ser que os membros de um grupo, ao perceberem que seu sinal diacrítico é compartilhado por outros grupos para demarcar fronteira, acionem outros elementos mais específicos com o objetivo de reivindicar sua autenticidade.

O reconhecimento das especificidades da construção da identidade étnica é imprescindível para se compreender às dinâmicas e configurações próprias do grupo, pois a identidade influencia a forma de relação destes para com o ambiente onde está situado.

18 O pesquisador Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto(2012), em uma pesquisa sobre etnicidade entre os curdos na Síria, esclarece que os “sinais diacríticos”, de acordo com a abordagem de Barth, são flexíveis. Para melhor compreender a dinamicidade que o os envolve, faz uma abordagem sobre sua pesquisa entre os curdos. Os curdos são grupos étnicos numerosos, aproximadamente 30 milhões de pessoas, que habitam em um vasto território dividido entre a Síria, Turquia, Irã e Iraque. Segundo Pinto, eles compartilham a mesma identidade, mas os elementos acionados na construção dessa identidade variam de forma notável de acordo com os contextos locais e nacionais onde os agentes se encontram. O pesquisador elenca a “língua” como um dos sinais diacríticos que os grupos elegem, pois os diferencia dos árabes, turcos e persas. Mas ao mesmo tempo, os dialetos falados pelos curdos não são compreensíveis por todo o grupo e nem criam uma unidade social no interior deste grupo. Elegem também a religião, que embora seja um diacrítico relevante entre os curdos, apresentam grandes variações em seus usos e significados. Pelo fato de estarem localizados em parte da Síria, Turquia, Irã e Iraque, os curdos, antes da emergência do Estado Nação no Oriente Médio, tinham a religião como um importante elemento de de definição de fronteiras, pois as populações cristãs que viviam em contato com eles não eram vistas como curdas, mesmo que falassem os dialetos destes. Já os grupos de mulçumanos e judeus que falassem os dialetos deles, eram considerados curdos, pelo fato de compartilharem da mesma religião.

A afirmação étnica, da maneira como aqui trato, não está relacionada de forma estanque à existência de uma “língua”, “origem” ou “ancestralidade comum”, como criticou Barth ao rejeitar a proposição teórica tradicional que está fundamentada na relação de equivalência entre os termos citados. É preciso romper com a visão simplista que tanto agrada aos que se interessam pela gênese única das identidades étnicas, como se estas fossem caracterizadas por elementos únicos e gerais à toda e qualquer situação social.

2.2.2 Uma abordagem em torno do conceito de “quilombo”

Os estudos sobre identidade étnica remetem à importância da ideia de autodefinição, que tem a ver com a auto atribuição e a atribuição por outros. Ao se falar em identidade étnica no contexto contemporâneo, se faz necessário ressaltar que não se trata da classificação arbitrária dos grupos humanos por parte do pesquisador.

Alguns conceitos servem de ferramenta para se pensar a situação específica que trato na seguinte pesquisa. Dentre os conceitos identitários que utilizarei, destaco o de “quilombo”. Vale ressaltar que estes são passíveis de transformação e podem possuir diferentes significações de acordo com a situação social.

Para adentrar no debate sobre o conceito de quilombo é preciso antes de tudo, repensá-lo e atentar às especificidades dos grupos sociais que vem acionando essa categoria como forma de afirmar uma identidade. Segundo Almeida (2011), está-se diante de um ato de imposição que precisa ser repensado e classificado como arbitrário para que seja possível chegar a novas dimensões sobre o significado de quilombos as definições dos seus instrumentos interpretativos.

O antropólogo Alfredo Wagner Almeida (2011), em “Quilombolas e Novas Etnias” faz uma abordagem acerca da construção do conceito de quilombo. Para este autor, para que se possa pensar novas dimensões acerca desse significado, torna-se necessário analisar não essa definição jurídica já congelada, e sim os elementos que configuram o significado do termo. Para tanto é preciso uma análise mais profunda que perceba não apenas o que já está fixo, mas que seja algo que vá além da etimologia e das interpretações frutos do período colonial. Pois, segundo ele, fontes secundárias que são produzidas tanto de uma posição histórica, científica, militantes ou triunfalistas tem uma tendência a enunciar características tidas juridicamente

como as mais definidas. Torna-se necessário analisar não essa definição jurídica já congelada, e sim os elementos que configuram o significado do termo.

Almeida afirma que os mecanismos repressivos utilizados se modificavam, enunciando certa dispersão dos instrumentos e uma variação das diferentes províncias do Brasil. Estas podem ser notadas através das seguintes: legislações produzidas pelas casas reais; legislação específica por colônia; Código Criminal do império de Brasil; legislação provincial avulsa e diferenciada, província por província, entre outros (ALMEIDA, 2011).

Ressalta que em pesquisas em fontes documentais foram detectados alguns materiais que de maneira implícita se aproxima do que se considera um “código negro”, trata-se de uma passagem da consolidação de leis civis, organizada em 1859 pelo jurista Teixeira de Freitas, que embora tente um discurso abolicionista, utiliza-se de um esforço classificatório relativizado por ele mesmo:

“cumpre advertir que não há um só lugar no nosso texto onde se trata de escravos, temos, é verdade, a escravidão entre nós, mas esse mal é uma exceção, que lamentamos, condenada a extinguir-se em época mais ou menos remota. Façamos também uma exceção, um capítulo avulso, na reforma das nossas leis civis; não as manchemos com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade: fique o estado de liberdade sem o seu correlativo odioso. As leis concernentes à escravidão (que não são muitas) serão, pois, classificadas a parte e formarão o nosso Código Negro” (TEIXEIRA DE FREITAS apud ALMEIDA, 2011).

Ao contrário de outras metrópoles colonizadoras como a francesa e a espanhola que teceram códigos disciplinando o tratamento dado aos escravos, a codificação portuguesa e a do Império do Brasil que a sucede eram mantidas de formas dispersa, e em nenhum momento receberam o nome de Código.

No fim do século XX e início do século XXI, começa-se a construção do campo conceitual de “quilombo”, partindo com o objetivo de garantia de terra e a afirmação de uma identidade própria. Isso passa a fazer sentido quando se torna possível o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apropriação dos recursos naturais e de suas territorialidades específicas.

Segundo Almeida, a partir de então eclodiram vários conceitos acerca da categoria quilombo:

“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (CONSELHO ULTRAMARINO apud ALMEIDA, 2011, p.38).

“era reputado quilombo desde que se achavam reunidos cinco escravos”(Alvará de três de março de 1741 e Provisão 3 do mesmo ano, PERDIGÃO MALHEIRO apud ALMEIDA, 2011, p.39)

“Art.12- reputar-se-á escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas. Vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho” (presidente da província do Maranhão, JOAQUIM FRANCO DE SÁ apud ALMEIDA, 2011, p.41)

Legisladores tomaram como base o passado para se chegar à ideia de quilombo e o trataram como meros sobreviventes, escravos fugidos ou apenas alimentando os aspectos da definição jurídica colonialista. Ser quilombo era considerado um crime. Essa ideia ganha força com o pensamento jurídico colonial, ao definir quilombo como uma desorganização, visto como marginalizados.

A ideia de reconstrução da identidade de quilombo se desenvolve justamente na inversão do que foi assentado em bases violentas. Quando na verdade, o sentido de ser quilombo foge dos conceitos estabelecidos, segundo este autor

“quilombo como possibilidade de ser, constitui uma forma mais que simbólica de negar o sistema escravista. É um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis. Aqui começa o exercício de redefinir a sematologia, de repor o significado, mantido sob glaciação ou frigorificado no senso comum erudito”. (ALMEIDA, 2011, p.43)

Elenca que após pouco mais de um século depois da abolição formal da escravatura, na Constituição da República Federativa do Brasil, que foi promulgada em 05 de outubro de 1988, no Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é determinado: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Uma interpretação acerca disso é que os legisladores partem de acontecimentos passados para caracterizar o quilombo, por vezes é uma categoria utilizada que define, de certo modo, os grupos como se nada mais fossem que “sobrevivência”, fazendo menção à ideia de negro fugido e sempre associando ao passado colonial.

Não se deve tratar a noção de quilombo petrificada definindo-o apenas no que “já foi” e associando-os à fuga, isso seria negligenciar à multiplicidade de interpretações e desvalorizar a história social dos grupos, deve ser levado em consideração a interpretação que os grupos fazem de si, e perceber a identidade enquanto uma construção.

Baseado nessas reflexões Almeida explicita que segundo a lei atual, se alguém se proclamar “remanescente” que seja pelo que é vivido e não somente pelo que foi. O conceito de quilombo não é algo estático, ele é passível de modificação e precisa ser repensado, não se define por um único ponto seja ele territorial, histórico ou arqueológico, não importando seu grau de distanciamento das senzalas, afinal, “cada grupo tem sua própria história, legitimando sua condição, e construiu sua identidade coletiva a partir dela.” (ALMEIDA, 2011, p.43)

Nesse território os grupos se autodefinem quilombolas, mas não na concepção de escravo fugido, mas pautados da ideia de permanência nas terras. É preciso atentar às representações que os grupos fazem de si e do seu território, nesse caso, a reivindicação territorial está pautada na concepção de direito baseada na herança de terras deixada pelos donos de engenho. Segundo os agentes sociais entrevistados, as terras foram doadas pelos donos de engenho em um momento de crise econômica, eles continuaram cultivando e permaneceram nas terras até os dias atuais. Apesar dos problemas enfrentados ao longo do tempo, sejam ocasionadas por fatores econômicos ou causadas por embates com fazendeiros, esses agentes e suas famílias permaneceram nas terras. .

2.2.3 Sobre o território

Embora os agentes sociais entrevistados elenquem comunidades e afirmem que estas compõem o território de Formoso é necessário evidenciar que o território não se restringe a isso. A reivindicação desses grupos não se limita às fronteiras pré-estabelecidas externamente, nem se resume aos limites físicos das comunidades que as compõem, podem estar para além delas.

Jacques Rancière ao tratar sobre filosofia e política em “O desentendimento” discorre sobre a compreensão acerca do que considera como “desentendimento”, afirma:

“O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (RANCIÈRE, 1996, p11)”.

Assim como Rancière admite haver um desentendimento entre esses dois âmbitos, filosofia e política, na situação que ora analiso é evidente o desentendimento que envolve o termo “território” em virtude das diversas possibilidades de interpretação.

Para o Estado brasileiro, baseado nas concepções do IBGE, torna-se perceptível que a ideia de território, assim como a de região, está relacionada a um espaço de limites físicos

delimitados e estáticos, é pautada principalmente no que se vê e limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço. Dá-se demasiada importância aos fenômenos físicos ignorando o fato de o Estado intervir, como se a ação de grupos ou movimentos sociais não produzissem quaisquer efeitos.

Para os povos e comunidades tradicionais que se utilizam do termo para fazer menção às reivindicações do presente, a exemplo dos agentes sociais de Formoso, o termo “território” está para além dos limites físicos. Trata-se de uma construção político organizativa que se relaciona, mas que não se limita aos aspectos físicos, é caracterizada pela dinamicidade e flexibilidade das fronteiras. Território reivindicado é diferente do sistema de relações sociais que são estabelecidos com o território.

Pierre Bourdieu ao tratar sobre a ideia de região em “O poder simbólico” faz uma abordagem acerca da tendência à naturalização de certas classificações. Bourdieu discorre:

“Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar as classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes). (BOURDIEU, 1989, p114)

Segundo este autor, por mais que as classificações pareçam naturais, não são, são em sua grande parte arbitrárias. Essa naturalização é aceita com mais facilidade quando parte, principalmente, de órgãos ou instituições cujas competências são elaborar classificações em contextos específicos. O território, tal como suas delimitações não são dados, é objeto de disputa por diferentes agentes sociais. Parafraseando Bourdieu (1989, p108) quando se refere ao campo de disputa que envolve a região, eu diria: o território é o que está em jogo e se apresenta como objeto de lutas entre os cientistas que aspiram ao monopólio da definição legítima.

Esse debate não se dá apenas com geógrafos, envolve diversas outras categorias profissionais, principalmente os que fazem uso de uma política de “regionalização” e movimentos “regionalistas”.

No que diz respeito às classificações das instituições e órgãos competentes para isso, a exemplo dessas que fazem as distinções entre regiões e divisão territorial, um dos elementos que faz com que as classificações sejam aceitas e pouco questionadas é a autoridade que possui aquele que classifica. Para este autor,

“ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”.” (BOURDIEU, 1989, p114)

Dessa maneira, evidencia-se que há uma disputa no interior campo de classificações. Enquanto o Estado Nacional, como figura oficial, compreende território com seus limites físicos, os agentes sociais que reivindicam se referem a expressões que estão para além da fisicalidade. Retomando Ranciére, ambos falam sobre o mesmo tema, mas a “entendimento” que as agências governamentais têm é demasiadamente distante daquela que os agentes sociais comunicam e reivindicam.

Vale ressaltar, que desentendimento nada tem a ver com “desconhecimento”, tampouco tem a ver com “mal entendido” produzido pela imprecisão das palavras. Para Ranciére, os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que se quer comunicar constitui a própria racionalidade da situação de palavra, porque embora entenda de forma nítida o que outro diz, ele consegue ver objeto cujo o outro lhe fala. Outra possibilidade seria o outro entender, vê, mas querer fazer ver um objeto distinto do que é comunicado, mas sob a mesma palavra, em outras palavras, seria ver uma razão distinta no mesmo argumento.

Em “Uma etnologia dos “Índios Misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, o antropólogo João Pacheco de Oliveira enfatiza que a noção de território não é nova na antropologia, segundo ele já havia sido utilizada por Morgan (1973) para distinguir as formas de governo e por Fortes e Evas-Pritchard (1975) ao classificar os sistemas políticos africanos. Para o autor, esses pesquisadores já haviam oferecido uma série de exemplos em que os “princípios ordenadores” de uma sociedade apresentam-se localizados em um ponto específico da estrutura social, sem necessariamente possuir conexões diretas com alguma base territorial fixa.

A noção do território que foge a compreensão instrumentalista é discutida na literatura antropológica contemporânea e abre espaço para outras discussões que concebem o território para além da fisicalidade, possibilitando reflexões a partir da perspectiva das relações sociais. Nesse sentido Pacheco introduz a noção de *processo de territorialização*, caracterizando-o como:

“(...) o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de

decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais.”(OLIVEIRA, 1998, p. 55)

Dentre essas formas culturais enfatiza as que se relacionam com o chamado meio ambiente e com o universo religioso. Diz respeito ao processo de reorganização social. O processo de territorialização faz com que seja posto em evidência as relações estabelecidas, tal como as distinções, afinidades, vínculos entre os membros de uma unidade político administrativa com relação aos membros de outras unidades.

A noção de territorialidade leva a uma percepção para além dos limites geográficos. Para a antropóloga e pesquisadora Cynthia Carvalho Martins,

“Se a terra diz respeito ao recurso físico, natural, a noção de territorialidade específica implica em levar em conta as relações sociais estabelecidas entre os agentes sociais que elaboram suas próprias regras de uso e preservação dos recursos” (CARVALHO MARTINS, 2011, p. 262).”

A noção de território, tal como utilizo no seguinte trabalho será abordada como forma de relação específica. Durante a realização do trabalho de campo foi possível observar que existem normas específicas de gerir o território e de utilização dos recursos disponíveis, e quanto aos recursos básicos não podem ser apropriados individualmente.

Outro aspecto relevante diz respeito à forma como concebem a sua territorialidade, é orientada pela crença em seres míticos, transcendendo, portanto, à noção do plano físico. Suas práticas tradicionais podem envolver ainda a utilização de objetos da cultura material que são ressignificados no presente, e as práticas de preservação ambiental demonstram uma percepção diferenciada da territorialidade e do uso dessas terras que se contrapõe aos modos de exploração comum aos fazendeiros.

Os agentes sociais do referido território ao se autodefinirem quilombolas, além de reivindicarem a titulação das terras, devido a disputa intensa com grupos antagônicos, buscam também o reconhecimento de um modo de ser e viver específicos. Esse modo de ser e de viver inclui as práticas de utilização do território segundo normas e regras coletivas, uma lógica própria que se diferencia da lógica do modelo capitalista, e também inclui uma forma de percepção do território que é distinta das formas de classificação oficiais da terra fugindo aos padrões de percepção do direito agrário.

2.3 Reflexões em torno da interpretação sobre a atual “classe dirigente”

No decorrer dos trabalhos de campo e dos diálogos constantes com os agentes sociais dessas comunidades, e a partir do que narram acerca do seu histórico de lutas, torna-se evidente que as situações de tensão social e as relações conflituosas com os grupos antagônicos se intensificaram nos últimos anos. Essa intensificação se deve ao aumento da privatização das terras consideradas comuns e da série de prejuízos oriundos dessa privatização.

Nesse tópico serão descritas algumas ações que caracterizam esses grupos antagônicos, e serão abordados posteriormente, os meios que eles têm utilizado como estratégias de dominação. Adiante, serão tecidas também, algumas reflexões em torno das estratégias de resistência que tem sido utilizada pelos moradores desse território perante o conflito.

A expressão “classe dirigente” nos termos em que utilizo, está referida a um grupo de agentes sociais que exercem o domínio ou influência dentro de uma rede de relações de poder, nesse caso, nos âmbitos político e econômico. Esta é uma expressão que se aproxima da ideia de “classe dirigente” defendida por Antônio Gramsci (1982)¹⁹, na medida em que buscarei descrever a relação estabelecida por esses chamados “fazendeiros” e as estruturas de poder.

Como componentes dessa classe dirigente na situação específica do denominado território de Formoso, destaco os chamados “fazendeiros” e “empresários”. Estes, tem práticas de utilização dos recursos que são antagônicas às formas de utilização dos grupos que se autodefinem quilombolas. Nos últimos anos têm privatizado de forma ilegal o território, obtendo êxito, em partes, devido a sua condição de prestígio social em uma rede mais ampla de relações que incluem vínculos com instituições políticas ou posse de investimentos particulares.

Essa camada dirigente atua na vida prática e atua das mais diferentes formas. Para melhor compreender essa atuação, tomo o exemplo citado por Gramsci envolvendo os empresários. Ele faz uma ressalva que o empresário capitalista representa uma elaboração social superior, caracterizada por determinada capacidade dirigente e técnica, em outras palavras, intelectual.

Para Gramsci, essa capacidade se expressa não somente na esfera restrita de sua atividade, mas em sua relação em outras esferas próximas de sua produção econômica. No caso

19 Em “Os intelectuais e a organização da cultura”, Gramsci (1982) discorre sobre o papel dos intelectuais e a formação dessa classe a partir da análise de várias perspectivas. Aborda, inicialmente, acerca da autonomia do intelectual na sociedade. Para ele, existem diversos segmentos intelectuais na sociedade e cada um representa a classe em que está inserido.

em que trato, os empresários, ou pelo menos uma elite deles devem ter a capacidade de organizar a disputa pelo território ou pelo menos de escolher os prepostos (empregados especializados) a quem confiar essa atividade.

No caso específico do território de Formoso, a distinção que faço dos fazendeiros e empresários se dá em função da capacidade de articulação que este segundo tem em relação a outros domínios, nesse caso, o âmbito da exploração turística do lugar. Os pretensos proprietários de terra, tem se articulado aos demais empresários e fazendeiros visando realizar o turismo ecológico nos lagos. Tendo em vista que tomaram posse, de forma ilegal, de muitas terras incluindo campos naturais, esses grupos desrespeitam não somente as normas e regras coletivas dos agentes sociais que ali residem, quanto ferem os decretos leis acerca das áreas de marinha²⁰, as quais pertencem à União e não podem ser de posse de particular. No quadro referente a caracterização desses grupos será descrito com mais detalhes as especificidades que justificam essa distinção.

Tendo em vista as situações específicas apresentadas na pesquisa realizada por mim nas comunidades elencadas pelos agentes sociais como pertencentes ao território de Formoso, trago os dados de pesquisa que me autorizam a pensar na prevalência de pelo menos três clivagens distintas que se aproximam e me possibilitam relativizar essa ideia de camada ou classe dirigente. Isso também fornece elementos que ajudam a perceber as diferentes estratégias de poder utilizadas pelos grupos antagônicos nesse território.

A primeira dessas clivagens está referida ao período colonial, com a figura dos senhores de engenho, que detinham o capital intelectual, econômico, político e em alguns casos o religioso; a segunda relacionada ao período pós-decadência dos engenhos, por volta do terceiro quartel do século XIX, na figura principal dos arrendatários que detinham poder econômico e político; e por último, a que compreende o período da facilitação de compra e disposição de terras no mercado de terras²¹, especificamente a partir da década de 70 até os dias atuais, quando houve a disponibilização de forma arbitrária das terras públicas no mercado de terras, na figura dos investidores do ramo da pecuária e do rebanho bubalino em larga escala. São esses investidores que trato na seguinte pesquisa como “fazendeiros” e “empresários”.

20 O Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

21 Refiro-me à facilidade de aquisição de terras em decorrência da Lei de Terras Sarney.

2.3.1 Caracterização da classe dirigente na situação específica do território de Formoso Formoso

Baseada nas reflexões gramscianas em torno desse conceito, tomo-o para analisar a situação específica desse território onde a seguinte pesquisa foi desenvolvida. Para isso o utilizarei para me referir aos pretensos proprietários de terra, designados pelos agentes sociais entrevistados de “fazendeiros” e aos grupos que tem investido visando a exploração turística no Lago de Formoso, aos quais se apresentam como “empresários”.

Envolvidos por seu interesse de investimento tanto no agronegócio, quanto no rebanho bubalino, estes grupos exploram o território de forma inadequada, privatizam, impedindo os agentes sociais de acessarem aos recursos naturais. Esse conjunto de ações de depredação ao chamado meio ambiente têm sido sofridas pelos agentes sociais, os quais tem se mobilizado visando defender seu território.

Elenco no quadro a seguir, alguns dos agentes sociais que compõe essa classe dirigente. Estes foram mencionados com frequência pelos entrevistados do território de Formoso e Enseada da Mata, aos quais foi atribuída a responsabilidade das ações de depredação realizadas contra o território e contra a integridade dos que residem e trabalham naquelas comunidades.

Quadro 1. Caracterização dos agentes sociais considerados antagonistas ao modo de produção e de reprodução física e social do conjunto de comunidades autodefinidas quilombolas

AGENTES SOCIAIS QUE COMPÕE A CLASSE DIRIGENTE ²²	CARGOS E POSTOS DA ESTRUTURA DE PODER	ATIVIDADES EMPRESARIAIS DESENVOLVIDAS	VÍNCULOS COM OUTROS POLÍTICOS/EMPRESÁRIOS	DESCRIÇÃO ²³
Fazendeiro 1	Ex-vereador 2004-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Pretenso dono de amplas extensões de terras • Responsável por devastar juçarais 	-----	-----
Fazendeiro 2	-----	<ul style="list-style-type: none"> • Pretenso dono de amplas extensões de terras • Devastou Ponta do Faval 	-----	-----
Fazendeiro 3	Ex-vereador da cidade de Penalva (ano?) Ex-prefeito de Penalva (2012-2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o seu mandato – responsável pela construção da barragem da divisa de Enseada e Formoso • Faz uso de cerca elétrica 	Irmão de empresário 1	-----
Fazendeiro 4	-----	<ul style="list-style-type: none"> • Pretenso dono de grandes extensões de terra 	-----	• Entrevistado 1 - “O campo ficou um campo todo limpo. O campo ficou tão devastado, porque vieram um pessoal aí de

22 Há a substituição dos nomes dos agentes sociais entrevistados e dos pertencentes à classe dirigente por questões de segurança tanto da pesquisadora, quanto dos entrevistados. Optei por utilizar o termo “fazendeiro” e “empresário” acompanhado de uma numeração sempre que houver necessidade de fazer menção a eles no decorrer do texto.

23 Essa descrição foi elaborada a partir dos relatos dos agentes sociais entrevistados, trata-se de recortes das falas destes, na íntegra. Destaco as frases ao longo das falas para dar ênfase aos atos que estão relacionados à violação de direitos, tentativas de imobilização da força de trabalho, violência física e simbólica.

		<ul style="list-style-type: none"> • Faz uso de cerca elétrica 		<p>fora comprando as ilhas e puxando arame e botando energia. Então, pessoa nenhuma não pode mais soltar animal, não pode viajar mais... como por exemplo, a gente ta aqui conversando, aí a gente diz: “rapaz, vamos no Capivari agora!?”, aí a gente diz: “vamos!” pegava aqui o campo tudo seco, atravessava, sai andando e ia embora. Hoje em dia não, agora tudo é na energia. E agora para ir tem que arrodar por aqui por fora, porque os “donos” compraram a ilha e cercaram os campos. Os animais ficaram incomodados sem achar os pastos para comer e aí não aparecem mais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 1 – “ (...) Ele tem uma parte de uma ilha que ele comprou. Tem um moço chamado Fazendeiro 5, que comprou a outra parte. E assim tem mais...” • Entrevistado 1 - “É desmatada (se refere a Ilha de Tarumã). Lá é a solta de Fazendeiro 4.” (Ao afirmar que o igarapé da solta de Ribamar Froes já secou)
Empresário 1	Empresário	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietário de estabelecimento comercial em São Luís • Pretendo dono de amplas extensões de terras • Dono do plantio de juçara na saída do município de Penalva • Faz parte dos grupos de empresários que tem pretensões empresariais no ramo turístico 	Irmão de Fazendeiro 3 (Ex Prefeito de Penalva - 2012-2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 2 - “Não. Este ano ainda não tenho. Eu ainda estou querendo... porque ano passado a gente não fez roça. (...) a gente ta com o problema aí que o pessoal não querem para roçar. Tá no período da gente roçar e o povo ta querendo roçar e eles disseram que não aforam o mato, o povo aqui de Enseada da Mata. E é o terreno que a gente trabalha, e é esse mesmo terreno que a gente tá lutando pra ver se a gente tem a posse dele, porque o Empresário 1 ta proibindo roçar. Jhullienny Santos: O empresário 1 tá proibindo roçar? Entrevistado 2 - É. Já teve um pessoal aí que já roçaram, e eles embargaram o serviço deles. E aí tá assim, e a gente fica sem ter lugar para trabalhar, a gente tá sem terra para trabalhar.

				<p>Jhullienny Santos: E o que acontece com aqueles que colocam roça, o que o ele faz?</p> <p>Entrevistado 2 - Ele manda parar o serviço, porque ele ta sendo dono, aí o pessoal se dão por mais fraco aí param. Porque eu já convidei uns aí, pra gente se juntar uns 10 pegar uma área de mato e roçar, fazer o nosso serviço e deixar ele procurar o jeito dele, mas tem uns aí que não quer. Aí a gente sozinho não pode parar um cabra desses, mas se tivesse pelo menos uns 10 pessoas da comunidade nós já tinha roçado. (...)</p> <p>Entrevistado 2 - É, porque eles ficam nessa de dizer que ele é o dono, eles tem o dizer que “ovo não briga com pedra” por que ele pode mandar prender, pode mandar matar, e ele pode fazer tudo.</p> <p>Entrevistado 2 - É. Ele ta proibindo a gente de trabalhar.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 3 - “Aquelas fazendas que eu te mostrei lá do juçaral era desse Fazendeiro 6, aí ele vendeu para o Empresário 1. Eles dois que estão sendo os comandantes.” • Entrevistado 2 - “É. Lá se ir pra lá pedir alguma coisa pra ele, ele não dá. E ainda proíbe quem quer trabalhar, de trabalhar.”
Fazendeiro 5	-----	<ul style="list-style-type: none"> • Pretenso dono de amplas extensões de terras • Envolvido na construção da barragem que se estende da Ilhinha até Jabuti • Impede a criação de animais por parte das comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Possíveis vínculos com agencias oficiais adstritas à regularização fundiária 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 2 - “Tem pra cá, a de um senhor de Fazendeiro 5 que tem pra alí. O campo daqui ta todo cercado que ele cerca. Ele é só um e tá com o campo todo cercado.” • Entrevistado 3 - “Mas de gente já, aquela Maria Preta pegou um choque lá naquela porteira de Fazendeiro 5 que eles até tiraram agora. Ela pegou um choque que caiu de banda. <p>Jhullienny Santos: Ela morreu?</p>

			<p>Entrevistado 3 - Não. Mas ela passou mais de semana com a mão inchada e doente, e tem vários outros casos que as vezes a gente não tem recordação de enseada da mata, aqui perto, porque não foi só esse.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 1- “(...) Tudo dele é na energia, tudinho.” • “Entrevistado 4 - (...) E esse não, esse só quer é no dedo, no gatilho, tu bestou ele te mete a bala.” • Entrevistado 5 - “Já. E quando eu cheguei aqui o lado alí do Fazendeiro 5, que é o homem cabeça grande já tinha essa cerca aí, e cada tempo ele ia aumentando. E hoje não tem mais um passo. Não tem mais um passo. Olha, nós temos esses dois animalzinhos aqui, mas onde eles passam é umas arapuquinhas aqui.” • Entrevistado 1 – “O Fazendeiro 5 leva uma parte para Cajari e fica uma parte aqui. Quando está muito seco ele leva para o Cajari. Jhullienny Santos – Ele tem propriedade no Cajari também? Entrevistado 1 – Tem para todo lado, para tudo enquanto é lado ele tem.”
Fazendeiro 6	Antigo prefeito de Penalva durante dois mandatos consecutivos (há mais de 20 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Pretenso dono de grandes extensões de terras • Proprietário de açudes destinados à piscicultura • Devastou Ponta da Palmeira, Queimada e Pavão 	<p>-----</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 2 - “Hoje a produção de peixe de açude de Penalva é de Lourival. • Entrevistado 6 - “(...) Onde tem muito (problema) mesmo é ali na Queimada. (...) Jhullienny Santos: De quem é aquela área? Entrevistado 6 - É de Fazendeiro 6.” • Entrevistado 6 - “(...) O choque dele é na solta dele toda. Jhullienny Santos: E a solta dele é grande?

			<p>Entrevistado 6 - É.</p> <p>Entrevistado 4 - É de onde tu viu até lá do outro lado.</p> <p>Entrevistado 6 - Ele tem para mais de 500 hectares de terra aí, vê esse baixão todinho aí até quando entra Palmeira...</p> <p>Fabício Nabate: Ele tem mais é de mil hectares</p> <p>Entrevistado 6 - Ele pegou foi de ponta a ponta.</p> <p>Entrevistado 4 - Da ponta das Palmeiras até aqui no baixo da Queimada.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 6 - “(...) No Fazendeiro 6 é que ninguém vai lá. Por que lá tem o choque as vezes a pessoa respeita. E lá é tudo devastado, devastaram tudo. Agora é que eles barraram mais um pouquinho...” • Entrevistado 4 - “Aí ele emendou Ponta da Palmeira, com Queimada e Pavão.” • Entrevistado 6 - “É do mesmo jeito, de trator também, desmata é de trator.”
--	--	--	---

Na primeira coluna apresento uma referência aos agentes sociais que compõe a que chamo “classe dirigente”. Estes fazem parte dos grupos sociais que se contrapõem ao modo de produção e de reprodução física e social²⁴ comum ao conjunto de comunidades autodefinidas quilombolas.

Denomino, para efeito de clareza durante a leitura do quadro, que a categoria “fazendeiro” é própria dos agentes entrevistados para se referir a todos aqueles “pretensos donos” de amplas extensões de terra e que exclusivamente possuem rebanhos de gado e búfalo; a categoria “empresários”, foi designado por mim, utilizo para fazer menção àqueles pretensos proprietários de terra que tem envolvimento direto com os investimentos para a realização do turismo ecológico nos lagos do território de Formoso.

Embora eu tenha caracterizado as especificidades das atividades realizadas por cada uma dessas categorias e cite as ações descritas pelos agentes sociais e faça diferenciações entre eles, importa destacar que essas distinções se dão apenas a efeito analítico, pois provavelmente as características desses grupos se cruzem na prática. Do ponto de vista sociológico tanto os empresários quanto os fazendeiros podem ser vistos como empresários ou vice e versa.

Ao usar os termos “fazendeiros” e “empresários” reúno características específicas a ambos, a fim de diferenciar com mais clareza a ação desses que são denunciadas pelos agentes sociais entrevistados. Baseada nas entrevistas que realizei e do que ouvi dos agentes sociais que se autodefinem quilombolas, os “fazendeiros” são vistos como aqueles que, além de apossarem-se das terras ilegalmente, desenvolvem práticas de criação extensiva de gado e búfalos. No que

24 Em “Econômica das trocas simbólicas”, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007) caracteriza como Reprodução social o processo de constante renovação da produção material e cultural dos seres humanos. Esse processo é determinado pelas necessidades de produção e reprodução econômicas e também, pelo interesse que parte da classe dominante em manter determinada ordem social.

Meyer Fortes (2011) em “O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico” trata sobre a manutenção de um sistema social e afirma que um sistema social, por definição, tem uma vida. E ele só é um sistema social específico enquanto seus elementos e componentes puderem ser mantidos e substituídos, e o processo de substituição é o ponto crucial dessa análise, pois o tempo de vida do organismo humano é limitado. Para Fortes, a manutenção e a substituição são fenômenos temporais, e o que mais interessa, no que diz respeito ao fator tempo na estrutura social, é justamente a questão que envolve os processos que garantem sua efetivação. Em suma, para que um sistema social se mantenha é necessário haver equilíbrio entre seus dois recursos vitais, através do uso e reposição contínuos: o capital humano e o capital social. Este último interessa mais ao antropólogo, pois consiste: do corpo total de conhecimento nos costumes e instituições de uma sociedade e das utilidades que estão disponíveis para sustentar a vida dos membros através da aplicação do equipamento cultural aos recursos naturais.

Dessa forma, a questão da produção e reprodução tanto física quanto social, estão relacionadas à constante manutenção dos meios de produção que assegurem e garantam a manutenção da vida humana.

diz respeito aos empresários, pode ser que sejam também fazendeiros, mas a distinção que faço a nível de análise, é que desenvolvem outras formas de exploração do território, nesse caso, a atividade empresarial turística.

Notei que os agentes sociais entrevistados referem-se constantemente a essa classe dirigente como “donos de terras”, esse fato me causou estranhamento, uma vez que eles próprios negavam que essa classe possuía qualquer documento que lhes assegurasse a posse legal. Essas terras são vendidas ilegalmente e repassadas sem qualquer documentação.

O Entrevistado 2, ao afirmar: “porque eles ficam nessa de dizer que ele é o dono”. Ao dizer isto, não admite que de fato os fazendeiros são os donos da terra. Ele afirma o que algumas pessoas pensam a respeito, mas ele mesmo não concorda com o fato, ou seja, “dizem” que são, mas isso não faz dele o dono necessariamente. Reitera, “ele tá sendo dono”, deixa explícito que está sendo por um período de tempo, não que seja dele definitivamente.

Através da fala do Entrevistado 1 ao se referir ao Fazendeiro 4, se torna evidente que as formas de apropriação do território não acontecem nos termos legais de compra e venda. O Entrevistado 1 afirma que o fazendeiro 1 comprou parte de uma “ilha”, e que o fazendeiro 5 comprou a outra parte, e que existem uma segunda “ilha” que serve como local de plantio de capim para servir como alimento ao gado de outro fazendeiro, e que por isso está sendo desmatada. Pelas observações que fiz, ilhas são porções de terra geralmente dentro ou muito próximos dos campos alagados que ficam descobertas até mesmo em períodos chuvosos.

Há duas questões que podem ser analisadas em torno da fala dos entrevistados: a primeira diz respeito às normas coletivas de utilização do território de Formoso, segundo a qual nenhuma área pode ser apropriada de forma individual, pois são terras de uso comum (ALMEIDA, 2011); e a segunda está relacionada ao fato de que as chamadas “ilhas” que estão sendo privatizadas, se inserem no que oficialmente são chamadas de “áreas de marinha²⁵”, portanto são de propriedades da união e também não podem ser privatizadas individualmente.

A segunda e a quarta coluna estão relacionadas à atuação política dessa classe. A partir da análise desse quadro é possível perceber que cinco, entre os sete citados, ocupam ou

25 A ideia de terreno da marinha surge no contexto que remete ao Brasil Colônia, como uma forma de proteger o território nacional das invasões estrangeiras. Objetiva-se reservar à Côroa a posse das terras que estivessem localizadas na faixa de 33 metros a partir da linha do preamar-médio até a parte de terra. Dessa maneira, grande parte dos terrenos próximos a faixa costeira, incluindo margens de rios e ilhas são de propriedade da União.

ocuparam cargos na estrutura municipal referidos ao poder legislativo e executivo ou tem possíveis vínculos com agências oficiais adstritas a regularização fundiária, a saber, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A ênfase a essas duas colunas é necessária para que se perceba que esses grupos que atuam de forma violenta nesses territórios, são os mesmos que envolvem-se diretamente na política partidária ou em instituições estatais. Instituições estas, que legalmente deveriam assegurar os direitos de povos e comunidades tradicionais, mas que na prática, atuam com um conjunto de ações que envolvem violação de direitos.

Evidencia-se através dessas análises, que estes, estrategicamente ocupam posições que lhes possam garantir algum tipo de privilégio. Destaco o caso dos investimentos na infraestrutura, a exemplo do Fazendeiro 3 e da barragem que foi construída entre os territórios de Enseada da Mata e Formoso durante seu mandato enquanto vereador. A barragem parece ter sido construída sem planejamentos ambientais, pois segundo informações que obtive durante o trabalho de campo, alguns impactos poderiam estar sendo causados devido essa ação antrópica nos lagos. A principal função da barragem é facilitar o acesso até o território de Formoso, o lugar onde este fazendeiro aparenta ter o maior número de terras.

Percebo que esse tipo de investimento efetuado com recursos públicos privilegia, principalmente, as pessoas que tem investimentos naquela área, especificamente fazendeiros, latifundiários e empresários do ramo do turismo.

A terceira coluna foi elaborada a partir das denúncias que ouvi durante a estada nas comunidades do território de Formoso. Durante o trabalho de campo, o deslocamento às comunidades vizinhas era realizado a pé, isso possibilitava maior interação entre pesquisador e grupo da situação pesquisada. Foi através das conversas que aconteciam no decorrer dos percursos e das entrevistas que realizei que pude ter acesso a parte dessas denúncias envolvendo essa classe dirigente.

A partir dessa sondagem, foi possível identificar que Empresário 1 e Fazendeiro 5 são os que mais possuem terras cercadas no Território de Formoso. Ambos foram mencionados inúmeras vezes como pretensos donos das terras próximas aos campos alagados, das terras às margens da estrada e como proprietários das denominadas “ilhas”. Essas “ilhas” são áreas de uso comum, comumente localizadas próximas aos lagos.

A quinta coluna reúne recortes de denúncias extraídas a partir das entrevistas realizadas. Esta coluna, traz descrições que caracterizam essa classe dirigente. As quais, para efeito de

análise, organizo com base em três principais formas de coerção: das ações que imobilizam a força de trabalho; dos atos impositivos dessa classe aliados às instituições estatais; e por último das ameaças de morte.

Outros pretensos proprietários de terras em Formoso também foram citados, não com a mesma frequência de Empresário 1. Este, atua em Formoso com privatização das áreas de campos alagados, em algumas de suas áreas construiu açudes para a criação e comercialização de peixes, o que desmobiliza, em partes, os agentes sociais que tem essa atividade como exclusiva para obtenção de retorno financeiro.

Fazendeiro 5, é também um dos latifundiários que tem diversas áreas privatizadas, inclusive, áreas próximas dos lagos e outras que perpassam os quintais dos agentes sociais, reduzindo, dessa forma, o tamanho dos quintais. Próximas ao campo de Lagoa Mirim, há algumas extensões de terra ditas de sua propriedade. Umas com cercas elétricas, outras com cercas sem eletricidade, e outras ainda sem cercas, tendo seus limites demarcados por árvores cortadas, ou parte das matas devastadas.

Um dos mais citados como proprietários de terras e de ampla extensão foi o Empresário 1. Este é também um dos principais envolvidos nos investimentos visando o turismo ecológico nos lagos de Penalva, proprietário de extensas áreas na cidade de Penalva, no território de Enseada da Mata, e no território de Formoso. Ele possui investimentos em rebanho bubalino e é proprietário de terras no Maranhão e em Manaus. É empresário e proprietário de estabelecimento comercial em São Luís e é irmão de Fazendeiro 3, que foi prefeito de Penalva entre 2013-2016.

Retomando as análises gramscianas relacionadas a classe dirigente, sou autorizada a inferir que sua capacidade de atuação enquanto dirigente não se expressa somente em uma esfera restrita de sua atividade, mas também em sua relação em outros domínios da vida social. Empresário 1 está intrinsecamente articulado a diversos âmbitos, possuindo, dessa forma, influência econômica, política e social. A atuação política deste, se expressa em partes, devido a influência política do irmão, que também ocupa cargos na estrutura de poder.

Além da influência nesses domínios existe mais um aspecto relevante que o caracteriza. Este, também tem acesso à mídia televisiva, através da qual propaga seus ideais tendo seu acesso facilitado às diversas áreas do território.

Articulado a outros empresários foram protagonistas de uma matéria emitida pelo programa Maranhão Rural, do canal Mirante de televisão, em 2014. A matéria tratava sobre o potencial turístico dos lagos e tinha como principais figuras os empresários mencionados. Este programa se autointitula como o “mais influente do agronegócio maranhense”. Esses

empresários fomentavam os investimentos naquele ramo e mostraram através de um percurso realizado em sua lancha os principais pontos onde seriam vantajosos para realização de investimentos visando o turismo ecológico nos lagos, dentre esses locais, mencionaram os lagos de Formoso.

O percurso de lancha consistiu no seguinte trajeto: o ponto de partida foi a fazenda de Fazendeiro 3, passaram por Chapadinha, foz do Rio dos Cachorrinhos, foz do Rio Pindaré, Lago do Formoso e retorno à fazenda. A matéria emitida durou aproximadamente 33 minutos, nos quais houve a exposição dos lagos como lugar de turismo e a divulgação dos interesses desses empresários. Abaixo, trecho do discurso retirado do vídeo, dos interessados em realizar o turismo ecológico nos lagos:

Empresário 2: “A gente ta tentando mostrar a toda que região que se juntos, se todos os empresários juntos, com a ajuda do poder público evidentemente, poderemos alcançar resultados melhores para nossa região, para fomentar negócio de forma que não só os ribeirinhos mas também os microempresários também possam ascender e incrementar seu negócio.”

A fala acima foi transcrita do vídeo citado. Este e um grupo de outros que se intitulam empresários demonstraram interesse em desenvolver atividades empresariais ligadas ao turismo. Se torna evidente que essa classe dirigente exerce o domínio dentro de uma rede de relações de poder mais ampla.

Uma das características da classe dirigente tal como analisada por Gramsci, é especificamente, essa capacidade de articulação a outros domínios da vida social. Não se tratam apenas de meros investidores no ramo do turismo, esses grupos são bem articulados politicamente, e segundo o que foi demonstrado no vídeo, estão envolvidos nesses projetos empresários que também são professores, políticos e exercem influência em diversos âmbitos da sociedade.

CAPÍTULO III: REFLEXÕES SOBRE AS CERCAS E “RESISTÊNCIA COTIDIANA”: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E RELIGIOSAS.

“(…)Ele foi pegar uma corda muito grande e grossa de “manilha” marrou num buritizeiro (na ilha) e marrou noutra buritizeiro aqui no seco, se ela sair o buritizeiro quebra e ela pode ir, mas também se ela não tem força pra sair ela não vai sair mais. Ai ele fez a veredinha assim mesmo e começou carregar o babaçu na cabeça e botou lá na beira do lago porque tinha que passar por dentro dessa ilha, foi, botou o babaçu dele pra lá, quando chegou adoeceu, adoeceu...e adoeceu, adoeceu, adoeceu... e ai as pessoas ligadas a ele se lembraram “ahh... isto é foi ilha que lhe aplicou!”. Foram lá, cortaram a corda, mas não teve mais jeito ele faleceu. Isso foi coisa acontecida, coisa dentro da minha história. (...) morreu, ninguém sabe a causa. A gente imagina que a causa foi essa, porque ele amarrou a ilha e lá existe mistério, e esse mistério que existe matou ele.” (ARNALDO, janeiro de 2013.)

Ao longo da pesquisa no território de Formoso, ouvi inúmeras narrativas como esta, que remetiam àquele território e especificamente à chamada “Ilha flutuante” enquanto lugar de mistério e encatoria, como lugar de habitação de seres “encantados” que vivem acima, abaixo da terra ou no ar. Percebi, ao longo das conversas e entrevistas, que a ilha flutuante era personificada pelos moradores, eles a viam como se ela tivesse vontade própria. Pela forma como narravam os fatos, os movimentos da ilha, tal como o que acontecia nela surpreendiam a todos que se aventurassem a ter algum contato ou usufruir de alguns dos recursos disponíveis no local.

Este é um trecho de uma entrevista realizada com o Sr. Arnaldo²⁶, agente social de Lagoa Mirim, uma das comunidades do território de Formoso. Narra, o que segundo ele, aconteceu “dentro da sua história”, ou seja, em um contexto social recente, situando-a como vivenciada no período de sua infância e que se mantém viva na memória por ser contada constantemente e repassada tanto às pessoas daquelas comunidades, quanto aos de fora ou àqueles que por ventura estabelecerem algum contato nas proximidades do lugar.

No trecho acima, Sr. Arnaldo fala sobre Pedro Pinheiro, um comerciante que foi morar no território de Formoso, o qual investiu esforços visando amarrar uma das ilhas que flutuam para que ela estivesse disponível para realizar a travessia de sua mercadoria no momento em que ele decidisse. Para isso, segundo Arnaldo, tomou uma corda muito espessa e a amarrou à ilha prendendo-a às margens do lago. Alcançou seu objetivo, mas ao chegar em casa foi

²⁶ Entrevista realizada em 2013, por Cynthia Carvalho Martins, Jhullienny Silva Santos e Geovania Machado Aires.

acometido por uma doença que o levou à morte. Segundo seus familiares, foi devido a ilha que ele havia deixado amarrada às margens do lago.

Atribuem a causa da morte aos mistérios que existem no lugar, especificamente aos *seres encantados* que habitam em alguns lugares do território desempenhando a função de protegê-lo. Estes também, são os responsáveis por expor aos sujeitos uma espécie de alerta às consequências de quaisquer ações que se contraponham às regras coletivas de utilização do território.

Ouvi muitas narrativas como esta ao longo do trabalho de campo. Se não se atenta, pode-se pensar que é apenas mais uma história compartilhada, mas se atentarmos ao que o interlocutor comunica, logo é possível perceber as conexões que estabelece com as relações do seu próprio cotidiano. Nesse contexto, amarrar a ilha para que esta ficasse apenas à sua disposição foi uma tentativa de comunicar que um bem comum não pode ser privatizado.

Narrativas como esta de Pedro Pinheiro e outras entrevistas com agentes sociais podem levar à compreensão errônea de que os aspectos que a envolvem se limitam apenas ao âmbito da religião e das crenças, mas é possível perceber, quando se contextualiza a fala, que eles aparecem relacionados aos aspectos políticos e econômicos.

Por mais que narrativas como esta instiguem o imaginário e despertem a curiosidade do leitor, gostaria de explicitar de antemão, que realçar o caráter exótico das crenças e práticas religiosas e dos aspectos míticos enfatizados nas narrativas não é uma de minhas pretensões para esta pesquisa.

Iniciei o seguinte tópico com esse trecho por perceber que ele ilustra bem a inter-relação desses domínios. Além disso, proporciona a reflexão de que no âmbito das práticas das relações sociais a separação desses domínios acontece apenas no âmbito da exigência teórica.

Desta maneira, gostaria de enfatizar, que a religiosidade e as crenças do grupo não serão descritas como elementos de acesso ao domínio religioso *strictu senso*, mas serão pensados como elementos úteis para compreensão dos pleitos e reivindicações das comunidades.

No território de Formoso existe um extenso repertório de narrativas onde elementos de natureza mítica aparecem associados aos domínios religiosos, políticos e econômicos. Pelo fato de essa ser uma característica marcante do lugar e aparecer nas falas dos agentes com frequência, invisto esforços no sentido de refletir associando os diversos domínios à questão territorial.

No seguinte capítulo invisto esforços para construir reflexões em torno dos aspectos políticos, econômicos e religiosos tendo-os como inter-relacionados. Para isso inicio com o

debate sobre a imobilização da força de trabalho, a partir da perspectiva de Jose Sérgio Leite para introduzir a discussão sobre a ideia de resistência cotidiana, baseada em James Scott. Para uma abordagem sobre as narrativas apresento algumas das contribuições de Robert Darnton para se pensar a conexão entre o que é contado pelos meus interlocutores, em termos de narrativas, e o que é vivido. Neste capítulo também invisto em reflexões sobre as cercas como categorias analíticas.

3.1 Um olhar sobre o caminho... entre campos e cercas

Antes de aprofundar no que proponho, gostaria de expor a razão de uma das minhas escolhas teóricas. As discussões em torno da cerca enquanto categoria de análise são resultados de inquietações que surgiram durante os trabalhos de campo. A necessidade de investir esforços reflexivos sobre esse assunto parte de uma demanda advinda desde as primeiras idas a campo e que se intensificaram nas últimas idas, já visando a elaboração do seguinte trabalho de dissertação.

Como mencionei anteriormente, a primeira realização de trabalho de campo em Lagoa Mirim ocorreu em meados de 2012, durante o lançamento do fascículo. Para o lançamento do fascículo fomos em grupo ²⁷de cinco pesquisadoras, incluindo professoras, pesquisadoras do projeto e eu, enquanto aluna bolsista de Iniciação Científica²⁸.

Nessa ocasião, o percurso era feito de motocicleta de Penalva até o lago do denominado território de Enseada da Mata. Para acessar o outro lado do lago, onde estava localizada Lagoa Mirim, era necessário fazer a travessia à canoa, e somente depois disso mais uma vez percorrer o caminho de campos, que nesse período não estavam alagados. Esse segundo trecho também era percorrido de motocicleta, por ser este o mais adequado meio de transporte devido à dificuldade de entrada de outros tipos de veículos, uma vez que o acesso ao outro lado somente seria possível por meio de canoa.

27 Houve um grupo de pessoas da Universidade Estadual do Maranhão que se dirigiu até Lagoa Mirim para o lançamento do fascículo: as pesquisadoras Poliana de Souza Nascimento, Jhuliane Mendes de Abreu e Geovania Machado; professora Dra. Cynthia Carvalho; a agente social de Enseada da Mata, Sra. Nice Machado e eu, aluna de Iniciação Científica, Jhullienny Silva Santos.

28 Fui bolsista de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão – FAPEMA, desde o ano de 2011 até o ano de 2015, durante a graduação em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado. A bolsa era renovada ao final de cada ano de pesquisa. Fui orientada pela Prof. Dra. Cynthia Carvalho Martins do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. A FAPEMA é uma instituição que visa estimular a ciência e a tecnologia no Maranhão, de modo a proporcionar aos pesquisadores condições para a realização de projetos de pesquisa e intermediar a transformação do conhecimento científico em instrumento capaz de contribuir com a redução das desigualdades sociais.

O deslocamento para as comunidades mais distantes era realizado de motocicleta, pois era um dos transportes mais adequados naquela ocasião. Isto era devido à dificuldade de acesso, pelo fato de as estradas serem muito estreitas. Já as comunidades vizinhas, bem próximas, a exemplo de Jacaré, Praça da Igreja e Rua do Namoro, íamos caminhando pelas margens dos lagos, nas áreas denominadas pelos agentes de “campos”, como chamarei com frequência de “campos alagados” ou “campos naturais”.

Ao findar a travessia de canoa e retornar à motocicleta para percorrer o restante do caminho até Lagoa Mirim, minha atenção foi voltada à uma cerca no meio dos campos naturais. Para chegar à Lagoa Mirim, precisávamos interromper o percurso de moto, descer e abrir as porteiças para continuar o trajeto. De um lado haviam búfalos soltos nos campos, do outro lado, haviam apenas porções pequenas de águas próximas às áreas do lago onde atravessamos.

Adiante, inquietei-me por perceber que os campos não eram os únicos locais em que se colocavam cercas de arame. Percebi, ao longo do trajeto até Lagoa Mirim, que haviam inúmeros locais com as mesmas características: áreas cercadas que apresentavam menor quantidade de palmeiras de coco babaçu com relação às áreas não cercadas, e grandes extensões de cercas às margens da estrada.

No primeiro momento, como iniciante da pesquisa, ainda no momento de inserção, encontrar cercas de arame em meio a campos alagados causou certo estranhamento. Mas pelo fato de ter pouco conhecimento acerca da situação social do lugar não investi esforços imediatos para refletir sobre isso.

Durante o tempo de pesquisa, incluindo o período de elaboração de monografia, retornei à Lagoa Mirim e às comunidades vizinhas para a realização de trabalhos de campo. Cada vez eram mais frequentes os relatos envolvendo cercas elétricas e as consequências da colocação destas nas margens das estradas, nos campos alagados e em locais próximos as casas. Certamente, as cercas apresentam-se como incômodo não somente nas áreas mencionadas, eu as cito, porque foram a respeito desses locais que ouvi mais relatos por parte dos moradores e agentes sociais entrevistados.

Ao retornar às comunidades do denominado território de Formoso no ano de 2016, percebi que o número de cercas nos locais mencionados anteriormente, com relação ao primeiro ano de pesquisa (2012) haviam aumentado significativamente. Relato, um fato ocorrido na ocasião da minha última ida a Lagoa Mirim. Estávamos Sr. Fabrício e eu a caminhar, saindo de Lagoa Mirim, rumo à comunidade Praça da Igreja. Ele, guiando-me durante o trajeto, optou por ir por dentro das áreas de campo, pelas partes mais secas, por

julgar ser mais perto o tempo de caminhada. Fomos. Após aproximadamente 10 minutos de caminhada desde a casa da filha de Sr. Fabrício, onde fiquei hospedada, me aproximei de uma cerca de madeira e antes que encostasse ouvi os gritos de Sr. Fabrício alertando-me para que não tocasse pois a cerca era eletrizada.

Quando falavam-me sobre cerca elétrica, a priori, me vieram à mente imagens de cercas de arame semelhantes às que se encontraram nas grandes cidades, com avisos prévios informando serem fios com corrente elétrica. Por esse motivo não atentei aos riscos que poderia ser encostar em fios de arame comuns presos às estruturas de madeira. Em seguida registrei através de fotografia o local onde isso aconteceu. Na imagem abaixo, Sr. Fabrício abre cuidadosamente as porteiças para que pudéssemos passar sem danos a nossa integridade física.



Figura 1. Sr. Fabrício abre cuidadosamente as porteiças das cercas protegendo-se da eletrização dos fios.

Para uma pessoa que desconhece essas estratégias de eletrização das cercas, andar pelos campos sozinha pode ser claramente um perigo, torna-se alvo fácil dessas armadilhas. Essa, foi apenas uma das três cercas que precisamos atravessar para chegar ao nosso destino naquela manhã.

Após o ocorrido, questionei se algo semelhante havia acontecido com outras pessoas e a partir de então comecei a ouvir denúncias de violação de direitos envolvendo

cercas e suas interferências nas atividades cotidianas. Uma dessas situações envolve uma senhora a quem eles denominam Maria Preta,

“Jhullienny Santos: Já houve algum caso de algum acidente envolvendo cerca elétrica?

Joaquim Silva: De gente não, mas de animal já.

Gil Machado: Mas de gente já, aquela Maria Preta pegou um choque lá naquela porteira de Cazuza que eles até tiraram agora. Ela pegou um choque que caiu de banda.

Jhullienny Santos: Ela morreu?

Gil Machado: Não. Mas ela passou mais de semana com a mão inchada e doente, e tem vários outros casos que as vezes a gente não tem recordação de enseada da mata, aqui perto, porque não foi só esse. Pra cá pra onde nós vamos agora, descendo a região de Formoso, tem algumas pessoas que vão contar alguns casos também.” (MACHADO; Gil; ENTREVISTA, 16.09.2016)

Esse foi um dos casos envolvendo pessoas, segundo informações do jovem Gil Machado, Filho de Sra. Nice, houveram outros casos de choque naquele território.

Nos trabalhos iniciais elaborados por mim, ao mencionar as cercas, aproximei-me de uma interpretação apressada e arbitrária, caracterizando-as como: construções de madeira, arame comum ou eletrizada, que tem por principal função delimitar extensões de terras ou de campos, atuando como um elemento de demarcação de limites territoriais. Ao caracterizá-la dessa forma, corri o risco de incorrer no erro de percebê-la de forma generalizante e simplista. A cerca é mais que um mero objeto, ela se configura como uma ameaça ao modo de ser e de viver de um povo.

A fim de não recair nas armadilhas da lógica objetivista, segundo a qual o ser humano julga ter contato direto com a realidade através dos sentidos, optei por trilhar um caminho distinto com relação a essa temática. O perigo dessa lógica seria interpretar os fatos unicamente por meio do que está posto diante dos olhos, como se assim estivesse captando a realidade. É preciso ressaltar que a realidade é interpretada, e nessa situação específica não cabe ao pesquisador definir ou conceituar com base nas primeiras impressões. É necessário tentar perceber quais significados os agentes sociais atribuem a esse elemento.

O sociólogo e pensador francês Pierre Félix Bourdieu (2010) afirma que é preciso romper com todo um corpo de certezas partilhadas que fundamentam a “*communis doctorum opinio*”, ou seja, é preciso romper com o que já se imagina saber a respeito de algo. Por esse motivo, investi esforços para refletir analiticamente sobre a cerca e tentar analisá-la não a partir de um conjunto de conceitos prévios, mas a partir da interpretação dos próprios agentes sociais. É preciso atentar às interpretações que fazem de si e dos elementos que os cercam.

3.1.1 Os principais entrevistados

Para falar sobre a situação das cercas e violação de direitos, gostaria de destacar os principais entrevistados desse momento da pesquisa quando interessei-me por essa temática. Essas foram também as pessoas com quem mais convivi durante a realização dos trabalhos de campo.

Sr. Fabrício, como mencionado anteriormente é um agente social que tem se mobilizado pela defesa do território. Foi quem me acompanhou durante os dias em que realizei o trabalho de campo, tornando-se, dessa maneira, um dos principais interlocutores. Foi através dele que tive acesso tanto às áreas de matas, quanto às áreas mais próximas das casas, incluindo cercas que atravessam os quintais dos agentes sociais, reduzindo-os.

Outro entrevistado foi o Sr. Joaquim Silva, agente social do território de Enseada da Mata, presidente da Associação dos Produtores Rurais Extrativistas do Quilombo Outeiro. Ele se identifica como pescador por desenvolver essa atividade desde sua juventude, mas além da atividade da pesca também desenvolve atividades voltadas a agricultura, especificamente o cultivo de roças. Sr. Joaquim Silva informou-me acerca das situações de tensão social que tem enfrentado, as quais não estão referidas apenas ao território de Enseada da Mata, mas também ao de Formoso.

Na ocasião da minha última permanência em Lagoa Mirim, fiquei hospedada na casa da filha de Sr. Fabricio, a saber: Sra. Isabel. Seu esposo, Domingos e ela compartilharam os problemas relacionados ao cercamento dos quintais e sobre as dificuldades de acesso à água potável e para uso doméstico, uma vez que a água dos campos não pode ser utilizada devido as fezes de búfalos.

Amarildo Pereira, conhecido por todos da comunidade como Bilô, é presidente da Associação da Comunidade de Ponta da Areia, se identifica como pescador e mora desde sua infância no território. Informou-me sobre as situações que envolvem cercamento nos campos, e como isso afeta o modo de vida dos que dependem dos recursos naturais para a manutenção da vida diária. Sua esposa Ildilene Pereira nos acompanhou durante a entrevista, ela é professora da educação básica local e afirma que as narrativas e histórias que envolvem a manutenção do território são trabalhadas na escola como uma forma orientar os alunos acerca dos costumes e práticas de preservação do território.

O senhor Tertuliano Bispo Araújo é um dos moradores mais antigos de Lagoa Mirim. Em entrevista, ele compartilhou com ar saudoso sobre como eram as matas do período anterior a intromissão dos fazendeiros naquela região, ele traça paralelos entre aquela época e a atual.

Os agentes sociais entrevistados forneceram elementos para se pensar diferentes abordagens sobre as cercas e sobre as estratégias de resistência à ação dos fazendeiros e empresários. Adiante, analiso a representação que se tem sobre as cercas sob a perspectiva dos que desenvolvem atividades de pesca, dos que cultivam roças; teço reflexões em torno das narrativas como instrumentos de resistência e por último uma abordagem sobre as ervas medicinais.

3.2 “Cercas”: tentativas de imobilização da força de trabalho

Trago no presente capítulo a problemática da “imobilização da força de trabalho” sofrida pelos agentes sociais do território de Formoso. A ideia de imobilização da força de trabalho aqui apresentada é utilizada por José Sérgio Leite Lopes, especificamente no artigo “Formas comparadas de imobilização da força de trabalho”, a partir das reflexões que o autor faz em torno de situações que ocorriam em um contexto de industrialização. Em sua abordagem o autor assinala especificamente a situação que envolve o ato de contratação dos funcionários, ao que ele chama de “ritual inusitado”. No artigo citado, ele faz reflexões sobre formas de dominação específicas relacionadas aos trabalhadores de vila operária.

José Sérgio Leite Lopes(1996), afirma que a noção de *imobilização da força de trabalho* é uma noção que chama atenção para formas diretas ou indiretas de coerção, a qual pode ser tanto física, quanto simbólica, apresentando-se nas mais diferentes relações²⁹. É neste sentido que trato, ao falar sobre as estratégias de imobilização utilizadas pelos chamados fazendeiros e latifundiários para imobilização da força de trabalhos dos agentes sociais.

Estas variadas formas de imobilização da força de trabalho se efetuam tanto por parte do Estado, com as chamadas “políticas de desenvolvimento” ou “políticas de infraestrutura”, que incluem obras de grande extensão realizadas sem consulta prévia ou planejamento adequado³⁰, quanto por parte das ações dos fazendeiros e latifundiários que atuam naquelas comunidades.

29 Segundo Leite Lopes, essa problemática vem sendo discutida por vários autores. Em suas análises ele menciona artigos clássicos de Eric Wolf e Sidney Mintz ao se remeter ao contexto de plantations e haciendas. Ressalta também, que este assunto também foi analisado por Marx, no livro “O capital”.

30 Refiro-me, especificamente, ao caso que envolve a construção de uma barragem nos lagos que perpassam o território de Enseada da Mata e território de Formoso.

Além de privatizar extensas áreas do território, os antagonistas diretos dos agentes sociais que residem em Formoso atuam com um conjunto de ações de depredação aos recursos naturais disponíveis. Com o objetivo de refletir sobre essas intervenções, proponho-me a analisar, como as ações violentas desses grupos tem afetado a dinâmica de organização dos agentes sociais. A luta política pelo território é constante, e tem a figura dos antagonistas atualizadas e as estratégias de imobilização reinventadas em cada situação social ao longo de gerações.

As análises que seguem dizem respeito à instrumentalização do significado de *cerca*. Esse debate gira em torno das significações percebidas através da fala dos agentes sociais entrevistados ao longo do trabalho de campo. Viso analisar a partir da perspectiva destes, o significado que atribuem à colocação de cerca de arame farpado e elétricas em áreas consideradas de uso comum, seja nos campos, nas matas ou às margens das estradas.

Nesse sentido, tomar a “cerca” como categoria analítica implica refletir sobre as diferentes interpretações formuladas face aos seus antagonistas. Além de caracterizar-se como um empecilho ao acesso a determinados locais, ela se apresenta também como uma ameaça às formas de produção e reprodução, tanto física, quanto social.

Nos tópicos que seguem há reflexões nos diferentes contextos sobre as implicações sociais e econômicas no modo de vida dos agentes sociais decorrentes da colocação de cercas. Os entrevistados ao longo do período de trabalho de campo cederam-me informações que possibilitaram aprofundar as análises sobre essas questões.

Em entrevista, Sr. Joaquim afirma:

“Joaquim Silva: Antes de ele comprar, tomar posse dessa área aí, a gente trabalhava direto. Eu, quando eu cheguei aqui eu já achei assim, mas eu sempre trabalhei, e a gente pagava o foro, mas os que eram donos não se negavam de aforar para as pessoas, eles aforavam direto.

Jhullienny Santos: Os que eram donos antes de Viegas?

Joaquim Silva: Sim.

Jhullienny Santos: Quem eram eles? O senhor lembra?

Joaquim Silva: Já passaram vários donos aí, primeiro foi o senhor Inocêncio, depois o João Nilo. O Inocêncio eu não conheci.

Jhullienny Santos: Faz muito tempo?

Joaquim Silva: Sim. E depois passou para o João Nilo. E o João Nilo que vendeu para esse daí.

Jhullienny Santos: Então qual é o problema maior do Viegas?

Joaquim Silva: É que ele cerca e não deixa as pessoas entrarem. Ele tá proibindo a gente de trabalhar.” (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

No âmbito das formas práticas de imobilização da força de trabalho destaco as *cercas* como umas das mais visíveis expressões de tentativa de dominação utilizada pelos antagonistas. Através do relato de Sr. Joaquim é possível perceber que a colocação das cercas se apresenta como um entrave para a realização do trabalho cotidiano. Importa destacar, que apesar da afirmação de proibição por parte de Viegas, que é um dos grandes empresários daquela região, os agentes sociais continuam se reinventando e apesar dos entraves, continuam cultivando as terras com suas estratégias de resistência.

Nos tópicos que seguem, viso possibilitar ao leitor perceber os diferentes significados atribuídos às cercas pelos agentes sociais entrevistados a partir de situações empíricas específicas.

3.2.1 “Cercas” como instrumento de dominação

Como mencionei anteriormente, Sr. Joaquim mora em Outeiro, território de Enseada da Mata, há aproximadamente vinte e oito anos. Apresenta-se a mim como pescador, é o único em sua casa a exercer a atividade de pesca e exerce há mais de vinte anos. No entanto, afirma, que há um pouco mais de dez anos a privatização de terras, tendo como consequência tem se intensificado e causando uma série de prejuízos aos moradores desses territórios.

A “cerca” é permeada por relações de poder. Nela estão implícitas as relações de disputa que não se limitam à questão da terra enquanto propriedade. A reivindicação dos agentes sociais envolvidos evidencia que há outros aspectos que precisam ser levados em consideração: o modo de ser e de viver de um povo, suas memórias, e conhecimentos específicos que estão intrinsecamente imbricados ao seu território.

As “cercas” nos lagos e campos naturais demarcam violência e apresentam-se como empecilhos para a reprodução física e social. Dentre os inúmeros prejuízos decorrentes da ação dos fazendeiros e latifundiários iremos nos ater, no seguinte tópico, àqueles relacionados ao aumento no número de cercas elétricas nos campos, impedindo assim, a passagem dos pescadores e moradores do lugar e a alteração da água e do sabor dos peixes pescados no lago devido os dejetos fecais dos búfalos que são criados nos campos.

Gil Machado que me acompanhava durante a entrevista explicita como aconteceu o processo de apropriação das terras próximas da casa de Sr. Joaquim:

“Gil Machado: Quando começou eles tinham pouquinho, chegaram aí mas compraram pouco, aí daí eles vão se unindo com as outras pessoas que tem fazenda e acabaram comprando dos outros, porque eles têm mais e as pessoas tem precisão aí foi vendendo. Aí um fazendeiro foi vendendo pra um, e outro foi vendendo pra outro e acabou que ... a maioria dos donos são fazendeiros, e não são do

município de Penalva.” (MACHADO; Gil; ENTREVISTA, 16.09.2016)

Segundo o jovem Gil, a maioria dos donos são fazendeiros, isso implica dizer que a maioria dos donos tem suas terras privatizadas para a criação de gado e búfalos. Seu Raimundo Nonato, conhecido como Mundiquinho, reitera durante outra entrevista:

Jhullienny Santos: Quando Lourival toma essas terras, ele diz que compra de quem?

Raimundo Nonato: Olha, bem como deu aqui na Queimada, ele comprou era de finado Duardo, mas a área todinha, todinha que ele comprou era só de Duardo?

Fabrcio Nabate: Não, não, não.

Gil Machado: Não.

Raimundo Nonato: Aí ele foi e comprou onde era de Nézinho, onde Nézinho morava; comprou onde Chico Papo morava; comprou a de que era da Ladeira;

Fabrcio Nabate: Comprou muitos campos...

Raimundo Nonato: Aí foi emendando...ai aparecia 50...

Fabrcio Nabate: aí ele emendou Ponta da Palmeira, com Queimada e Pavão.

Jhullienny Santos: Tudo comprando de pouquinho?

Raimundo Nonato: Era, os caras queriam vender e ele comprava.” (MENDONÇA, Raimundo Nonato; ENTREVISTA, 16.09.2016)

Os fazendeiros vão vendendo suas terras uns aos outros e as vezes expandido os limites das terras de forma ilegal. Cada fazendeiro diz “comprar” as terras próximas de suas fazendas ou terrenos, essas terras são utilizadas para plantio de capim e destinadas à criação extensiva de búfalos, principalmente àquelas que são mais próximas dos campos alagados. Sob o pretexto do plantio de capim, essas áreas são devastadas, queimadas são realizadas a fim de tornar o local adequado para o plantio. Essa rede de negociação entre os grupos de fazendeiros parece ser bem estruturada, os vínculos mantidos entre eles são visíveis, posso afirmar que os interesses de exploração das terras são comuns entre eles.

Quando Gil afirma que as pessoas têm “precisão” e vão vendendo, ele se refere também a alguns poucos moradores daquele território que por necessidade vendem suas terras aos fazendeiros e latifundiários. Isso acontece, em algumas situações, por questões de necessidade financeira ou por acreditarem que não se pode entrar em um embate contra esses grupos que tem maior poder aquisitivo. Na frase do Sr. Domingos fica explícita essa segunda situação:

Domingos – Então terminou de derrotar nós. O que nós podemos fazer é cada um vender o que tiver e deixar o rancho aí e ir embora para uma vila porque não adianta ficar no interior. Não adianta. Então, assim que são as coisas.

Jhullienny Santos – Mas aqui há alguém que faz alguma coisa relacionado a isso?

Domingos – Não. Aqui não. Não porque logo, como diz a história, o caboco diz: “Tu é doido rapaz, não vou tocar em coisa de Cazuza porque ele é isso e aquilo outro, então o caboco cai fora.” (DOMINGOS, (Lagoa Mirim); ENTREVISTA, 17.09.2016)

A expressão “ovo não briga com pedra” expressa o receio que alguns têm de entrar em um embate direto com os fazendeiros e latifundiários. O “ovo” faz menção a algo frágil, enquanto a “pedra” algo rígido e forte, são figuras utilizadas para ilustrar como alguns se vêem imobilizados diante da situação de tensão social. Vale ressaltar que nem todos compartilham do mesmo sentimento, enquanto uns resistem, permanecem e lutam pelas terras, outros, para salvaguardarem a si e sua família, abrem mão de suas terras para mudarem-se para outros locais onde os conflitos não menos intensos.

Quando estive em Penalva, notei que havia nos bairros mais periféricos com relação ao centro da cidade, e percebi que uma quantidade significativa de pessoas que saíam do território de Formoso atualmente morava nesses bairros na cidade de Penalva. Mas não vou me ater a esse fato por não ter elementos suficientes para endossar essa discussão no momento.

A atitude de alguns moradores venderem suas terras e mudarem-se para outras localidades provocam descontentamento entre aqueles que decidem lutar pelo território. Isso acontece não só pela reivindicação territorial em si, mas porque há em grande parte dos moradores um consenso de que as terras não são passíveis de comercialização.

Segundo Sr. Tertuliano, morador antigo de Lagoa Mirim e Sr. Fabrício, terra não se vende. Eles afirmam:

“Hoje quem está nessa é um cara que justamente é da comunidade não tem mais terra ele, eu sempre falo com esse aqui (Fabrício) que nós sempre nos comunicamos, porque foi uma coisa errada que ele fez. Morou, se não quer mais, quantos anos tu já morou? Rapaz eu já morei 15 anos. Então pronto. E você tem o que? Rapaz eu tenho umas pernas de arame, então tire seu arame. (...) Só um exemplo, olha, se eu morar aqui, eu moro há 20 anos aqui, agora eu vou vender de lá da casa para cá... ora, espera aí, se eu já encontrei esse objeto ali, o que eu faço, é vender se eu tiver um arame, se eu tiver uns pés de fruta. E dizer para a pessoa, “olha, eu vou lhe vender a casa com essa plantação que você vê aqui, mas não vou lhe vender a terra”. Mas hoje não, eles compram a terra. Então, aonde é que ele vai fazer uma casa? (...) Então o que acontece é que eles estão vendendo tudo. Fabrício Nabate - Olha, porque é assim. Onde que é a comunidade, uma área dessa aqui, então você é uma moradora daqui, e você quer ir embora e quer vender sua casa, por exemplo. Você pode vender a sua casa, só a sua casa e seu quintal sem atingir terra nenhuma. Se você quiser algum benefício, então é o seguinte, você pega seu arame, venda a quem você quiser, mas largue a terra. Nós precisamos da terra, nós estamos aqui é pela terra. Nós não queremos mais desmatamento... se você já cansou de morar então procura um lugar melhor e deixa a terra aí, assim que é. Porque tem gente que morou, ainda vende a terra e deixa os outros no sufoco. Não. Não dá. Porque aqui vou te dizer, os mais velhos daqui nunca brigaram por causa de terra, morou esse pessoal aqui do tabocal, os mais velhos foram embora tudinho mas ninguém vendeu terra, nem as casas. As taperas se acabaram tudo. Essa região de Poleiro, nunca teve um velho para dizer que ia vender isso, isso aparece hoje nos mais novos. Porque a cada tempo que passa o cara tem uma mudança para fazer. E essa mudança é prejudicando os outros, ele não faz essa mudança para

beneficiar os outros.” (ARAÚJO e MARANHÃO, Tertuliano Bispo; Fabrício Nabate. ENTREVISTA, 17.09.2016)

A venda de terrenos por parte de quem não resiste às pressões e decide sair do território é motivo de atritos internos. O grupo possui regras de sociabilidade e de uso dos recursos naturais disponível no território e se estruturam e se organizam em torno delas, quando há a ruptura de alguma dessas, há atrito. É necessário destacar que não se pode ter, na realidade, um grupo completamente homogêneo, os conflitos internos existem e se apresentam em diversas situações.

No interior de um mesmo grupo tem-se: aqueles que resistem e não negociam seus terrenos; aqueles que devido a pressão abandonam e vendem seus terrenos e fora desse grupo há aqueles que encaram as terras como meras propriedades, os fazendeiros.

Percebe-se através dos trechos das entrevistas que está-se diante de interpretações diferentes a respeito do território. Uns negociam por falta de opção e por receio das ações dos que tem maior poder aquisitivo.

Essas situações de tensão se reproduzem com frequência. Ouvi relatos de que os fazendeiros começam a expandir os limites de suas cercas de modo a ultrapassar os próprios quintais dos moradores, se não houver nenhuma manifestação de descontentamento por parte dele, eles simplesmente avançam as áreas até invadir a propriedade de outros.

Ao ser questionado por mim sobre essa situação Gil afirma:

“Gil Machado: Aí depende da pessoa, se a pessoa não for muito corajosa ela não fica nem com o quintal, só com a porta da rua mesmo, porque a cerca é na porta do quintal. Ai a pessoa não pode falar nada, porque se falar, não passa uma semana só ver gente bebendo cachaça ao redor. Mata. Mata na hora. Não estão botando pra brincar não.” (MACHADO; Gil; ENTREVISTA, 16.09.2016)

A expressão “beber cachaça na porta” utilizada por Gil é para fazer menção ao que aconteceu quando há uma situação de velório³¹. O que ele comunica através disso é que aquelas que de alguma forma entram em um embate direto com os pretensos proprietários de terra, podem sofrer as consequências de seus atos pagando com a própria vida. O avanço das cercas por parte desses grupos chamados “dominados” são uma ameaça ao território e a integridade dos agentes sociais.

³¹ É comum, nessa região, nessas cerimônias fúnebres a família e/ou amigos, servirem aos presentes café e em alguns casos, bebidas, para que possam manter-se por mais tempo acordados no local, uma vez que essas cerimônias costumam durar todo o período compreendido como noite.

3.2.2 “Cercas” como impedimento à atividade de pesca

Durante as entrevistas questionei qual o período mais adequado para a realização da pesca nos campos, segundo os entrevistados são os chamados “tempos de abaixamento”

Jhullienny Santos: (...) o tempo de abaixamento é mais ou menos em que período?

Bilô: Maio e julho. Maio já começa a baixar um pouco, ai em junho e julho já começa a dar bastante peixe.

Jhullienny Santos: O senhor disse que nesse período o peixe é melhor que nos períodos mais secos?

Bilô: Ah, é. É bem melhor porque no inverno os búfalos não atentam.

Jhullienny Santos: Não?

Bilô: Não. Porque fica fundo e eles levam ele daqui pra Cajari, Cajapió... para fora.” (PEREIRA, Amarildo; ENTREVISTA, 17.09.2016)

Notei que uma das características que fazem esse período adequado, além do nível das águas, é a ausência do búfalo. Observei que a criação extensiva de búfalos na Baixada Maranhense tem causado vários prejuízos aos moradores e a todos aqueles que dependem dos lagos para a manutenção da vida diária. A presença dos búfalos nos campos além alterar a qualidade da água tornando-a inutilizável ao consumo doméstico, alterar o sabor dos peixes, funciona como “álibe” dos fazendeiros para justificar a presença das cercas elétricas nos campos. Os efeitos dessas ações são sentidos em todos os aspectos, nos âmbitos político, social e econômico.

O período mais chuvoso no Maranhão é entre dezembro e maio, nesse intervalo de tempo os campos enchem, por esse motivo é necessário que os búfalos sejam retirados e levados a outro local, geralmente para Cajari ou Cajapió. Por volta de maio e julho as águas começam a baixar e os peixes começam a aparecer, devido à ausência de búfalos e devido essas condições favoráveis esse se configura como o melhor período para a pesca.

Sr. Joaquim afirma que sua principal atividade produtiva é a pesca, mas quando por algum motivo é impossibilitado de ir aos lagos, ele se dedica a outras atividades como roça e quebra de coco. Quando questionado a respeito de sua atitude ao se deparar com as cercas elétricas nos campos ele afirma:

“Joaquim Silva: O negócio é a população que fica com medo. Não corta porque tem medo. Eu quando vou pra lá que eu vou pescar eu levo meu alicate, onde eu não posso passar, eu corto é mesmo. Não tem dessa. É, mas eu não vou passar... se eu tiver que ir bem alí, eu não vou arrodar lá em Penalva pra mim ir, eu levo meu alicate eu corto é mesmo.

Jhullienny Santos: Já levou algum choque?

Joaquim Silva: Menina, de vez em quando.

Jhullienny Santos: É muito forte seu Joaquim?

Joaquim Silva: Tem vez que dar forte, mas quando o cara ta molhado a pancada é maior, molhado é mais perigoso.

Gil Machado: Pegar uns 220 molhado morre na hora.” (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

A atitude de Sr. Joaquim me remete às análises de James C. Scott (2002) em “Formas cotidianas de resistência camponesa”. O autor proporciona métodos úteis para se analisar os processos simbólicos de dominação e formas de resistência cotidiana. A discussão apresentada por esse autor é resultado da insatisfação da produção relacionada ao tema das rebeliões e revoluções camponesas. Scott inicia expondo que sua pretensão é revisar algumas teorias clássicas sobre o campesinato que de certa forma privilegiam greves, rebeliões, ações contra o estado, organizações institucionais como espaço de expressão política dos camponeses. Este autor afirma que essas ações são relevantes no cenário político, por outro lado, falam pouco sobre a luta cotidiana vivida pelos trabalhadores, pois para estes, as formas de resistência cotidiana talvez sejam a única opção viável para expressar seu descontentamento com a dominação.

Afirmo ao longo do seguinte trabalho de dissertação que opto por tratar não da dualidade “dominador x dominado”, opto por tratá-los como resistentes, por entender que seus atos cotidianos expressam sua insatisfação com a situação a que são submetidos.

As diversas formas de resistência a que me refiro não estão limitadas às organizações formais como as sindicais ou movimentos sociais. Essas formas de resistência podem ser sutis, quase imperceptíveis se não se atentar às especificidades das relações sociais. Podem acontecer de forma individual, mas motivada não necessariamente por interesses individuais, mas como forma de se contrapor e resistir a um grupo que supostamente ocupa o lugar de dominador.

Resistência, no sentido utilizado por Scott, não se limita a busca por obtenção de recursos materiais ou políticos, envolve questões identitárias e autonomias entre os subordinados. Dessa maneira, é possível perceber que o ato dos agentes sociais de cortar os fios da cerca elétrica pode ser tratado como um ato de resistência cotidiana. O fato de os atos de resistência serem, por vezes, em pequena escala não significa que não possam causar mudanças sociais em termos amplos. Elas podem ter efeitos maiores que os movimentos sociais organizados.

A cerca é um dos entraves para o exercício da pesca nos lagos de Enseada e Formoso, mas, além disso, existe uma outra questão, ainda ligada à existência dos búfalos nos campos alagados.

Os bubalinos são criados soltos nos campos e passam a maior parte do seu tempo nas áreas mais alagadas. Nesses locais depositam seus dejetos fecais e por serem animais de elevado peso corporal turvam a água misturando lama às fezes. Os peixes que alimentam-se nesses locais ficam com um odor excessivamente forte, inadequado para consumo.

Sr. Tertuliano ao comparar o antes e depois da criação extensiva de búfalos afirma:

“Tertuliano – (...)Tinha muita caça, muita coisa que nós tinha antes, mas agora não tem mais não. Nem a água não tá mais segurando como era antes. Assim que era. Até o peixe hoje em dia não é mais como antes. Olha, o pessoal começou a trazer os búfalos, acabaram com nós aqui, porque antes, nessas coisas que a gente dava o nome de pução, tinha pução que ficava dias sem a gente pegar um peixe lá dentro, a água era tão limpinha, tão fria, que se você se sentasse debaixo de uma árvore você ficava a vontade ali, não dava vontade nem de sair dali. Era tão bom, um ventinho bom que não dava nem vontade de sair dali. Mas hoje não, está tudo devastado, as águas assim estão tudo água velha preta, o peixe não tem mais sossego. A gente vê mais búfalo do que peixe.” **Tertuliano (ARAÚJO,** Tertuliano Bispo; ENTREVISTA, 17.09.2016)

Além da degradação das matas, que tem como consequência o desaparecimento das caças e dos recursos que se tinham antes, sr. Tertuliano enfatiza que são inferiores a água e o peixe atualmente. Ao expressar “a gente vê mais búfalo que peixe”, ele comunica que ao tempo que aumenta-se a criação de bubalinos, diminuem os recursos e a quantidade de peixes, afetando de forma direta a qualidade de vida dos que ainda consomem do que é pescado naquele lugar. A água dos lagos não é utilizada para consumo doméstico, o que obriga os moradores a se deslocarem grandes distâncias para ter acesso a água potável.

A casa da Sra. Isabel, onde fiquei hospedada na ocasião do trabalho de campo em Lagoa Mirim, está localizada ao lado dos lagos, mas devido a essa situação de interferência desses animais, para ter acesso à água para fins domésticos eles precisavam se deslocar ao local de um poço que abastece a comunidade, localizado a quase 2km de sua casa. O transporte era feito com a utilização de um animal de carga.

O Sr. Amarildo, mas conhecido como Bilô, que também é pescador, reafirma em outra entrevista essa mesma situação:

“Bilô: Tem problema de cerca elétrica nos campos, até porque eles são criadores de búfalos e aí esses búfalos prejudica muito os pescadores (...) se a cerca tá no campo, é a mesma coisa. Essa é uma das coisas que mais prejudica nós na área da pescaria. Porque você sabe que o búfalo só fica dentro da água, ele não fica no seco. (...)Olha, quando a água tá pouca, a gente pega os peixes e quando os peixes começam a ferver a gente sente aquela “nhaca” das fezes dos animais porque é muito, aí entremeia na água.” **(PEREIRA,** Amarildo; ENTREVISTA, 17.09.2016)

Além dos problemas relacionados a quantidade de peixes, que segundo seu Amarildo reduziram bastante desde a intromissão dos búfalos nos campos; além da alteração no odor e saber deste, há ainda uma outra interferência causada pela inserção de bubalinos: a quebra no processo de comercialização do peixe.

A pesca, enquanto atividade produtiva antes garantia o sustento de inúmeras famílias do território de Formoso, após os búfalos soltos no campo, os pescadores afirmam que a

quantidade e qualidade do peixe foram afetadas, dessa forma, há uma mudança também no processo de comercialização do pescado.

Esse processo de comercialização é caracterizado pelas seguintes relações: o pescador é responsável por recolher o peixe; em seguida vende aos chamados “atravessadores”, essas pessoas são responsáveis por fazer o transporte do peixe até a cidade ou até outras comunidades; em seguida o produto da pesca é comercializado nas feiras ou em outros locais. Segundo os pescadores entrevistados, Bilô e Joaquim, são comercializados nas feirinhas de Penalva, Olinda e Viana.

Os búfalos ocupam parte significativa dos lagos de Formoso. Devido o odor dos peixes que compartilham o mesmo lago que os búfalos e ingerem os dejetos, são escassas as áreas onde se pode pescar de modo a ser revendido.

“Joaquim Silva: E não tem como a pessoa comer, eu não sei se tem alguém que come. Pode ter, mas é difícil. Às vezes as pessoas pescam ali pra vender, onde tem esses compradores, aí eles pescam dentro dessa área que ta afetada pelo animal, e vende para o vendedor. Aí quando dá na outra semana que ele vai vender de novo, aí aquele que comprou vai reclamar pra ele que ele ta vendendo peixe e que o peixe não prestou, ai ele já sabe. Ai se por exemplo, foi eu que vendi, aí ele já chega pra mim e diz “rapaz, tu me vendeu aquele peixe, tu panhou aquele peixe que o pessoal ta me reclamando demais que o peixe não prestava e que tava só búfalo”... assim que é, aí a pessoa não pesca pra não ficar com problema.” (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

Como afirma Sr. Joaquim no trecho acima, como torna-se inviável o consumo, há a necessidade de romper com o processo de comercialização do pescado. Dessa maneira, às atividades econômicas ligadas à pesca em alguns locais começam a entrar em declínio.

Por outro lado, há quem lucre com essa situação. Enquanto estive em Lagoa Mirim, notei que parte do pescado que é consumido naquelas comunidades são os chamados “peixes de corte”, a exemplo da tilápia e do tambaqui, que são peixes bem maiores por serem criados em cativeiro. Isso significa dizer que enquanto há uma quebra contínua no processo de comercialização dos peixes do lago devido a interferência dos búfalos, há um crescimento de consumo dos peixes criados em cativeiro.

Ao questionar os meus interlocutores sobre a existência de criatórios de peixes ou algo nesse sentido no território ouço destes que somente os fazendeiros tem condições de investir na criação de peixe em cativeiro.

“Joaquim Silva: Hoje a produção de peixe de açude de Penalva é de Lourival.
 Jhullieny Santos: Lourival é?
 Joaquim Silva: Sim. Lourival Gama.

Jhullienny Santos: Ele era o dono dessas áreas de Enseada da Mata e vendeu para o Viegas.” (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

Fui informada que os açudes de criação de peixe pertencem a Lourival Gama. Foi ele quem vendeu parte de suas terras para Edmilson Viegas, inclusive o Juçaral próximo à entrada de Penalva. A construção de açudes para a criação e comercialização dos peixes interfere e desmobiliza os pescadores e moradores que tem essa como principal atividade produtiva para obtenção de retorno financeiro.

3.2.3 A cerca como impedimento ao cultivo de roças

Se as cercas elétricas nos campos atuam como instrumentos de dominação e impossibilitam os agentes sociais de realizarem a atividade de pesca nos lagos, de maneira semelhante as cercas elétricas fora do campo cerceam a liberdade das pessoas, impedindo-as de usufruírem dos recursos naturais e estreitando cada vez mais seus espaços de cultivo.

Segue o relato de Sr. Joaquim sobre as dificuldades de cultivo de roças:

“Jhullienny Santos: Agora pouco o senhor falou em roça, o senhor tem roça?”

Joaquim Silva: Não. Este ano ainda não tenho. Eu ainda estou querendo... porque ano passado a gente não fez roça. E eu até queria conversar com dona Nice, Gil, porque a gente ta com o problema aí que o pessoal não querem para roçar. Tá no período da gente roçar e o povo tá querendo roçar e eles disseram que não aforam o mato, o povo aqui de Enseada da Mata. E é o terreno que a gente trabalha, e é esse mesmo terreno que a gente tá lutando pra ver se a gente tem a posse dele, porque o Viegas ta proibindo roçar.

Jhullienny Santos: O Viegas tá proibindo roçar?

Joaquim Silva: É. Já teve um pessoal aí que já roçaram, e eles embargaram o serviço deles. E aí tá assim, e a gente fica sem ter lugar para trabalhar, a gente tá sem terra para trabalhar.

Jhullienny Santos: E o que acontece com aqueles que colocam roça, o que o Viegas faz?

Joaquim Silva: Ele manda parar o serviço, porque ele ta sendo dono, aí o pessoal se dão por mais fraco aí param. Porque eu já convidei uns aí, pra gente se juntar uns dez pegar uma área de mato e roçar, fazer o nosso serviço e deixar ele procurar o jeito dele, mas tem uns aí que não quer. Aí a gente sozinho não pode parar um cabra desses, mas se tivesse pelo menos uns dez pessoas da comunidade nós já tinha roçado. (...) Porque eles ficam nessa de dizer que ele é o dono, eles têm o dizer de que “ovo não briga com pedra” por que ele pode mandar prender, pode mandar matar, e ele pode fazer tudo.

Jhullienny Santos: Já teve algum caso de alguém que ele mandou fazer alguma coisa por isso?

Joaquim Silva: Não. Aqui não. Graças a Deus que até agora ainda não tive. Tá tendo é essa história de ele não querer deixar roçar. Mas esse caso de conflito de morte, essas coisas ainda não aconteceram não.” (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

Ao se referir à Viegas, Sr. Joaquim usa o termo “ele está sendo dono”, observe que o termo não é “ele é o dono”, o “está sendo” é utilizado para se referir a uma posição temporária. É uma forma de comunicar que essas terras não podem ser privatizadas individualmente, que são ilegais a forma como expandem os limites de suas cercas. Através de sua fala fica explícita a ideia que foi mencionada nos tópicos anteriores “terra não se vende”.

Outro aspecto da fala do Sr. Joaquim que vale ser destacado diz respeito ao que ele afirma sobre estar “sem terra para trabalhar”, ouvi muitas vezes essa expressão de parte significativa das pessoas entrevistadas por mim. Inclusive de Sr. Fabrício, que afirma: *“Só o que piora daqui é que a gente já está sem a terra para trabalhar, e onde a gente pode trabalhar o cara diz que é dele.”* (MARANHÃO, Fabrício Nabate. ENTREVISTA, 18.09.2016). Dessa maneira, as cercas funcionam como empecilho para a realização de atividades como pesca, caça e cultivo de roças, e limitam a liberdade dos moradores.

Em Formoso a privatização de áreas de uso coletivo tem reduzido em detrimento das ações de privatização por parte de fazendeiros e latifundiários. Essa apropriação e cercamento das acontecem nos campos, nas matas, nas margens das estradas e como mencionei antes, extrapolam os quintais dos moradores.

Atualmente, para se ter acesso às terras para cultivo de roças os moradores de Formoso e Enseada da Mata são obrigados a pagar o foro para os pretensos proprietários de terras. O foro é uma espécie de pagamento que pode ser em dinheiro ou através de uma parcela previamente determinada dos produtos da safra realizada em um determinado período. A seguir estão descritos os valores pagos pelo aforamento das terras naquelas comunidades:

Jhullienny Santos: Como funciona isso do aforamento?

Joaquim Silva: É dois alqueires por linha que eles cobram. Um alqueire é 30 kg. É por linha, se o cara tirar duas linhas vai ter que pagar 4 alqueire.

Gil Machado: Tem que pagar a terra, por ta possuindo a terra dele. paga 2 alqueire por linha, e uma linha é 25 braças quadradas, essas 25 braças equivale a 60 kg de alimento.

Jhullienny Santos: E todo mundo que faz roça aqui tem que negociar assim com ele?

Joaquim Silva: É, quem faz roça sim, se usar do terreno tem. Só não faz se o mato for dele mesmo. Tem uns que não contribuem, e não pagam, porque dão os motivos deles e dão desculpas e não pagam. (...) E tem essa exploração de não querer liberar pra gente trabalhar, porque como eu já disse, por mim a gente reunia uma população boa e roçava, porque a gente, todo mundo aí, Gil sabe, se criou aqui, dona Nice ta aí, sabe que todo, a maioria do bairro novo eles utilizam desse terreno aqui, dessa enseada da mata, então a gente já criou nossos filhos, tem muitos filhos que já foram criados aí, tem neto já criado aí nesse terreno e aí vem essa pessoa e proíbe a gente de trabalhar pra tirar o sustento da gente. Ai ta meio difícil, porque o pessoal já não tem... o município já não da condição para dar emprego pra ninguém e tem o terreno pra trabalhar, mas já não se pode trabalhar porque

tem essa pessoa que ta impedindo as pessoas de trabalhar e dar sustento pra suas famílias.

Jhullieny Santos: Aí a coisa fica séria né...

Joaquim Silva: É. Lá se ir pra lá pedir alguma coisa pra ele, ele não dá. E ainda proíbe quem quer trabalhar, de trabalhar.” (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

As taxas de foro cobradas nessas localidades são altas e nem todos têm condições de pagar para ter acesso. Sem contar, que há situações em que os pretensos donos se negam a aceitar que as pessoas cultivem, negando-se a qualquer negociação. Sobre isso Sr. Joaquim afirma: *“eu sempre trabalhei, e a gente pagava o foro, mas os que eram donos não se negavam de aforar para as pessoas, eles aforavam direto.”* (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

No caso do Sr. Joaquim, ao comparar como funcionava há uns anos antes da intensificação desses conflitos, ele afirma que a distância de sua casa até o local da roça eram de aproximadamente de um ou dois quilômetros. Atualmente, com a negação de concessão das terras para cultivo os moradores precisam se dirigir a outras localidades e se submeter a outros pretensos donos. A respeito disso Sr. Joaquim afirma:

“Sim. É ruim. Até de moto pra ir é longe. Na verdade de moto é longe. Mas o problema é: e quem não tem moto? E quem tem, ainda tem que ter a gasolina. E quem não tem, para ir numa distância daqui pra Penalva, que é 20,00 para ir e vir, para o cara pagar todo dia. Quando terminar a roça não dá nem para pagar a pessoa que leva na moto.” (SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016)

A cobrança do foro e até mesmo a não aceitação de negociação caracterizam-se como tentativas de dominação e imobilização da força de trabalho, pois de qualquer forma os agentes são impedidos de acessar as áreas que antes eram de uso coletivo.

Importa destacar que os agentes sociais também têm suas estratégias de resistência, e uma dessas formas podem ser percebidas através da fala de Sr. Joaquim quando afirma: “Tem uns que não contribuem, e não pagam, porque dão os motivos deles e dão desculpas e não pagam”. O ato de não contribuir e não pagar pelo aforamento das terras pode ser considerado um ato de resistência por parte dos agentes sociais, nesse caso, a omissão revela o descontentamento com a situação a que são submetidos.

James Scott desenvolve um conceito sobre o que chama de “resistência cotidiana” para possibilitar uma compreensão mais ampla desse termo. Segundo ele:

“**Micro-resistência** entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.” (SCOTT, 2002, p24.)

As formas de expressão de resistência podem acontecer de diferentes maneiras. Alguns optam pela ação direta ao confronto, como menciona Sr. Joaquim: “(...) *se tivesse pelo menos umas dez pessoas da comunidade nós já tinha roçado*”. Ou seja, se outras pessoas se dispusessem a enfrentar a ordem vigente, se mobilizariam de forma coletiva visando enfrentar a situação. Outros optam por formas mais sutis de enfrentamento, o ato de negar, ou “dar desculpas” se eximindo de pagar taxas, ou nesse caso, foro, para os proprietários de terra configuram o que Scott chama de “micro resistência”. A micro resistência ou a resistência em pequena escala, de acordo com Scott surte tanto efeito quanto as rebeliões ou movimentos sociais organizados.

Retomo a fala de Sr. Joaquim citada anteriormente sobre o ato de cortar as cercas elétricas com alicate: “*Eu quando vou pra lá que eu vou pescar eu levo meu alicate, onde eu não posso passar, eu corto é mesmo*”. Essa também é uma expressão das formas de resistência cotidiana. Scott afirma que esses micro-atos não produzem manchetes de jornais, não chamam atenção sobre eles mesmos, e é improvável que sejam acionados, diante de situações como essa, oficiais do Estado para conter qualquer ato.

Ele elenca que atos como “fazer corpo mole”, a falsa submissão, a sabotagem entre outros atos dessa natureza, são armas comumente utilizadas por grupos relativamente “sem poder”³². Para esse autor a segurança está no anonimato:

“Sua segurança deve depender do silêncio e do anonimato; o tipo de resistência por si mesmo deve depender, para sua efetividade, da aparência da conformidade; suas intenções devem estar, assim, incorporadas à subcultura camponesa e à luta rotineira e normal para garantir a subsistência e a sobrevivência da unidade familiar, de modo a mantê-la inarticulada³¹. (SCOTT, 2002, p29.)

Publicamente expressam a aparência de conformidade, mas os atos de insubordinação em outras situações funcionam como demonstrações de descontentamento por parte desses agentes sociais. Para expressar esse descontentamento e lutar contra essas tentativas explícitas de dominação relacionadas ao aforamento e negação deste, alguns agentes optam por um estilo de resistência que não está baseado no confronto direto, mas em pequenos atos cotidianos.

Scott chama atenção ao fato de que a resistência pode envolver instrumentos materiais ou simbólicos, e mesmo que os atos macro ou micro de resistência não sejam visíveis, ainda assim é provável que eles existam e provoquem algum tipo de transformação.

³² Utilizo as aspas no termo utilizado por Scott por compartilhar das reflexões de Michel Foucault (2013) referente a ideia de “poder”. Segundo Foucault, o poder é algo que não se pode deter, por isso, também não se pode abster-se completamente dele. Interpreto esses grupos não como “sem poder”, mas como “resistentes” nesse processo de lutas de classes.

As expressões de resistências podem se manifestar de diferentes formas, algumas por meio da linguagem e ação, outras são expressas em formas de rumores, piadas, jogos de palavras, metáforas e ainda há as que são mais elaboradas como rituais, contos, danças e/ou encenações populares. No tópico que segue invisto esforços para analisar algumas questões de natureza mítica religiosa intrinsecamente ligadas aos aspectos políticos e econômicos.

3.3 Narrativas sobre o lago de Formoso: aspectos da religiosidade coadunados aos aspectos políticos e econômicos

Como mencionei na introdução deste trabalho, refletir teoricamente sobre o domínio religioso atrelado ao político não foi resultado de uma intenção deliberada da minha parte, foi fruto do desdobramento do trabalho de pesquisa.

Evans- Pritchard ³³ (2005) em “Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande” inicialmente, ao se dispor a pesquisar entre os Azande admite não ter tido a pretensão de estudar bruxaria, mas pelo fato de esse ser uma temática mencionada frequentemente pelo povo zande, o autor sentiu-se impelido a estudar essas questões. O pesquisador afirma: “Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para a terra zande, mas os azande tinham; de forma que tive que me deixar guiar por eles”(EVANS-PRITCHARD, 2005, p.300).

De primeira mão, nem as manifestações culturais de *bambaê*, *cura*, *tambor de caixa*, *tambor de mina* que foram apresentadas após o lançamento em Lagoa Mirim nem as narrativas relacionadas aos seres e acontecimentos sobrenaturais não despertaram minha atenção enquanto objeto teórico. Essas manifestações culturais e narrativas referentes às crenças em seres sobrenaturais tornaram-se alvo de minhas análises quando percebi que havia algo que os agentes sociais desejavam comunicar através delas.

Somente quando atentei às histórias que a mim eram contadas, as letras das canções, ao significado que atribuíam às suas próprias vestes e da relevância de reproduzir algo que os seus antepassados também faziam tomei a decisão de refletir sobre algumas questões referente ao domínio religioso.

Devido as inúmeras possibilidades de se analisar esses domínios e por uma questão metodológica relacionada a delimitação da pesquisa, optei por fazer um recorte dos aspectos em que eu poderia me ater. Objetivei com isso analisar a questão da religiosidade, que envolve

³³ Edward Evans-Pritchard foi um antropólogo britânico aluno de Malinowski foi para a escola estrutural-funcionalista de Radcliffe-Brow, mas sempre dialogava com outras escolas antropológicas. Realizou trabalho de campo junto aos Azande, povos habitantes da África Central, na região do divisor de águas entre os rios Nilo e Congo.

a crença dos seres míticos, entrelaçada aos domínios políticos, econômicos e sociais. Para isso, decidi focar nas narrativas que me foram contadas pelos agentes sociais, as quais envolvem seres sobrenaturais que atuam em defesa do território.

No decorrer dos trabalhos de campo inúmeras narrativas chegaram a mim através dos meus principais interlocutores, parte delas, durante a realização das entrevistas. Atentei ao que pareciam querer comunicar através destas, compilei as narrativas que ouvi e investi esforços para apresentá-las evidenciando suas conexões com os outros domínios, a saber, político, social e religioso.

3.3.1 As narrativas como formas de resistência

Para Scott, um dos melhores exemplos da resistência cultural velada dos grupos são os contos. Afirma que a cultura popular pertence a uma classe cuja situação na sociedade produz experiências e características específicas que possivelmente aparecerão nos ritos, bailes, representações, indumentárias, narrativas, crenças religiosas, dentre outras manifestações.

No caso dos moradores do Territórios de Formoso é possível perceber essas formas implícitas de resistência através dos contos, das histórias referentes à ilha dentre outras, através das quais expressam esse descontentamento. Alguns contos e narrativas somente podem ser compreendidos se forem analisados o seu contexto e o momento em que está sendo narrado. Algumas narrativas expressam os conflitos entre os grupos antagônicos, outras tem o caráter de advertir expressando as regras de controle e uso dos recursos do território, através delas são abordados várias temáticas, cada uma tem algo a comunicar a respeito da situação em que estão inseridos.

“Bilô: Compadre Toló contava um caso de Formoso, diz que ele tarrafeou na beira dessa ilha que anda lá, e ai diz que tinha assim uma folha de buritizeira envergada pra dentro do lago, aí ele deixou a tarrafa lá dentro da agua e se abaixou dentro da canoa, agarrou o facão aqui e cortou a folha. Quando a folha caiu ele viu a tarrafa subir, diz que cortou direitinho nos tenso da tarrafa, cortou essa tarrafa todinha ao redor, o fundo ficou no fundo e só subiu a tarrafa, ele disse que foi a coisa que mais ele se admirou. E hoje não, eles pescam no fundo, eles caem dentro da água, eles cortam os buritizeiros, eles matam capivara...” (PEREIRA, Amarildo; ENTREVISTA, 17.09.2016)

Essa narrativa foi contada ao Sr. Bilô como um fato. Cada personagem, atos e consequências dos atos, tem a ver com algum aspecto referente ao território. A ilha de formoso é amplamente conhecida pela capacidade que tem de se mover no período chuvoso ou quando os lagos estão cheios. Sua composição consiste em raízes e algas, sem porções de terra, mas com uma quantidade significativa de palmáceas que a faz ter aspecto de uma porção firme de

terra. Essas características a torna relativamente leve e passível de mover-se no lago quando o nível de água está elevado.

Na interpretação dos agentes sociais, o que a faz mover-se são os seres sobrenaturais, ao que chamam de *encantados*, os quais são imbuídos da responsabilidade de proteger a ilha e o lago. Esta ilha, assim como todas as outras partes do território de Formoso não são passíveis de apropriação ou comercialização. Por ser área de uso comum, cabe a todos o dever de zelar para que não seja alvo de degradação da ação humana.

Tendo em vista que parte significativa do território tem sido privatizadas por fazendeiros e latifundiários há nos moradores o receio de que a ilha que flutua também seja alvo da ação desses grupos antagônicos à forma de utilização do território.

As crenças nos seres invisíveis são presentes em todo o tempo entre os moradores do território de Formoso, mas, diante de situações de tensão social elas parecem ser mais latentes. Em situação de tensão, como a que deparei-me durante o trabalho de campo, devido às ações dos fazendeiros e privatização de extensas áreas, essas narrativas são contadas com mais frequência, com mais intensidade e com ênfase nas consequências de quem intentar qualquer ato de depredação, quer sejam fazendeiros, ou os próprios moradores.

Retomando o caso narrado por Bilô, segundo a lógica de utilização do território a folha do buritizeiro não poderia ser cortada sem necessidade aparente, assim como outras árvores no território não podem ser devastadas. O ato de cortar a folha e ter sua rede de pesca imediatamente cortada possibilitam a interpretação de que cada ato de degradação dos recursos é sentido pelo próprio ser que realiza a ação.

O fato de algumas atividades como mencionadas por Bilô como pescar no fundo, cair na água, matar capivara e cortar buritizeiros antes não serem permitidas apontam ao fato de que as narrativas místicas trazem elementos que se relacionam às práticas de conservação ambiental.

Em “O grande massacre de gatos” Robert Darnton (1986) analisa as maneiras de pensar dos franceses do século XVIII, através das narrativas e contos compartilhados entre eles. Não mostrando apenas sobre o que pensavam as pessoas, mas também como pensavam e interpretavam o mundo.

Ele afirma que se houver o interesse de se entender a forma de pensar do outro, é preciso começar com a ideia de se perceber primeiramente as diferenças. Robert Darnton tenta descobrir como as pessoas comuns percebiam e organizavam sua realidade e como as expressava através de seu comportamento, nesse caso, expressam através das narrativas.

Para Darnton, eles poderiam ser considerados como documentos históricos, através do qual seria possível perceber como a mentalidade humana passa por mudanças. Para Darnton, o historiador poderia buscar através desses contos e com o auxílio da antropologia perceber as visões de mundo particulares através deles.

Essa mudança de mentalidade a que Darnton se refere, nesse caso, pode ser percebida através da afirmação do Sr. Bilô: “*E hoje não, eles pescam no fundo, eles caem dentro da água, eles cortam os buritizeiros, eles matam capivara...*”. Através dessa leitura, é possível perceber que o comportamento mudou ao longo do tempo, as práticas relacionadas a manutenção dos recursos não são as mesmas.

Uma outra narrativa que ouvi diz respeito a uma draga³⁴ que foi enviada para aprofundar os lagos do território de Formoso. Não se sabe quem a enviou, se foi algum representante do poder público ou se foi iniciativa particular, menos previsível é saber qual a intenção ou motivação desse ato.

“Bilô: Eu me lembro que a draga na época, eu era molecote, mas eu me lembro de ouvir papai falando que a draga veio para tentar ir no Formoso. (...)”

Ildilene: Mas não foi lá. Não foi no Formoso que ela limpou.

Bilô: Ela foi até um pedaço, não chegou a ir até no lago. Porque eles encontraram muito problema.

Jhullieny Santos: Que tipos de problemas?

Bilô: Aí é que eu não sei que problemas foram esse.

Fabrcio Nabate: Olha, o problema que ela encontrou é que o “povo” que manobrava dentro do lago do Formoso não queria ela lá, aí encararam com ela e não teve jeito de ela ir para frente. (...)”

Ildilene: Iam quebrando e não dava pra ela passar, iam quebrando motor e ela não funcionava para chegar.

Jhullieny Santos: Mas vinha de onde será?

Fabrcio Nabate: Vinha daqui de fora, ela vinha era de fora.

Bilô: Acho que vinha aqui de São Luis, daí desse trecho.

Fabrcio Nabate: Não era nem de São Luis rapaz, o cara que fazia isso aí era de empresa daí... tinha um negão dentro dessa balsa, que tu olhava ele era um bicho, aquele Santo Reis era desse povo daí de fora mesmo que Santo Reis morreu, o irmão dele morreu, e os que trabalhavam nessa draga, tudinho morreu, não teve um para ficar vivo.

Bilô: É?

Fabrcio Nabate: É. Morreram tudinho. (...)”

Jhullieny Santos: Mas o que vocês acham que era? O que vocês acham que impedia?

Fabrcio Nabate: Era encantoria. Era gente de outro mundo.

Jhullieny Santos: Mas por que o senhor acha que eles faziam isso?

Fabrcio Nabate: Ah, para proteger.

Ildilene: Para não desfazer, para não desmanchar, para não esbandalhar as coisas deles... porque eles estavam reservado. Ai eles estavam acomodadinhos, reservados, aí os homens se reuniram pra

34 A draga é um tipo de embarcação projetado para executar funções de aprofundamento de curso de água. Dentre suas funções, a mais comum é a de aprofundar portos e vias navegáveis removendo parte do fundo do lugar onde atua.

ver se limpava eles.” (PEREIRA, Amarildo; ENTREVISTA, 17.09.2016)

Não é previsível a intenção que se tinha ao contratar a draga para aprofundar os campos do lago de Formoso, mas é possível explicitar que tinham interesses envolvidos e pelas afirmações de Sr. Fabrício, não eram do Maranhão. Cabe um adendo sobre essa questão, alguns dos fazendeiros e empresários que atuam no território de Formoso são de outros Estados.

Por falta de evidências concretas não posso afirmar, mas há possibilidade de que a ideia de dragar as áreas tenha sido de alguém interessado em realizar algum investimento no local. Duas questões me impulsionam a pensar dessa maneira, a primeira: quem contratou a draga até os lagos deve ter alto poder aquisitivo, pois essas máquinas tem um alto custo; segunda, é pouco provável que alguém faça esse investimento sem quaisquer intenções de investimentos mais amplos.

Segundo Sr. Fabrício, os seres sobrenaturais que defendem o território não permitiram que a draga começasse a escavar os lagos. Segundo Sra. Ildilene, a draga não conseguiu navegar nos lagos porque não se podia interferir de forma tão ampla como desejavam, o prejuízo poderia ser evidente após essa ação.

Outro aspecto que destaco é, Sr. Bilô teve acesso a essa narrativa porque ouviu seu pai contando; a narrativa sobre o caso do buritizeiro também foi narrada por um compadre, isso me autoriza a afirmar que essas narrativas são repassadas de forma oral a cada geração e se ressignificam de acordo com a situação enfrentada em cada ocasião.

Os conhecimentos contidos nessas narrativas são transmitidos às gerações seguintes, sejam eles relacionados à prática da agricultura, pesca ou outros domínios da vida e são incorporados de modo a revelar através de suas ações formas específicas de utilização do território.

As narrativas proporcionam reflexões acerca da forma de percepção que os agentes sociais em questão têm de si e do lugar onde estão inseridos, abordam situações atuais, reais e concretas, mesclando os planos físicos e sobrenaturais. Essa separação parece não se efetuar no âmbito das relações cotidianas. Segundo Darnton, essas histórias que são compartilhadas não são atemporais, elas aparecem como forma de evidenciar um conflito.

Para Darnton, “à medida que as antigas histórias se espalharam, ultrapassando fronteiras sociais, e ao longo dos séculos, desenvolveram um enorme poder de resistência. Mudaram sem perder seu sabor.” (DARNTON, 1986. p.93), em consonância, Scott também percebe as narrativas, contos e histórias como formas de resistência.

3.3.2 Peças encontradas no fundo do lago

O lago e a ilha de Formoso são tidos pelos moradores como lugares de mistérios e encatoria. Parte das narrativas que ouvi remetem à esse lugar. Na ocasião do trabalho de campo, enquanto estive em Lagoa Mirim, fui convidada por Sr. Fabrício para visitar o local.

Chegando ao lago, que fica próximo à comunidade de Tororoma, realizamos o trajeto até a ilha flutuante em uma canoa. Na pequena embarcação íamos Sr. Fabrício, Sr. Domingos, pescador e morador de Tororoma, Gil, que durante todo esse dia me acompanhou no trajeto às outras comunidades, Samuel, sobrinho de Nice, um dos motociclistas responsáveis por nosso deslocamento nas comunidades.

No lago, Sr. Fabrício apresentava-me cada local e explicitava aqueles em que mais haviam sido realizadas queimadas naquele ano, em decorrência da ação dos fazendeiros. Ao chegar em um determinado local, próximo à ilha, Sr. Domingos, tomou uma vara fina e comprida que estava em sua canoa, a segurou e foi cuidadosamente inserindo-a no lago a fim de medir a profundidade. Ele repetiu essa cena no meio do lado até identificar um local com baixo nível de água.

Devido a experiência como pescador, Sr. Domingos identificava o local onde havia uma parte mais elevada no interior do lago. Segundo eles, haviam moradores naquele lugar provavelmente quando o nível da água não era tão elevado e aquele local não era inundado.

Nesse local, todos os homens desceram da canoa e mergulharam. O nível da água estava aproximadamente marcando na cintura destes. Fui a única a não descer³⁵. Nos primeiros mergulhos no lago sentiam que seus pés tocavam algo de diferente, mergulharam mais profundos e traziam à superfície peças de barro queimado, com aparências antigas. Algumas assemelhavam-se a utensílios de uso doméstico, outras, com características de polimentos, pareciam imitações de algum animal.

Sr. Fabrício e os demais consentiram em levar as peças para compor o Centro de Saberes que estava sendo organizando pelo PNCSA em Penalva. Coletamos as peças, pude avistar de perto a ilha que flutua, em seguida, voltamos às margens e de motocicletas continuamos o trajeto para outras comunidades.

Após seis meses retornei para Penalva, para o lançamento do Livro “Nice Guerreira: mulher, quilombola, extrativista da floresta”, que aconteceu no mesmo dia da inauguração do

³⁵ A escolha por não descer foi tão somente pelo fato de eu não saber nadar e temer arriscar, mesmo sabendo que o nível da água naquele local era baixo.

Centro de Ciências e Saberes em Penalva. Estavam no lançamento agentes sociais de vários territórios daquela região, especificamente de Enseada da Mata, Formoso, Sansapé e Monte Cristo. Logo ao me encontrar com Sr. Fabrício prontamente sou comunicada por ele de que os “encantados” o haviam visitado e estavam reivindicando suas peças de volta ao lago. Prontamente confirmei que iria assim que ele decidisse a data. Dias depois ele me comunicou que tinha negociado com os encantados e que eles haviam concordado em deixar as peças no Centro de Saberes.

Esta, é mais uma expressão da interligação entre esses domínios. Há uma mescla entre os planos físico e mítico, que estão de acordo com a reivindicação dos agentes sociais. O ato de deixar as peças no Centro de Saberes seria uma forma de reafirmar a identidade de um povo, certamente, contribuir para a valorização daquele lugar, enquanto local “sagrado”, que portanto, precisa ser gerido de acordo com as regras de uso implícitas ao longo da fala dos agentes.

3.3.3 A pesquisadora: o desafio do controle de impressões

Elucido um aspecto desse trabalho que envolve a minha experiência de trabalho de campo enquanto pesquisadora. A situação me remeteu às análises de Gerald Berreman³⁶ (1975) em “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”. O autor descreve como o controle de impressões e postura do pesquisador podem influenciar na prática do trabalho de campo e conseqüentemente no desenvolvimento da pesquisa.

Pelo fato de a ilha e suas proximidades serem consideradas pelos moradores como lugares de mistério, que precisam ser mantidas com o mínimo de interferência humana possível, fui questionada, por alguns moradores de Lagoa Mirim, se não senti medo quando me dirigi a Ilha Flutuante e ao lago de Formoso, tendo em vista os acontecimentos que me haviam sido descritos relacionados aquele lugar.

Afirmei que não e justifiquei minha resposta, não com base no que acredito. Considerei mais conveniente responder com base no que ouvi de Sr. Fabrício enquanto coletava as peças no fundo do lago. Afirmei que não temia, pois estava acompanhada de pessoas que costumavam estar no local, que utilizavam dos recursos naturais disponíveis sem causar danos e principalmente por ter ouvido de Sr. Fabrício, enquanto doutor do mato e funcionário religioso que não haveria problemas, uma vez que os seres que habitavam o lugar sabiam exatamente quais as nossas intenções, que estávamos indo para conhecer o lugar sem a intenção de causar qualquer dano. Sem contar, que eu era vista entres eles, como alguém que recolhia denúncias

³⁶ A pesquisa foi realizada em Sirkanda e seus arredores. Trata-se de uma aldeia camponesa do Baixo Himalaia, localizada na Índia Setentrional.

dos atos de violação de direitos e os compilava para fins de trabalhos acadêmicos, sendo essa uma forma de dar visibilidade às situações frequentes de tensão social.

A pergunta que me fizeram a respeito de sentir medo, me remetem às análises de Evans-Pritchard,

“O problema fica mais evidente e penoso quando somos postos diante de noções inexistentes em nossa cultura atual, e que, portanto, não nos são familiares. Idéias como as de Deus ou alma são familiares, e, por meio de certos ajustamentos, a tradução é possível; mas que dizer de crenças em bruxaria, magia, oráculos? Muitas vezes me perguntaram se, quando estava entre os Azande, cheguei a aceitar suas idéias sobre bruxaria. Esta é uma pergunta difícil de responder. Acho que se poderia dizer que as aceitei; não tinha escolha. Em minha própria cultura, dentro da atmosfera de pensamento em que nasci e fui criado, rejeitava e rejeito as noções zande sobre bruxaria. Na cultura deles, dentro do horizonte de idéias em que então vivia, eu as aceitava; de certa forma, acreditava nelas. Os Azande falavam o tempo todo de bruxaria, entre si e comigo; a comunicação seria absolutamente impossível se a bruxaria não fosse aceita por mim como algo natural. Não podemos ter uma conversa produtiva ou sequer inteligível com as pessoas sobre algo que elas têm por auto-evidente, se damos a impressão de considerar tal crença como ilusão ou delírio. Se fizéssemos isso, logo cessaria qualquer entendimento mútuo e, junto com ele, toda simpatia. Assim, por mais reservas que tivesse, precisava agir como se confiasse nos oráculos azande e me curvar ao dogma da bruxaria.”(EVANS-PRITCHARD, 2005, p.246)

Embora não se trate de bruxaria e oráculos, como no caso de Evans-Pritchard, as crenças nos seres sobrenaturais que habitam e protegem ilhas também eram inexistentes para mim, não eram comuns a meu universo interpretativo, por isso, inicialmente tive dificuldades em compreender alguns termos e figuras que me eram apresentadas por eles.

Como opção teórica decidi imergir e adotar uma postura semelhante a deles a fim de entendê-los. Como fizera Evans-Pritchard, na cultura dos agentes sociais e dentro do ambiente deles eu demonstrava acreditar nas crenças de que realmente havíamos sido solicitados para devolver as peças, por esse motivo prontamente concordei em voltar assim que Sr. Fabrício decidiu a data. Apesar de aquele horizonte de ideias ser bem diferente do que àquele em que eu estava habituada, esforçava-me para tentar compreendê-los a partir de suas próprias perspectivas. As perguntas que os dirigia constantemente, chegando a beirar a ingenuidade, na verdade foram esforços para compreender a forma como eles interpretavam a si mesmos e suas práticas.

Fui convencida, logo nas primeiras experiências de trabalho de campo, que não era relevante investigar a validade das crenças referentes ao universo mítico religioso, a minha função, enquanto pesquisadora seria a de interpretar o que faziam e por que faziam, eu não

poderia deixar que as minhas pré-noções afetassem o meu relacionamento com os agentes sociais com quem eu me relacionaria ao longo da pesquisa.

Ressalto essas experiências por acreditar que são relevantes no trabalho de pesquisa e enfatizo: as escolhas teóricas e as decisões tomadas em campo devem ser direcionadas, não pelo que acreditamos, mas pelo que os agentes sociais desejam comunicar. Como afirma E.Pritchard: “Temos apenas que descrever como aquele povo pensa a respeito de algo que nós também consideramos real, e de que forma essa crença afeta suas vidas. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p.247)

3.3.4 Cultivo de ervas medicinais: religiosidade como instrumento de luta

“A gente encontra a erva é dentro da reserva, e de sombra, a santa Maria é de sombra. É debaixo das (árvores) que são mais altas. Então tem todo tipo de ervas que precisam da sombra não é do sol, e ai é por que a gente briga por causa das reservas por que senão daqui a pouco desaparece, e assim não, e ai a gente vive lutando por causa disso.(...) Pois é, e a gente tá brigando por causa da reserva é por causa disso, das ervas tá entendendo? Por que as ervas é o seguinte: quando tem as reservas elas são mais debaixo das reservas de que no limpo aqui, pra gente achar no limpo (é mais difícil). (MARANHÃO, Fabrício Nabate. ENTREVISTA, 01.03.2012)

O seguinte trecho foi extraído de uma das primeiras entrevistas que realizei com o Sr. Fabrício. Ele compartilhou seu descontentamento com relação a privatização dos campos naturais e áreas de mata, pois essas interferências estavam impossibilitando-o de reproduzir seu modo de ser e de viver. A reserva mencionada por ele é a área que compreende o território de Formoso. É desse território que são extraídas as matérias primas utilizados nos rituais e práticas religiosas.

Sr. Fabrício se autodefine “doutor do mato”. Doutores do Mato são funcionários religiosos que elaboram remédios, chás, banhos, xaropes entre outros itens, à base de ervas medicinais. No âmbito das práticas religiosas, ele é responsável por organizar o local onde acontecem as festas de “cura” e organizar o ambiente para receber os convidados.

As práticas de cura não se referem unicamente à cura de doenças, é uma manifestação de cunho religioso secularmente reproduzida. As práticas e o conhecimento que demonstra acerca das ervas medicinais estão intimamente ligados à representação que ele tem sobre sua territorialidade. As vestimentas, os acessórios, as danças, os tambores, as práticas de *cura*, fazem parte de sinais, que segundo Barth, “constituem as características diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade” (BARTH, 2000, p2).

Além de se apresentar como instrumento de afirmação identitária o conhecimento tradicional, as manifestações religiosas e práticas ritualísticas podem ser vistas como forma de resistência. Scott afirma que a chamada “cultura popular” produz experiências e características que geralmente aparecem nas representações, indumentárias, crenças religiosas dentre outras manifestações.

A respeito trecho acima, ao expor seu descontentamento com relação a dificuldade do acesso às terras, o que é levado em consideração por Sr. Fabrício não é apenas o plano físico. A crença de que existem seres sobrenaturais que habitam algumas áreas é difundida de tal forma, que na visão de alguns agentes sociais se essas áreas forem desmatadas ou devastadas, o encanto e os seres que nela habitam podem sucumbir.

Ao afirmar que as ervas medicinais são ervas de sombra, indiretamente o agente social chama atenção ao fenômeno do desmatamento do território: se já não há as árvores altas, é improvável que as de sombra possam subsistir.

A devastação das matas por parte dos fazendeiros e latifundiários para o plantio de capim, desmobiliza esses grupos que dependem do território para se reproduzir física e socialmente. As ervas medicinais aparecem nessa situação empírica, como elementos de construção da concepção de território, a reivindicação pelo acesso às ervas não está dissociada reivindicação territorial.

As autoridades religiosas e aqueles que se utilizam de ervas medicinais em práticas cotidianas são obrigados a fazer e refazer seu modo de fazer e viver face às dificuldades à reprodução social.

O território é palco e objeto de disputa constante, caracteriza-se pela dinamicidade e flexibilidade, isso implica dizer que suas fronteiras não se limitam exclusivamente aos aspectos materiais, trata-se de fronteiras sociais (BARTH, 2000) e simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o seguinte trabalho de dissertação está em vias de finalização tecerei algumas análises à guisa de conclusão. Retomo as reflexões de Pierre Bourdieu (2010) ao afirmar que não se obtém conhecimento senão como uma resposta a uma pergunta que é formulada sob a forma de um problema. É preciso sobretudo aprender a formular problemas. Foi com base em uma série de questões e inquietações que este trabalho foi sendo construído, e foi na ânsia de encontrar respostas que fui me envolvendo e sendo inserida em uma rede de relações sociais que me permitiram tecer as análises que seguem.

Através do trabalho de campo e das entrevistas que realizei durante a permanência nas comunidades do denominado território de Formoso foi possível observar que inúmeras áreas de uso coletivo das comunidades tem o acesso ameaçado em detrimento das formas inadequadas de uso desse território por parte dos chamados fazendeiros e empresários. Esses antagonistas estão envolvidos diretamente com a série de problemas sociais e ambientais que têm sido relatados pelos agentes sociais entrevistados durante a pesquisa.

Esses conflitos que tem a ver com privatização de terras de uso comum, imobilização da força de trabalho e ameaça à integridade física dos que residem e trabalham no lugar. A tensão social se instaura e intensifica devido a intervenção desses grupos de fazendeiros e latifundiários que atuam no território. Há, por parte deles, a prevalência de métodos e formas de utilização dos recursos naturais que fogem àqueles decididos coletivamente pelos chamados “quilombolas” que há mais tempo cultivam e utilizam os recursos para a manutenção cotidiana.

O critério étnico de autodefinição tem sido acionado diante da situação de tensão a que são submetidos os que se autodefinem quilombolas, tendo suas terras privatizadas e o acesso a determinadas áreas negado. Há a necessidade de reivindicar face ao Estado a fim de que a lei relacionada a titulação das terras e garantia de seus direitos enquanto comunidades tradicionais seja efetivada.

Essa reivindicação se dá em torno da luta pelo acesso aos direitos fundamentais. Dentre esses, destaco o que lhes foi outorgado pelo Estado brasileiro, porém ainda não foi efetivado, diz respeito ao Art.68 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil, que foi promulgada em 05 de outubro de 1988, que determina: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Destaco, que embora a garantia de titulação seja relevante, percebo que as reivindicações desses agentes sociais que se autodefinem quilombolas, não são limitadas ao acesso às terras. Ao reivindicar o território não está em jogo exclusivamente a luta por recursos materiais, estão incluídos a luta pelo reconhecimento de suas especificidades no que diz respeito ao seu pertencimento étnico.

Como afirma Nancy Fraser (2012): compreender o sentido de “reconhecimento” é necessário para se entender as lutas atuais, as quais não são exclusivamente em torno de classes, como descrevia Marx, mas são, sobretudo, a busca por reconhecimento. Pois, a maior injustiça não é mais sinônimo de exploração econômica de uma classe sobre outra, e sim uma dominação cultural, onde com frequência os mais injustiçados são as minorias que não se encaixam no padrão de universalização dos grupos dominantes.

Através dessa trajetória de pesquisa, percebo que além da luta pelo território, há a busca pelo reconhecimento de seus saberes e práticas secularmente construídos. Nesse sentido, parafraseando Fraser, é possível perceber que a identidade coletiva substitui os interesses de classes como fator de mobilização política. Não se trata necessariamente de perceber determinadas concepções globais de injustiça de forma isolada - a injustiça social que está ligada na exploração e na miséria ou na injustiça cultural, que implica no não reconhecimento ou no desprezo – trata-se de desconstruí-las e proporcionar a paridade na participação de todos nas relações sociais. Isso implica definir o campo da justiça social entrelaçando a redistribuição e o reconhecimento. Assim como os domínios social, político, econômico e religioso não se apresentam apartados no âmbito da vida social, assim também as lutas econômicas não estão separadas das lutas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Nice Machado. Nice guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta/ Nice Machado Aires; Camila do Valle, Cynrhia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes, orgs.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas e novas etnias. In. Quilombos: sematologia face a novas identidades –Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. Terras de Quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais livres, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, I.C.S. Indicadores e tensores ambientais nos ambientes aquáticos da região lacustre de Penalva, APA Baixada Maranhense. São Luís, 2005, 71p.

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás/Victor Asselin. – Imperatriz, MA: Ética, 2009.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento / Gaston Bachelard; tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas – Rio de Janeiro: contra capa Livraria . 2000

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História, in: Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. Ed Brasiliense, 1985

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do himalaia. In. Desvendando máscaras sociais, Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975, p 123-175.

BORGES, Jorge Luís. El idioma analítico de John Wilkins in Otras inquisiciones. - B.Aires. 1º ed. 1960. pp. 149-153.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. In. Introdução a uma sociologia reflexiva. trad. Fernando Tomaz- 14ªed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande / E.E. Evans-Pritchard; edição resumida e introdução, Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FRASER, Nanci. Igualdade identidades e justiça social, in Revista Le monde diplomatique, junho, 2012.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FUNO, Izabel Cristina da Silva Almeida; **PINHEIRO**, Claudio Urbano Bittencourt; **MONTELES**, Josinete Sampaio. Identificação de Tensores Ambientais nos Ecossistemas Aquáticos da Área de Proteção Ambiental (AP A) da Baixada Maranhense. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S.l.], v. 5, n. 1, mar. 2010.

GEERTZ, Clifford. O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos. *In: Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. Clifford - A interpretação das culturas - Rio de Janeiro: 1.ed., IS.reimpr, 1926.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEITE LOPES, Sérgio. Formas comparadas de imobilização da força de trabalho. *Lusotopie* 1996, pp. 285-298.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Reflexão, preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão. *In: ALMEIDA*, Alfredo Wagner Berno de. (Org.) e outros. Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos; Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

MARX, Karl. 1818-1883 O 18 de brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx; [tradução e notas Nélcio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo : Boitempo, 2011.

NOVA Cartografia Social da Amazônia Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial. Penalva, Território de Sansapé, Território de Formoso, Território de Monte Cristo. Boletim informativo JUNHO 2014 . NÚMERO 2.

NOVA Cartografia Social Da Amazonia: Quilombolas, agricultores(as), quebradeiras de coco, pescadores do território de Formoso – Penalva, Maranhão/ Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs.)...[et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA Edições, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998

PINTO, Paulo Gabriel hilu da rocha. Grupos étnicos e etnicidade. *In Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos/Coordenação geral de Antonio Carlos de Souza Lima*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

PORTELA NUNES, Patrícia Maria. Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo. Niterói, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento – política e filosofia; tradução de Ângela Leite Lopes. – São Paulo: Ed34, 1996.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). In *Mana* vol.3 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1997.

SCOTT, James C. *La voz dominada: las artes del disfraz político*, in *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Editorial Era. 1990.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raíces*. Vol.21, Nº01, jan.-jun./2002

SHIRAIISHI Neto, Joaquim. Inventário das Leis, Decretos e Regulamentos de Terras do Maranhão – 1850/1996. Belém. Supercores, 1998.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva*. Vol 1. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1991.

_____. Max. A Objetividade do conhecimento das ciências sociais. In COHN, Gabriel (Org). FERNANDES, Florestan (Coord.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, 13. São Paulo: Ática, 1999, p 79-127.

ENTREVISTAS REALIZADAS

AIRES, Nice Machado. ENTREVISTA, 27.03.2015

AIRES, Nice Machado. ENTREVISTA, 20.09.2017

ARAÚJO, Tertuliano Bispo; ENTREVISTA, 17.09.2016

ARNALDO, ENTREVISTA, 23. 01.2013

BARROS, José da Conceição Barros; ENTREVISTA, 16.09.2016

DOMINGOS,(Lagoa Mirim); ENTREVISTA, 17.09.2016

MACHADO; Gil; ENTREVISTA, 16.09.2016

MARANHÃO, **Fabrcio Nabate. ENTREVISTA, 01.03.2012**

MARANHÃO, Fabrcio Nabate. ENTREVISTA, 18.09.2016

MACHADO; Gil; ENTREVISTA, 16.09.2016

MENDONÇA, Raimundo Nonato; ENTREVISTA, 16.09.2016

PEREIRA, Amarildo; ENTREVISTA, 17.09.2016

SILVA, Joaquim; ENTREVISTA, 16.09.2016

TRANSCRIÇÃO DE EVENTOS

*Ambos transcritos do lançamento do fascículo: “Quilombolas, Agricultores (as), Quebradeiras de coco, Pescadores do Território de Formoso - Penalva, Maranhão”.

AIRES, Nice Machado. TRANSCRIÇÃO DE EVENTO, 26.08.2012

MARANHÃO, Fabrcio Nabate. TRANSCRIÇÃO DE REUNIÃO, 26.08.2012